

Fernanda Gonçalves Moreira

**Situações Relacionadas ao Uso Indevido de Drogas nas Escolas  
Públicas da Cidade de São Paulo:**

**Uma aproximação do universo escolar.**

Tese apresentada à Universidade Federal de  
São Paulo – Escola Paulista de Medicina para  
Obtenção do Título de Mestre em Medicina

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Baxter Andreoli

Co-orientador: Prof. Dr. Dartiu Xavier da Silveira

**São Paulo  
2003**

Moreira, Fernanda Gonçalves

**Situações Relacionadas ao Uso Indevido de Drogas nas Escolas Públicas da Cidade de São Paulo: uma aproximação do universo escolar/** Fernanda Gonçalves Moreira. -- São Paulo, 2003.

xiv, 151f.

Tese (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Medicina. Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria.

Título em Inglês: Situations Related to Drugs Misuse in Public Schools of São Paulo City: an approach of the pertaining to school universe.

1. Redução de danos. 2. Famacodependência. 3. Prevenção. 4. Abuso de drogas. 5. Escolas públicas.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA  
DEPARTAMENTO DE PSIQUIATRIA**

Chefe do Departamento: Prof. Dr. Sérgio Luís Blay

Coordenador do Curso de Pós-graduação: Prof. Dr. Miguel Roberto Jorge

Fernanda Gonçalves Moreira

**“Situações Relacionadas ao Uso Indevido de Drogas nas  
Escolas Públicas da Cidade de São Paulo: uma aproximação do  
universo escolar”.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Beatriz Carlini Marlatt

Prof. Dr. Ana Regina Notto

Prof. Dr. Tarcísio Matos de Andrade

Aprovada em: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

Este projeto contou com o  
financiamento da **FAPESP**  
Processo nº 02/01652-7

*À minha mãe, que me ensinou a enxergar na educação de nossas crianças e adolescentes a alternativa possível para o crescimento da sociedade.*

*Ao meu pai, que me mostrou a beleza da busca pelo conhecimento.*

*A Roberto Fernandes, que, na sua delicadeza ao cuidar de feridas tão profundas, me possibilitou o resgate da sabedoria transmitida por meus pais.*

## **AGRADECIMENTOS**

À oportunidade de ter percorrido esta trilha de estudos, num país onde a grande maioria não conclui o ensino fundamental.

Aos meus orientadores que, com compreensão e paciência impensáveis, me ensinaram sobre o método científico desde o conceito mais básico: Sérgio B. Andreoli, meu orientador desde meu primeiro artigo publicado e Dartiu X. da Silveira, meu mestre no controverso e fascinante mundo das drogas.

A Marcelo R. Araújo e Beatriz Carlini-Marlatt, pela atenciosa colaboração.

À Dulcimara Darré, minha companheira nas entrevistas.

A todos do PROAD, especialmente à Valéria Lacks, pela carinhosa orientação no trabalho com os farmacodependentes.

A todos do Departamento de Psiquiatria, especialmente Christiane Barbieri, Eliana Gonçalves, Mônica Di Pietro, mestras e amigas.

Aos meus amigos, Alessandra Julião, Cláudio Loureiro, Denise Claudino, Evelyn Silveira, Marcelo Niel, Marcos Romano, Zuleica Campos e, especialmente, Ana Paula Carvalho, grandes companheiros nesta aventura.

A Sérgio Rocca e Paulo Bloise, os primeiros a acreditarem e me fazerem acreditar no meu potencial como psiquiatra.

À minha tia Rita, pelo apoio logístico e pela escuta entusiasmada e à minha prima Camila, pela cuidadosa revisão ortográfica e gramatical.

À Emília, Zuleika e Kelsy, anjos da guarda indispensáveis nesta empreitada.

À FAPESP que financiou esta pesquisa, à Secretaria Municipal de Educação e aos entrevistados, que me possibilitaram este estudo.

*“Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele”.*

*Paulo Freire, 1997.*



**SUMÁRIO**

Dedicatória.....	vi
Agradecimentos.....	vii
Lista de tabelas.....	x
Lista de abreviaturas e símbolos.....	xi
Resumo.....	xiii
<b>INTRODUÇÃO</b>	
1. Justificativa.....	1
2. Histórico dos movimentos e discursos contra as drogas nas sociedades ocidentais contemporâneas.....	2
3. A “Guerra às Drogas”.....	8
4. A “Redução de Danos” e a “Redução de Riscos”.....	10
5. A Prevenção, a “Redução de Riscos” e a Escola.....	15
6. Modelos de Prevenção.....	16
7. Política Educacional, Parâmetros Curriculares Nacionais e Temas Transversais.....	28
8. Hipótese.....	34
<b>OBJETIVOS</b>	
1. Objetivo principal.....	35
2. Objetivos secundários.....	35
<b>MÉTODO</b>	
1. Desenho.....	36
2. População.....	36
3. Amostra.....	38
4. Instrumento.....	39
5. Procedimentos.....	39
6. Análise dos Dados.....	40
<b>RESULTADOS</b>	
1. Quem é o Coordenador Pedagógico nas escolas municipais de São Paulo.....	41
2. Situações diretamente relacionadas com o uso indevido de drogas.....	49
3. Situações indiretamente relacionadas com o uso indevido de drogas.....	57
4. A Prevenção.....	64
<b>DISCUSSÃO</b>	
1. Drogas: assunto de educador?.....	75
2. Situações indiretamente relacionadas com uso de drogas nas EMEF e sua prevenção.....	79
3. Situações diretamente relacionadas com uso de drogas nas EMEF e sua prevenção.....	80
4. Violência e criminalidade: alunos em Liberdade Assistida, problemas com traficantes dentro da escola, intervenções da GCM (Guarda Civil Metropolitana).....	82
5. O contraste entre a teoria e a prática: o descompasso.....	86
<b>CONCLUSÃO</b>	88
<b>ANEXOS</b>	91
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	145
<b>ABSTRACT</b>	151

**LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b>	Quadro comparativo “Guerra às Drogas” X “Redução de Riscos e Danos”.....	13
<b>Tabela 2</b>	Quadro comparativo de crianças atendidas pelo PROERD em relação às matriculadas nas escolas públicas e privadas.....	33
<b>Tabela 3</b>	Número de alunos por Coordenador Pedagógico (CP) e número de Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) por Núcleo de Ação Educativa (NAE).....	37
<b>Tabela 4</b>	Número de funções docentes, por grau de formação e por região.....	46
<b>Tabela 5</b>	Concepções e atitudes dos entrevistados sobre a prevenção do uso indevido de drogas nas escolas.....	64

**LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS**

<b>AIDS</b>	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
<b>CE</b>	Comissão de Educação
<b>COAS</b>	Centro de Orientação e Apoio Sorológico
<b>CP</b>	Coordenador Pedagógico
<b>DARE</b>	Drug Abuse Resistance Education
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>EMEF</b>	Escola Municipal de Ensino Fundamental
<b>EPM</b>	Escola Paulista de Medicina
<b>FEBEM</b>	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
<b>GCM</b>	Guarda Civil Metropolitana
<b>IAE</b>	Instituto Adventista de Ensino
<b>IC</b>	Informante Chave
<b>JB</b>	Jornada (Docente) Básica
<b>JEA</b>	Jornada (Docente) Especial Ampliada
<b>JEI</b>	Jornada (Docente) Especial Integral
<b>LA</b>	Liberdade Assistida
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>NAE</b>	Núcleo de Ação Educativa
<b>NCE</b>	Núcleo de Comunicação e Educação

<b>NIDA</b>	National Institute on Drug Abuse
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>PCN</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais
<b>PEA</b>	Projeto Especial de Ação
<b>PNAD</b>	Política Nacional Anti-Drogas
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PROAD</b>	Programa de Orientação e Atendimento ao Dependente do Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina/ Universidade Federal de São Paulo
<b>PROERD</b>	Programa Educacional de Resistência às Drogas
<b>SEF</b>	Secretaria de Educação Fundamental
<b>SENAD</b>	Secretaria Nacional Anti-Drogas
<b>SINPEEM</b>	Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo
<b>SME</b>	Secretaria Municipal de Educação
<b>TT</b>	Temas Transversais
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>UNICEF</b>	Fundo das Nações Unidas para a Infância
<b>UNIFESP</b>	Universidade Federal de São Paulo
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo

**Resumo**

**Objetivo:** Levantar informações sobre situações direta ou indiretamente relacionadas ao uso indevido de substâncias psicoativas nas escolas municipais de ensino fundamental da cidade de São Paulo, bem como os correspondentes comportamentos, atitudes e conhecimentos sobre o tema dos coordenadores pedagógicos. **Método:** Estudo etnográfico com informações colhidas com informantes-chave, selecionados pela técnica do “snow-ball”, entre os educadores da rede municipal de ensino locados no setor administrativo da Secretaria Municipal de Educação. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, focando a formação média, as condições de trabalho e as situações comumente vividas pelos Coordenadores Pedagógicos das escolas municipais de São Paulo. Este estudo foi realizado com base no referencial etnográfico e as entrevistas, depois de transcritas, passaram pela análise por meio da técnica de lógica categorial de conteúdo, procurando fixar-se ao fenômeno descrito, sem entrar na interpretação da forma do discurso. **Resultados:** Entre as dificuldades cotidianas relacionadas ao corpo discente citadas, boa parte guarda relação direta ou indireta com a questão das drogas. A maioria dos entrevistados mostra tranquilidade na identificação de alunos com problemas de atenção, comportamento ou com problemas familiares, fatores de risco para futuro uso abusivo de substâncias. Em geral, as intervenções relatadas primaram pela compreensão e inclusão do aluno, o que resulta indiretamente numa ação preventiva do uso indevido de drogas. Apesar do discurso teórico predominantemente pautado pelos princípios da “guerra às drogas”, muitas ações inclusivas, coerentes com o movimento de “redução de danos”, foram relatadas, especialmente quando a situação não tinha relação direta ou aparente com o uso de drogas. Quando a questão da droga era explícita, a atitude tendia à maior intolerância e ao preconceito. Em geral, as intervenções visando a inclusão de alunos em situação vulnerável não foram reconhecidas como ações de prevenção. O discurso geral dos entrevistados enfatiza o despreparo e a insegurança da equipe docente para lidar com o problema. A idéia da transmissão de conhecimentos como base da prevenção permeia a maioria dos discursos. A forma de intervenção preventiva mais citada foi palestra. **Discussão:** Entre os fatores que podem estar associados à relutância dos educadores em apropriar-se do papel de mediador de intervenções preventivas estão: os problemas relativos à formação e informação e o lugar social ocupado pela droga na sociedade atual, além da sobrecarga do corpo docente. O fato intervenções características da “redução de danos” serem realizadas mesmo por entrevistados que não demonstraram um conhecimento mais sistematizado sobre esta corrente teórica não chega a surpreender, pois a “redução de danos” é um movimento internacional que surgiu da práxis para depois se transformar em conhecimento acadêmico. A profusão de relatos da convocação ou presença da Guarda Civil Metropolitana nas escolas provavelmente se deve à aproximação entre o uso de drogas e a marginalidade no ideário do educador, como na sociedade. **Conclusão:** O Coordenador Pedagógico pode ser visto como o profissional de eleição para protagonizar a reflexão sobre o uso indevido de drogas nas escolas e sua prevenção. Faz-se necessário não somente a capacitação, mas a valorização profissional do educador. A atitude mais próxima da política da redução de danos parece bastante compatível com a prática do educador aberto à realidade social da escola e sensível às necessidades dos alunos. Os obstáculos a esta prática incluem a conotação moral das drogas, colocadas no lugar de bode expiatório da sociedade atual, associada a baixas condições de trabalho de nossos docentes. Neste sentido, a capacitação teórica dos educadores teria a função de ratificar uma prática desenvolvida a partir da vivência na escola, tornando-os mais seguros nas suas intervenções.

## **Situações Relacionadas ao Uso Indevido de Drogas nas Escolas Públicas da Cidade de São Paulo: uma aproximação do universo escolar.**

A questão do uso e abuso de substâncias psicoativas, especialmente as ilícitas, tem ocupado lugar de destaque na mídia, campanhas eleitorais, planos e orçamentos governamentais internacionais, além de fazer parte da lista de principais preocupações dos pais em relação aos seus filhos adolescentes nas últimas décadas.

Segundo Carlini-Cotrim, (1992), *“Há um aumento de quase 12 vezes, entre as décadas de 60 e 80, na quantidade de artigos publicados (no jornal O Estado de São Paulo) sobre drogas, álcool e tabaco”*. Em 1990, nos Estados Unidos, destinaram-se 2,2 bilhões de dólares ao combate às drogas, o que significou um aumento de 39% em relação ao ano fiscal anterior. *“Tal acréscimo representou o maior aumento de verba já concedido na história da guerra contra as drogas”*, diz documento explanatório da Casa Branca, 1989. A Assembléia Geral das Nações Unidas elegeu a última década (1991-2000) como a *“Década contra o Abuso de Drogas”* (Carlini-Cotrim, 1992). Na Inglaterra, em 1998, o parlamento aprovou o novo plano do governo: *“Manejo das drogas para construir uma Grã Bretanha melhor”* – a estratégia de 10 anos, que regulamenta integração de vários setores da sociedade, com coordenação no próprio parlamento. No Brasil, a SENAD, Secretaria Nacional Antidrogas, sediada na então Casa Militar, com acesso direto à Presidência da República, foi criada em 1998. Neste mesmo ano, em Brasília, o primeiro Fórum Nacional Antidrogas foi realizado com o objetivo de ouvir trabalhadores da saúde ligados à área de dependência e, então, definir linhas mestras para a prevenção, tratamento e repressão, assim como as prioridades para o país (Moreira, 2001). Em 2001, foi realizado o II Fórum Nacional Antidrogas, em cuja abertura foi assinada a PNAD, Política Nacional Antidrogas pelo presidente da república. (Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD, 2003). Tudo isto mostra o lugar ocupado pela questão do uso e abuso das substâncias psicoativas na nossa sociedade. Tal investimento orçamentário internacional possibilitou uma produção de conhecimento importante sobre o assunto. Assim como tal exposição do tema na mídia gerou mobilização popular. Mesmo com a população mobilizada, possivelmente o conhecimento gerado não tenha atingido a sociedade como um todo. Isto se traduz na replicação de intervenções comprovadamente ineficazes e em iniciativas

desencontradas, como veremos mais adiante, na discussão sobre modelos de intervenção preventiva.

Este estudo parte da hipótese que existe um descompasso entre o conhecimento científico e o conhecimento, comportamento e atitude da população geral, incluindo aqueles responsáveis por desenvolverem atividades curriculares ou extracurriculares que visam abordar, discutir ou prevenir o uso de drogas.

*“O fenômeno do consumo de drogas apresenta-se hoje como complexo, no entanto está ligado a uma série de questões que excedem em muito uma única abordagem ou leitura. Esta complexidade se expressa nas instituições que de uma maneira ou outra lidam com a questão: Saúde, Segurança Pública e Educação, entre outras, que não delimitam os seus espaços de atuação particulares”.* (Bravo, 2000).

Abordando um tema multidisciplinar por excelência (Silveira, 2001; Olievenstein, 1991), este estudo transitará por olhares de diversos campos, como sociologia, história, psicologia e educação. Porém, fatalmente terá uma abordagem enviesada para a área de saúde mental, devido às especificidades profissionais da autora e dos orientadores. Iniciaremos com um breve histórico dos movimentos e discursos contra as drogas nas sociedades ocidentais contemporâneas para ajudar a compreensão da situação acima descrita.

### **Histórico dos movimentos e discursos contra as drogas nas sociedades ocidentais contemporâneas.**

Segundo Araújo (2003)<sup>1</sup>, *“O consumo de plantas psicoativas remonta aos ancestrais do homem. O tema polêmico dos tempos modernos é, na verdade, um assunto corriqueiro na história da humanidade. Provavelmente não houve uma criatura humana que em vida não tivesse ao menos ouvido falar da existência de tais plantas ou substâncias”.* A relação das sociedades com o uso de drogas, no entanto, variou conforme época e região. Segundo este autor, existiram esforços mais ou menos dispersos para o controle do referido uso desde a antiga Grécia, com Platão, passando pela Roma antiga e a Europa cristã na Idade Média.

---

<sup>1</sup> Araújo, M. R. *História das Drogas*. (Aula do I Curso “online” de Dependências – módulo avançado do PROAD – Programa de Orientação e Atendimento ao Dependente do Departamento de Psiquiatria da EPM/ UNIFESP) São Paulo, 2003.

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, o fim do século XIX e o início do século XX foram marcados pelo primeiro ciclo de intolerância ao uso de substâncias psicoativas. Este movimento foi denominado “Ideologia da Temperança”. Nos Estados Unidos, este ciclo se inicia com a perseguição ao ópio em forma de fumo na Califórnia na década de 1870, passa pela campanha contra a cocaína e a primeira lei contra ela (o chamado Harrison Act, assinado em 1914) e culmina com a aprovação de um dispositivo legal que proibia a venda, distribuição e consumo de bebidas alcoólicas em todo o território americano: o “Volstead Act”, mais conhecido como a “Lei Seca”, que vigorou de 1919 a 1933. A Islândia, também sede de um forte movimento de temperança, foi o primeiro país ocidental a contar com uma lei proibindo o consumo de bebidas alcoólicas, aprovada em 1908. (Carlini-Cotrim, 1992; Bravo, 2000). O primeiro esforço oficial para o controle das drogas na Inglaterra foi durante a Primeira Grande Guerra, quando o uso de opióides e de cocaína começou a ficar fora de controle. Estas substâncias eram vendidas nas farmácias como um “útil e agradável presente para os soldados na guerra”. O primeiro ato de controle das drogas, então, foi a restrição da sua disponibilidade. Esta repressão levou à insatisfação da classe médica inglesa que perdia a autonomia de prescrição de tais substâncias. (Moreira, 2001).

Segundo Silveira (2001), *“Cabe salientarmos que em situações onde o acesso às drogas é muito facilitado e mesmo estimulado, existe também uma tendência ao consumo descontrolado”*. A ausência de medidas de controle, aliada às turbulências sociais do período, fez notar o uso indevido de substâncias psicoativas como fenômeno crescente. Este consumo inadequado pode ter sido um dos elementos que desencadearam a “Ideologia da Temperança”. Porém, o outro extremo a que esta política chegou não é menos perigoso. Ainda segundo Silveira, *“Outro exemplo do desenvolvimento de formas mais perigosas de consumo de drogas desencadeadas pela repressão se deu na época da Lei Seca, no início deste século, quando foi proibido o uso de álcool nos Estados Unidos: foi o único momento da história onde, em consequência da dificuldade de acesso a bebidas alcoólicas, foram registrados casos de uso de álcool injetável”*. (Silveira, 2001)

*“Doze anos depois (da aprovação da ‘Lei Seca’ americana) existiam 500.000 novos delinqüentes, 34% dos agentes responsáveis pela repressão são suspeitos de corrupção junto com dois ministros, o do Interior e o da Justiça, 30.000 pessoas*



*morrem por beber álcool metílico e 100.000 ficam com lesões permanentes*". (Escohotado, 1996).

Segundo Musto (1991), citado por Carlini-Cotrim (1992), durante o período de intolerância às drogas, os norte-americanos aliaram leis severíssimas a uma estratégia de silêncio, de sonegação de informação à população sobre os efeitos e causas do uso de drogas. *"Penas severas, silêncio e, se o silêncio não era possível, exagero, foram estratégias básicas contra as drogas"*. Ainda para este autor, o preço destas táticas equivocadas foi a descrença nas escassas e caricaturais mensagens antidrogas veiculadas e, principalmente, a formação de uma geração sem memória, que ignorava as lições do passado.

Vale a pena mencionar que existem divergências entre os estudiosos quanto às motivações dos ciclos de controle de substâncias psicoativas como a "Ideologia da Temperança". Conforme Carlini-Cotrim (1992), para o enfoque epidemiológico, esboçado acima, estes ciclos podem ser explicados fundamentalmente pela reação da população às variações epidemiológicas de consumo de psicotrópicos. Segundo este enfoque, a postura mais liberal em relação às drogas levaria ao aumento do consumo pela população. Este aumento de consumo traria como conseqüência uma elevação na quantidade de danos pessoais e sociais, como maior número de acidentes, aumento de casos de uso abusivo e dependência de psicotrópicos, o que levaria a população a ter uma atitude menos tolerante frente às drogas.

*"Com o século XIX chega o descobrimento e a comercialização dos fármacos, sendo os principais, a morfina e a heroína. A comercialização e venda desta última transformou a pequena fábrica de colorantes Bayer numa gigantesca empresa química. Em 1859 é produzida a cocaína, que pouco tempo depois passou a estar presente em mais de uma centena de bebidas de venda livre, entre elas a Coca Cola e o famoso vinho de coca Mariani. No início do século XX as drogas conhecidas são de venda livre, sem que o fato chame a atenção de juízes ou políticos"*. (Bravo, 2000). Então, de acordo com o enfoque epidemiológico, o desenvolvimento da indústria química possibilitando o aumento da variedade e disponibilidade das substâncias psicoativas, aliado à falta de controle social teria propiciado um aumento descontrolado do consumo dos psicotrópicos. E a "Ideologia da Temperança" seria o fruto da reação da sociedade frente aos danos trazidos pelo uso indevido das drogas.

Para um outro enfoque, chamado psicossocial, a situação epidemiológica não seria suficiente para explicar estes movimentos sociais.

*“Mais que isso, alguns autores, como Craig Reinerman e Harry Levine, sugerem que a existência objetiva de certos problemas sociais e a formação de movimentos que clamam por sua resolução são processos independentes entre si... Assim é que vários autores (Levine, 1978; Pinson, 1985; Sulkunen, 1985) têm se dedicado a estudar os processos sociais e históricos que têm levado os movimentos antidrogas a cumprirem, nas sociedades urbano-industriais, papéis de demarcarem fronteiras sociais, de consolidarem estereótipos étnicos e sexuais, de fortalecerem sentimentos de nação e classe, de legitimarem ações repressivas e de controle”.* (Carlini-Cotrim, 1992).

Segundo Bravo (2000), Escohotado (1996) relaciona o movimento proibicionista na América com dois fatores principais: primeiro, a reação do puritanismo nos EUA (que, como os outros países onde floresceu a “Ideologia da Temperança”, tem forte influência religiosa protestante) ao aumento da imigração - os abusos de cocaína começam a ser atribuídos aos negros, de maconha aos mexicanos e de álcool aos judeus e irlandeses, e segundo, à liquidação do estado mínimo, com o recurso da formação de uma crescente burocracia que tenta disciplinar a vida pública.

Segundo Carlini-Cotrim (1992), *“O álcool passou cada vez mais a ser o elemento que explicava tudo o que não ia bem na nação norte-americana emergente: pobreza, crime, violência, desestruturação familiar, crianças abandonadas, insucessos pessoais e falências financeiras... No século XIX, a transformação do álcool em ‘bode expiatório’ da sociedade norte-americana significa, sobretudo, a possibilidade de explicar os insucessos da ‘América Livre’ (Free America)”.*

Os estudiosos imputam motivação semelhante à proibição da maconha no Brasil. A expansão do uso da cannabis entre os séculos XVI e XX no Brasil se deu preferencialmente entre negros e índios, relacionando-se aos setores marginalizados da sociedade. *“Associada aos negros e aos índios, a maconha em pouco tempo adquiriu fama. Vinculada a uma idéia de vagabundagem e malandragem, a erva tornou-se maldita e a cultura do homem branco criou o estigma e o mito ainda predominantes”* (Rocco, 1999). Desta forma, associava-se indiretamente a idéia de vagabundagem e malandragem aos negros e índios. Para Adiala (1985), apud Rocco (1999), “a

*transformação do uso de drogas em problema público, no Brasil, remonta às últimas décadas do século XIX e se articula ao processo de controle da medicina por agentes especializados no tratamento de saúde... esta nova medicina passa a ser oficial no país, instituindo em sua prática 'novas técnicas de controle social', como forma de combater as causas dos males do Brasil que eram o clima tropical e a miscigenação racial... É nesse momento que as drogas aparecem como um problema".* E por aí seguem inúmeros exemplos de “lucros sociais secundários” trazidos pela intolerância às drogas aos diversos países onde floresceu a “Ideologia de Temperança”, que ultrapassam, em muito, a problemática dos danos trazidos pelo uso indevido de substâncias psicoativas em si.

No século XX, as décadas de 60 e 70 marcaram, em vários países, um período de acentuada condescendência com o consumo de drogas. Neste período, artistas e intelectuais propagaram o uso de substâncias psicoativas e o associaram a ideais de contracultura e de uma nova ordem social. Foi um período de grandes questionamentos, quando os jovens americanos não aceitavam com a mesma naturalidade a intervenção bélica americana no Vietnã e reuniram-se em grandes eventos como o festival de Woodstock. O desenvolvimento da pílula anticoncepcional e publicações ousadas, como o relatório Hite, questionavam tabus arraigados, desvinculando a atividade sexual da constituição de família. Na França florescia uma turbulência que teve como apogeu o movimento de “Maio de 68”, quando se tinha a impressão do fim da ordem social vigente. O uso de substâncias psicoativas entrou neste pacote de experimentações de novos costumes e questionamentos sociais (Olievenstein, 1991). Ainda na França, em 1970, foi aprovada a lei que garante o anonimato, gratuidade e voluntariedade do tratamento dos dependentes químicos, fundamentos que regem até hoje o atendimento a farmacodependentes naquele país (Moreira, 2000)<sup>2</sup>. Carlini-Cotrim (1992), observa que *“o que distinguiu essas décadas das que as precederam (e sucederam também) é que as tentativas de discriminar e reprimir o uso de substâncias psicoativas encontraram, comparativamente, pequeno eco social e pouca legitimidade”*.

---

<sup>2</sup> Moreira, F.G., Rapport des Stage, relatório de encerramento de estágio realizado no Centre Medical Marmottan, Paris, França, 2000.

*“Embora o uso de drogas e especialmente de opiáceos não fosse em absoluto um problema novo para os Países Baixos, as raízes do problema das drogas na atualidade encontram-se no final dos anos 60. Foi a época dos protestos estudantis e juvenis, do questionamento da ordem social estabelecida e da busca de novos valores (sub) culturais. Como parte dessa busca, as pessoas começaram a experimentar drogas, como maconha e alucinógenos”.*(Grund, Kaplan, & Adriaans, 1989).

Desde o fim da década de 70, o cenário das drogas passa por um novo processo de mudança: vários países vivem um segundo ciclo de intolerância às drogas.

*“Em 1972, a heroína tornou-se amplamente disponível nos Países Baixos. A reação inicial das autoridades nacionais e locais não foi muito diferente da reação que atualmente ainda vemos em muitos outros países, que, em palavras simples, diz: “Este fenômeno é indesejável. Devemos livrar-nos dele por todos os meios!” “Todos os meios” significava uma política judicial repressiva e... (rápido) crescimento do movimento de tratamento baseado na abstinência”.* (Grund et al., 1989).

De acordo com Maierovitch (2003), porém, o posicionamento europeu distanciou-se do norte-americano. Enquanto este foi se caracterizando por uma crescente intolerância, especialmente voltado para o consumo de drogas ilícitas, aquele foi, gradativamente, aceitando novas formas de abordagem do problema, conforme era observada a ineficácia das abordagens repressivas.

Segundo Bravo (2000), existem atualmente dois discursos contrapostos a respeito do consumo de drogas: o tradicional, ligado a posturas repressivas, que considera só as drogas ilegais, criminalizando o usuário – a chamada “Guerra às Drogas”; e um novo, denominado de “Redução de Danos”, que não tem como objetivo a eliminação total do consumo, senão a diminuição dos efeitos prejudiciais do mesmo, priorizando, assim, a saúde dos sujeitos e da comunidade em geral. Por trás de cada um destes discursos expressam-se relações de poder existentes nas estruturas sociais.

### **A “Guerra às Drogas”**

Segundo Carlini-Cotrim (1992): *“Se, no século XIX, os movimentos contra o álcool lideraram as outras ações antidrogas, sem dúvida, nos dias de hoje, este lugar foi tomado pelas drogas ilícitas, principalmente maconha, cocaína, crack e heroína”.* O

movimento denominado “Guerra às Drogas”, à semelhança da “Ideologia da Temperança”, ganha grande força nos Estados Unidos. Este adota como política externa exportar sua postura centrada na repressão.

*“Nos EUA, desde Nixon, adota-se uma arrogante política militarizada, daí as operantes bases de Manta (Equador), Iquitos (Peru), Aruba e Curaçao (Caribe). A política norte-americana ainda criminaliza o consumidor, atribuindo-lhe pena pesada. E os EUA até impõem sanções econômicas aos países que não recebem certificados de bons combatentes das drogas ilícitas”. (Maierovitch, 2003).*

Este movimento tem como objetivo um mundo livre de drogas, trabalha na perspectiva da abolição de todo e qualquer uso das mesmas, com grande investimento na repressão. *“A Assembléia Especial da ONU, em 1998, praticamente ratificou a Convenção de Viena, realizada dez anos antes (1988). A Convenção de Viena ficou caracterizada pela prevalência de normas repressivas. Entre outras, contemplou a erradicação forçada de áreas de cultivo de coca e papoula, sem preocupação com os cultivos substitutivos. Quanto ao usuário, recomendou um encarceramento mais duradouro. Na Assembléia Especial de 1998, os norte-americanos apostaram na colocação em pauta do Plano Scope (Strategy for Coca and Opium Poppy Elimination), uma estratégia de erradicação, valendo-se do emprego de herbicida, das áreas de plantio de coca e papoula existentes na Colômbia, no Peru, na Bolívia, em Mianmar, no Laos, no Afeganistão, no Paquistão e no Vietnã”. (Maierovitch, 2003).*

Cabe aqui lembrar que na questão do consumo de drogas, como qualquer outro consumo, temos duas frentes de atuação: a oferta do produto, sua disponibilidade e a procura pelo produto, sua demanda. A política de “Guerra às Drogas” concentra suas ações na redução da disponibilidade destas substâncias: a repressão à produção, comercialização e utilização destas. Conforme Olievenstein (1991), *“para resumir, eu diria que a ideologia fundamental do sistema americano é a contenção, o controle”*. Daí a intolerância ao usuário, que, ao portar a substância, independente do uso que faça dela, reafirma a existência da droga, desafiando o controle do estado. As questões referentes à demanda são relegadas ao segundo plano. As estratégias de prevenção, campo da redução de demanda por excelência, resumem-se à persuasão dos indivíduos para a abstinência, “diga não às drogas”, não havendo uma preocupação

com as diferentes formas de uso ou com a abordagem dos fatores determinantes ou facilitadores do abuso dos psicotrópicos.

Após mais de uma década de existência, acumulam-se as críticas a esta política. Escohotado (1997), constata que *“O ‘diga não às drogas’ entra por um ouvido e sai por outro, funcionando como estímulo indireto: em outras palavras, deixou de ser preventivo para os nossos filhos e parece prevenir ainda menos os nossos netos”*. (Silveira, 2001), alerta que com a menor disponibilidade das drogas dois fenômenos podem acontecer: sendo o acesso à droga mais difícil, alguns usuários do produto podem passar a adotar formas de consumo mais perigosas; ou a diminuição da oferta do produto pode levar à diminuição do uso daquela droga, mas, ao mesmo tempo, promover o aumento do consumo de outras drogas. *“Considerando-se, por exemplo, o uso de solventes por crianças de rua na cidade de São Paulo. Observamos que a intensificação do controle da venda de cola no início dos anos 90 reduziu o acesso das crianças ao produto. Entretanto, houve um aumento em 500% do uso de esmalte logo em seguida”*. (Silveira, 2001). Além disso, mesmo com o implemento dos recursos repressivos, nem sempre a redução da disponibilidade de tais substâncias é alcançada. Segundo Buning, Rensink, & Bron, *“A ‘guerra às drogas’ dura 10 ou 15 anos e bilhões de dólares foram gastos em todo o mundo. No entanto, nunca existiram tantas drogas nas ruas como agora”*. Outro risco do investimento ilimitado na repressão é que: *“Quando as medidas de controle envolvem situações de violência, como as que têm sido utilizadas junto aos usuários de drogas, elas habitualmente desencadeiam situações de estresse, que parecem ser um dos fatores que contribuem para o aumento da necessidade de usar drogas (aumento da demanda)”*, (Silveira, 2001).

Assim como na “Ideologia de Temperança”, as motivações da “Guerra às Drogas” estão além da epidemiologia do uso indevido de substâncias psicoativas. *“Nas últimas décadas, observamos a disseminação progressiva de movimentos antidrogas que influenciaram até mesmo modelos teóricos pretensamente científicos e acabaram por nortear políticas públicas como aconteceu nos Estados Unidos. Uma série de arbitrariedades e violação aos direitos humanos passou a ser cometida por estes defensores de uma sociedade sem drogas. As drogas passaram a ser o ‘bode expiatório’ de tudo o que era indesejável ou temido em nossa cultura. No âmbito deste processo de ‘diabolizar’ as drogas, estas passaram a ser o depositário da violência, da degenerescência, do próprio Mal. Na verdade sabemos que estes fenômenos*

*constituem mecanismos psicológicos muito primitivos de se lidar com questões complexas e ameaçadoras. Afinal, as drogas não podem ser consideradas 'boas' ou 'más' em si mesmas, o que pode vir a ser destrutiva ou não é a relação que o indivíduo estabelece com as drogas". (Silveira, 2001).*

### **A “Redução de Danos” e a “Redução de Riscos”**

Em meados da década de 80, o advento da AIDS traz um novo olhar para esta questão. A transmissão e a disseminação do vírus entre usuários de drogas injetáveis passaram a ser uma ameaça a toda a sociedade, trazendo a necessidade de ações preventivas efetivas, cujos resultados não dependessem da aderência destes pacientes aos tratamentos que visavam a abstinência. Surgem os primeiros centros de distribuição e troca de agulhas e seringas na Holanda e Inglaterra, entre 1986 e 1987. (Derricott, Preston, & Hunt, 1999). Cabe ressaltar que o movimento que resultou na criação de tais centros, na Holanda, contou com a participação determinante de uma associação de usuários de drogas injetáveis, a “Junkiebond”.

*“Como descrito por van de Wijngaart 1991, o ponto de partida da Junkiebond é zelar pelos interesses dos usuários de drogas. O mais importante é combater a deterioração do usuário ou, dito de outra maneira, melhorar as condições de vida e de moradia do dependente. Sua filosofia é a de que os próprios usuários de drogas conhecem melhor seus problemas. O trabalho da "Junkiebond" envolve consultas com funcionários do governo sobre questões como a distribuição de metadona, a disponibilidade de seringas esterilizadas gratuitas, a política dos legisladores e da polícia e os problemas de moradia”. (Marlatt, 1999).*

Nesta mesma década, na Inglaterra, com a influência do “Rolleston Committee”, os médicos voltaram a ter liberdade de prescrição, inclusive de opióides e cocaína. (Moreira, 2001). A criação dos centros de troca de seringa, juntamente com as terapias substitutivas de heroína por prazo indeterminado e a liberdade de prescrição readquirida pelos médicos na Inglaterra, constituem o início desta outra forma de abordagem do problema das drogas intitulada “Redução de Danos”.

*“Nos anos 80 surgiu uma nova filosofia de tratamento... Cada vez mais, o governo incentivava formas de auxílio cujo principal objetivo não era eliminar o comportamento adictivo como tal, e sim melhorar o bem-estar físico e social dos*

*viciados e ajudá-los a atuar socialmente. Nessa fase, a incapacidade (temporária) do viciado de abandonar o uso de drogas estava sendo aceita como fato. Esse tipo de assistência pode ser definido como redução de danos ou, em termos mais tradicionais, prevenção secundária e terciária. Sua efetividade só pode ser assegurada por serviços de baixa exigência e auxílio acessível, os quais são conceitos-chave na política holandesa em relação às drogas. Isso toma a forma de: trabalho de campo nas ruas, em hospitais e em prisões; centros de livre circulação para prostitutas; fornecimento de metadona prescrita como droga substituta; apoio material; e oportunidades de reabilitação social". (Englesman, 1989, p. 216) apud (Marlatt, 1999).*

Esta política aceita que *"bem ou mal, as drogas lícitas e ilícitas fazem parte deste mundo, e escolhe trabalhar para minimizar seus efeitos danosos ao invés de simplesmente ignorá-los ou condená-los"*, (Harm Reduction Coalition, 2002-2003). Aqui, o critério de sucesso de uma intervenção não segue a lei do "tudo ou nada", são aceitos objetivos parciais. As alternativas não são impostas de "cima para baixo", por leis ou decretos, mas são desenvolvidas com participação ativa da população beneficiária da intervenção.

As ações de distribuição e troca de agulhas e seringas resultaram em redução para cerca de 1% a porcentagem de usuários de drogas injetáveis infectados com HIV em Liverpool e Glasgow. (Derricott et al., 1999). A partir das primeiras vitórias, esta nova forma de pensar o problema das drogas foi sendo ampliada para os diversos aspectos da questão das drogas, incluindo a prevenção primária, na prática chamada de "Redução de Riscos".



Cabe aqui um esclarecimento. Segundo Silveira (2001), Marlatt (1999), e Bucher (1988), sistematicamente, pode-se falar a respeito dos tipos de intervenção preventiva:

- Antes do primeiro contato com o produto (**Prevenção Primária**)
- Antes da instalação de uma dependência (**Prevenção Secundária**)
- Antes do aparecimento de complicações decorrentes do uso abusivo de drogas ou a intervenção no sentido de reverter ou minimizar as complicações. Aqui estão incluídos: o tratamento, a prevenção de recaídas e a reinserção social. (**Prevenção Terciária**).

Poderíamos, então, assumir que as ações compatíveis com esta linha de trabalho, no nível da prevenção primária, são denominadas “Redução de Riscos”, no nível da prevenção terciária, chamam-se “Redução de Danos”. No nível da prevenção secundária caberiam tanto as ações ditas de Redução de Riscos – ou seja, ações voltadas para reduzir as chances de um dano em potencial - como ações de Redução de Danos. O denominador comum destas ações é a postura compreensiva e inclusiva, são as abordagens “amigáveis” ao usuário. E, conforme Silveira & Silveira (2001), apresentam como objetivos gerais evitar, se possível, que as pessoas se envolvam com o uso de substâncias psicoativas; se isto não for possível, evitar o envolvimento precoce com o uso de drogas, retardando-o ao máximo; para aqueles que já se envolveram, ajudá-los a evitar que se tornem dependentes; e, para aqueles que já se tornaram dependentes, oferecer os melhores meios para que possam abandonar a dependência. Se, apesar de todos os esforços, eles continuarem a consumir drogas, orientá-los para que o façam da maneira menos prejudicial possível. Para tanto, o foco deixa de ser a droga em si, mas a qualidade de vida. Existe um esforço em abarcar as possíveis causas do uso indevido de drogas. Informações realistas a respeito das substâncias psicoativas, lícitas e ilícitas são divulgadas, porém, “as informações concentram-se menos nos perigos e insistem mais na equação do uso racional e responsável de drogas, ou ainda, enfatizam as vantagens de um estilo de vida isento delas...” (Soares & Jacobi, 2000).

Marlatt (1999), sintetiza cinco princípios básicos, pressupostos e valores desta abordagem.

1. A redução de danos é uma alternativa de saúde pública aos modelos moral/criminal e de doença do uso e da dependência de drogas.

2. A redução de danos reconhece a abstinência como resultado ideal, mas aceita alternativas que reduzam os danos.
3. A redução de danos surgiu principalmente como uma abordagem de "baixo para cima", baseada na defesa do dependente, em vez de uma política de "cima para baixo", promovida pelos formuladores de políticas de drogas.
4. A redução de danos promove acesso a serviços de baixa exigência, ou seja, serviços que acolhem os usuários de forma mais tolerante, como uma alternativa para as abordagens tradicionais de alta exigência, aquelas que, tipicamente, exigem a abstinência total como pré-requisito para a aceitação ou permanência do usuário.
5. A redução de danos baseia-se nos princípios do pragmatismo empático versus idealismo moralista.

As principais críticas a esta política são de caráter moral, seus opositores a consideram um incentivo ao uso de drogas, ou ainda, consideram-na uma atitude derrotista, que assume a derrota na “guerra”. Já os partidários da “redução de danos” e da “redução de riscos” consideram utópico o ideal de um mundo livre de drogas, julgam tal “guerra” pouco pragmática e questionam a legitimidade da intervenção do estado no direito individual de usar ou não qualquer que seja a substância para atingir estados alterados de consciência.

Segue abaixo um quadro (tabela 1), comparando a política de “Guerra às Drogas” com esta abordagem, elaborado com informações sintetizadas por Wodak (1997) e apresentadas por Bravo (2000):

**Tabela 1: Quadro comparativo “Guerra às Drogas” X “Redução de Riscos e Danos”.**

<u>Redução de Riscos e Danos</u>	<u>Guerra às Drogas</u>
Aceita a inevitabilidade de um determinado nível de consumo na sociedade, define como seu objetivo primário reduzir as conseqüências adversas desse consumo.	Parte do pressuposto de que é possível chegar a uma sociedade sem drogas.

Enfatiza a obtenção de metas sub-ótimas a curto e médio prazos.	Enfatiza a obtenção de metas ótimas a longo prazo.
Ação na visão tradicional da Saúde Pública.	Predominam as ações jurídico-políticas, as de saúde são restritas.
Vê os usuários como membros da sociedade e almeja reintegrá-los à comunidade.	Vê os usuários de drogas como marginais perante a sociedade.
Enfatiza a mensuração de resultados no âmbito da saúde e da vida em sociedade, freqüentemente com metas definidas e determinados objetivos.	Enfatiza a mensuração da quantidade de droga consumida.
Implementa as suas intervenções com envolvimento relevante da população-alvo.	As intervenções são planejadas por autoridades governamentais.
Enfatiza a importância da cooperação intersetorial entre instituições do âmbito jurídico-político e da saúde.	Orientação política populista.
Enfatiza a prevenção e o tratamento dos usuários de drogas fazendo com que as atividades de repressão se dirijam basicamente ao tráfico em grande escala.	Enfatiza a eliminação da oferta de drogas sem admitir nem o uso moderado das mesmas.
Julga que as atividades educativas referentes às drogas devem ser de natureza fatural, ter credibilidade junto à população-alvo, basear-se em pesquisas e traçar objetivos realistas.	As atividades educativas veiculam uma mensagem única: "Não às drogas".
Inclui drogas lícitas como o álcool e o tabaco.	Restringe-se ao uso de drogas ilícitas.

Dá preferência à utilização de terminologia neutra, não pejorativa e científica.	Preferência pela utilização de termos veementes e valorativos.
--	--

### **A Prevenção, a “Redução de Riscos” e a Escola.**

Este embate entre a postura de “Guerra às Drogas” e as de “Redução de Danos” e “Redução de Riscos” atualmente centraliza alguns dos principais dilemas e controvérsias neste tema, tanto na regulamentação e no tratamento como na prevenção do uso indevido de substâncias psicoativas. Porém, em ambas as posturas, a prevenção é um consenso como ação para reduzir a demanda de drogas. *“É opinião unânime, entre especialistas e estudiosos dos problemas de drogas, que o melhor combate ao seu uso indevido é a prevenção”.* (Bucher, 1988).

Novamente, cabem aqui alguns esclarecimentos. Segundo Silveira (1993), na relação entre um indivíduo e uma droga, teríamos como possíveis estratégias preventivas:

- Diminuir a oferta do produto;
- Diminuir a demanda por parte do usuário;
- Influir sobre as circunstâncias favorecedoras da oferta e da procura.

A primeira estratégia diz respeito às ações de repressão, voltadas para a redução da disponibilidade destas substâncias nas ruas. Seria a prevenção na esfera jurídico-legal. A estratégia para diminuição da demanda concentra-se na ação educativa por meio de intervenções de caráter principalmente pedagógico junto a familiares e educadores. Esta representa um consenso nas políticas até aqui apresentadas e é o objeto de estudo desta tese. A terceira estratégia é chamada de prevenção sanitária, realizada através de intervenções na esfera dos fatores de risco ou fatores de proteção, agindo predominantemente na interface oferta/demanda.

*“Em 1970, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) convocou, pela primeira vez, especialistas de vários países para discutirem a abordagem preventiva do uso de drogas. Em seguida, vários encontros*

*internacionais foram realizados. A partir de 1972, a educação destinada a prevenir o abuso de drogas foi considerada uma necessidade universal e premente". (Bucher, 1988).*

Quando falamos de educação preventiva para crianças e adolescentes, também é consenso que a escola é palco privilegiado para tal intervenção. *"A escola passou a ser o espaço privilegiado para o desenvolvimento de atividades preventivas, visando uma educação para a saúde, visto que quase toda a população passa por ela numa idade e em circunstâncias altamente favoráveis à assimilação de certos hábitos, atitudes e conhecimentos". (Costa & Gonçalves, 1988).*

Mas se a importância, o público-alvo e o local preferencial das ações preventivas são consenso, a metodologia permanece controversa. Os modelos de ação são múltiplos, derivados de uma e outra postura, mas também existem modelos intermediários. *"Na verdade, na maioria das vezes, a discussão sobre prevenção escolar negligencia a discussão de que enfoque se está adotando, tendendo a adotar um caráter de ordem mais técnico-pragmática, centrado na discussão de modelos de atuação. É possível, no entanto, através da descrição das propostas destes modelos, vislumbrar uma maior ou menor aproximação das duas posturas discutidas". (Carlini-Marlatt, 2001).* Segue uma análise crítica dos principais modelos de intervenção nas escolas em classificação idealizada por Klitzner, Fisher, Moskowitz, Stewart, & Gilbert (1991) e sintetizada por Carlini-Marlatt (2001).

### **Modelos de Prevenção**

#### O Modelo do Amedrontamento

*"Este modelo defende a estruturação de campanhas de informação nas escolas que exponham, de modo dramático e enfático, somente as conseqüências negativas do uso de drogas. Seus defensores acreditam que o medo pode ser um bom aliado da prevenção". (Carlini-Marlatt, 2001).* É um modelo ainda muito utilizado no Brasil, apesar de comprovadamente ineficiente. (Bucher, 1992; Machado, 2001). Quando os jovens se deparam, no seu cotidiano, com situações relacionadas ao uso de drogas bastante diferentes do que foi veiculado nas campanhas, todo o conteúdo da mensagem cai no descrédito, dificultando, inclusive, ações posteriores. (Moreira, 2001).

Explicando à luz das teorias de construção do conhecimento, *"de acordo com a concepção piagetiana, o último estágio do desenvolvimento cognitivo, o estágio das*

*operações formais, que corresponde ao período da adolescência (dos 12 anos em diante) é o operatório-formal e apresenta como principal característica a distinção entre o real e o possível... O adolescente é capaz de pensar em termos abstratos, de formular hipóteses e testá-las sistematicamente... Nesse período, os esquemas de raciocínio, antes indutivos, sofrem importante evolução, manifestada na incorporação do modelo hipotético-dedutivo".* (Palangana, 1994). Ou seja, a partir dos doze anos, nossos adolescentes já se comportam como "pequenos cientistas", não aceitam mais as informações que lhe são passadas de forma passiva. Quanto maior sua saúde mental, maior a tendência a verificar a veracidade destas e questioná-las. Daí a importância do compromisso com a verdade para o educador que pretende continuar sendo ouvido.

Além da ineficiência, este modelo se defronta com a questão ética da estruturação de qualquer proposta de educação baseada em meias-verdades. Lembrando Freire (1996): *"Não aceito, porém, em nome de nada, ações terroristas, pois que delas resultam a morte de inocentes e a insegurança de seres humanos. O terrorismo nega o que venho chamando de ética universal do ser humano".* (pág.16) ou *"O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão".* (pág.28) Como, então, ser democrático e, ao mesmo tempo, manipular informações?

### O Modelo do Apelo Moral

*"Este modelo defende que o uso de drogas é fruto, principalmente, da falta de um código moral e ético que o condene. Hansen destaca três tipos de atuação em que apelo moral serve de modelo. Os primeiros são os programas de compromisso, baseados em discursos e cruzadas que enfatizam as drogas como as culpadas pela corrupção moral das sociedades contemporâneas. Utiliza-se com frequência recursos como conchamar as pessoas a assinarem compromissos de se manter longe das drogas, petições antidrogas etc. O segundo tipo de atuação promove discussões grupais denominadas clarificação dos valores e procura demonstrar que os valores de cada pessoa, assim como seus planos pessoais, devem ser incompatíveis com o uso de drogas. O terceiro e último é de normalizar o ambiente, que procura, também, através de discussões grupais, estabelecer regras morais que devem ser cumpridas por todos e que excluam as drogas do meio imediatamente circundante".* (Carlini-Marlatt, 2001).

Lembrando que a tarefa do adolescente é a busca da própria identidade, diferenciando-se dos valores familiares para atingir a idade adulta, e que, nesta busca, ele inicialmente tende a negar os valores paternos para, num segundo momento, poder integrar o que lhe cabe destes valores, chegamos na fragilidade desta estratégia. *“As informações apresentadas nessas campanhas enfatizavam o uso de drogas como sendo uma prática anti-social, o que poderia levar muitos jovens a considerarem o uso de drogas como sendo um símbolo de insubmissão às normas sociais, quando não de desafio aos valores tradicionais”.* (Bucher, 1988). Este modelo esbarra não só em problemas de eficiência como em problemas éticos. Ingenuamente coloca as drogas como a fonte do mal na nossa sociedade. Contribui para aumentar o estigma e a exclusão social do dependente químico, dificultando sua reinserção. *“Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia”.* (Freire, 1996).

#### O Modelo de Treinamento para Resistir (Resistance Training)

Um representante clássico deste modelo é o Projeto ‘DARE’ – *“Drug Abuse Resistance Education”* ou Educação para a Resistência ao Abuso de Drogas. Segundo Ennett, Tobler, Ringwalt, & Flewelling (1994), este programa foi adotado por cerca de 50% das escolas locais nos distritos em todo o território dos Estados Unidos, sendo o mais prevalente neste país e também o mais amplamente avaliado. O Projeto DARE consiste em aulas semanais curriculares, é destinado aos alunos dos últimos anos da escola elementar e tem por objetivo treinar os estudantes para resistir às pressões para que se envolvam com drogas por parte de seu grupo de pares, da mídia e até dos pais (se for o caso). Inclui uma série de exercícios e atividades de sala de aula que ensinam o estudante a recusar, a se esquivar, a não ceder perante à oferta de drogas. Este programa é aplicado por membros do próprio projeto, que, muitas vezes, são policiais. *“Os resultados das avaliações deste projeto apontam para algum ganho significativo imediato tanto no conhecimento como no padrão de uso de drogas, mas ao contrário da aquisição de conhecimento, a redução do uso de drogas não se mantém nas avaliações após um ano ou mais tempo do término das aulas. Os resultados foram melhores para as meninas e piores para os meninos, em alguns aspectos, por vezes, contraproducentes”.* (Moreira, Silveira, & Andreoli, 2001).

Apesar das extensas avaliações, que incluem metanálises bem conduzidas (Ennett et al., 1994) apontando a ineficiência da intervenção, este programa começou a ser aplicado no Brasil com o nome de PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas. Aqui encontramos um problema a mais, a questão da (falta de) adaptação cultural. Muitos autores apontam o risco da transposição de métodos preventivos e educacionais sem levar em conta as especificidades socioculturais da população-alvo. Por exemplo, no Brasil, a figura do policial – profissional encarregado da aplicação do PROERD na maioria das escolas aqui – carregaria o mesmo símbolo que nos EUA? Provavelmente este símbolo seja diferente em cada região dentro do país ou em cada escola dentro de uma mesma região. *“Muitas vezes comete-se o erro de importar idéias, estratégias e material, aplicando-os às condições locais sem a preocupação de adaptá-las. (...) Ignorando-se dessa forma, o fato de que os contextos socioeconômicos que envolvem o consumo de droga nos dois países são diferentes”*. (Costa & Gonçalves, 1988).

#### O Modelo da Pressão de Grupo Positiva

*“Tem como tese central a utilização da pressão de grupo como um fator de influência para não usar drogas. A pressão de grupo, argumentam seus defensores, foi até agora considerada um elemento muito importante para a determinação do comportamento de consumir drogas entre jovens. Por que então não usá-la de maneira inversa? Para isso, esse modelo prega o afastamento dos adultos e a utilização dos próprios jovens para liderarem programas de prevenção”*. (Carlini-Marlatt, 2001). Propõe o contato dos adultos com líderes naturais dos adolescentes, para treiná-los a liderem com o problema, formando, assim, os chamados “agentes multiplicadores”, que funcionariam como “formadores de opinião” influenciando positivamente seus pares. Inclui também o incentivo de festas onde não existem psicotrópicos (drug free parties) e o fortalecimento de organizações de ajuda entre jovens.

Tobler (1997), denominou interativo a um grupo de programas que utilizam técnicas didáticas que estimulam a participação ativa dos alunos, podendo incluir a formação de “agentes multiplicadores” para conduzirem as discussões ou até o próprio programa. Em sua metanálise, este autor aponta resultados duas a três vezes superiores na redução do uso de substâncias com este grupo em relação aos modelos clássicos de intervenção. Embora obtenham resultados três vezes superiores, estes programas não alcançam



índices de sucesso considerados bons. Quanto ao estudo de Tobler, Cuijpers (2002b) coloca que *“convincentemente demonstrou que os programas interativos são mais efetivos que os não interativos, apesar dos efeitos dos programas interativos permanecerem pequenos em termos metanalíticos ( $d < .32$ )”*.

Cuijpers (2002b), em sua metanálise, concluiu que: *“... de maneira geral, os resultados obtidos por programas mediados por pares são algo superior aos efeitos obtidos por programas de prevenção mediados por adultos. A diferença entre os resultados, apesar de pequena, é estatisticamente significativa. Nos seguimentos após um ano e após dois anos do programa, esta diferença não permanece significativa”*. Este autor também chama a atenção para a heterogeneidade dos programas e resultados, colocando que *“Provavelmente, é mais realista concluir que a efetividade de um programa de prevenção é determinada por fatores múltiplos, incluindo o conteúdo do programa, a sua extensão, a idade do público-alvo, e, como Tobler e seus colegas demonstraram, o grau de interação entre os estudantes durante a intervenção. Quem aplica o programa pode ser um fator que tenha alguma influência na efetividade geral do programa de prevenção... Nós concluiríamos que programas conduzidos por pares podem ser mais ou menos efetivos que programas conduzidos por adultos, dependendo do conteúdo e da população alvo deste programa”*. O estudo de Cuijpers não especifica quais as circunstâncias que aumentam a efetividade dos programas liderados por agentes multiplicadores.

A importância da participação ativa dos alunos no processo de aprendizado de qualquer conteúdo não é novidade na área da pedagogia. Palangana (1994), afirma que: *“É possível inferir que o fio condutor da argumentação piagetiana, ou seja, a orientação básica de seu trabalho, expressa-se na idéia de que o conhecimento não se origina na percepção, mas sim na ação... A construção do conhecimento (do real) é uma conquista do homem que se realiza através da ação”*. (pág. 72 e 73) e também: *“Vygotsky destaca a importância da experiência partilhada, da comunhão de situações, do diálogo, da colaboração, concebendo, desse modo, o aprendizado como um processo de trocas e, portanto, verdadeiramente social”*. (pág. 152). Segundo Freire (1996), *“Todo ensino de conteúdos demanda de quem se acha na posição de aprendiz que, a partir de certo momento, vá assumindo a autoria também do conhecimento do objeto. O professor autoritário, que recusa escutar os alunos, se fecha a esta aventura criadora. Nega a si mesmo a participação neste momento de boniteza singular: o da afirmação do educando*

*como sujeito de conhecimento. É por isso que o ensino dos conteúdos, criticamente realizado, envolve a abertura total do professor ou da professora, à tentativa legítima do educando para tomar em suas mãos a responsabilidade de sujeito que conhece".* (pág.140/141).

#### O Modelo de Orientações de Pais (Por Outros Pais ou Profissionais Especializados)

*“O papel das escolas neste modelo é apenas o de servir como instituição recrutadora de pais participantes. As atividades propostas pelos pais-orientadores ou profissionais treinados são voltadas para restabelecer ou reforçar o controle dos pais sobre seus filhos, reduzir a influência dos amigos, pressionar escolas e comunidades para terem regras que evitem que seus filhos se aproximem das drogas. Orientam-se os pais, também, para perceber que seus filhos estão envolvidos com drogas, como fixar normas familiares de conduta e como dialogar mais com suas crianças”.* (Carlini-Marlatt, 2001). Um dos principais problemas enfrentado por este modelo é a baixa aderência dos pais. Outro problema, talvez o principal, é o risco de se estimular uma atitude polícialasca dos pais para com seus filhos, por vezes estimulando atitudes extremas, como testagens para detecção de possível uso de substâncias psicoativas. Tal postura gera um afastamento afetivo e um clima de desconfiança, dificultando a comunicação entre pais e filhos. O afastamento afetivo e a dificuldade de comunicação na família são em si, importantes fatores de risco para o abuso de substâncias. Entre os fatores protetores listados pelo NIDA - National Institute on Drug Abuse (2003), está: “fortes laços familiares”. Deve-se tomar o cuidado para que uma intervenção não acabe tendo o efeito oposto: minar laços familiares possivelmente frágeis.

*“Considerar patrulhamento, controle e punição como estratégias de prevenção simplesmente traduz nossa incompetência enquanto adultos em respeitar a individualidade do outro de forma autenticamente democrática”.* (Darré, Silveira, Andreoli, & Moreira, 2002).

Apesar da diversidade de programas até aqui apresentada, todos estes convergem para um importante ponto. São programas que incentivam a intolerância às drogas. *“São, neste sentido, modelos diretivos e intervencionistas, destinados a incluir, seja via moral, pelo medo, pelo treinamento ou pela disciplina uma atitude de rejeição às drogas e a seus usuários. Conseqüentemente, tais modelos são com freqüência usados por aqueles que*

*se identificam com a postura de guerra às drogas, embora possam, eventualmente, ser usados combinados com outras abordagens menos diretivas”. (Carlini-Marlatt, 2001).*

Outro problema central é o fato de serem intervenções relativamente pontuais. Estes programas resumem-se à didática de posturas, comportamentos ou atitudes, com maior ou menor tempo de aplicação, muitas vezes restritos ao ambiente escolar. Não é por acaso que as avaliações já citadas apontam resultados superiores para as intervenções mais duradouras e para aquelas que combinam ações nas escolas com ações na comunidade. Lembra Freire (1996), *“É uma pena que o caráter socializante da escola, o que há de informal na experiência que se vive nela, de formação ou deformação, seja negligenciado. Fala-se quase exclusivamente do ensino dos conteúdos, ensino lamentavelmente quase sempre entendido como transferência do saber. Creio que uma das razões que explicam este descaso em torno do que ocorre no espaço-tempo da escola, que não seja a atividade ensinante, vem sendo uma compreensão estreita do que é educação e do que é aprender”*. (pág.49)

Vejamos então outros modelos preventivos, com elementos mistos de uma ou outra postura teórica e modelos mais compatíveis com a redução de riscos:

#### O Modelo do Conhecimento Científico

*“Propõe o fornecimento de informações sobre drogas de modo imparcial e científico. A partir destas informações os jovens poderiam tomar decisões racionais e bem fundamentadas sobre as drogas”*. (Carlini-Marlatt, 2001).

Sobre este modelo, escrevem Costa & Gonçalves (1988): *“Acreditamos de que nada servirá falar do produto, classificá-lo, mostrar seus efeitos e conseqüências e, ainda, apresentá-lo de forma científica, se não tocarmos na questão fundamental da motivação, das atitudes e hábitos do indivíduo”*. (Pág. 50) Ou seja, somente o conhecimento científico das drogas não é o suficiente para evitar o seu uso. Os motivos que levam um jovem a experimentar estados alterados de consciência são múltiplos, e muitas vezes não incluem o desconhecimento dos riscos. Para o adolescente que precisa testar seus limites, o risco pode ser um atrativo a mais. Segundo Bucher (1988), um relatório da UNESCO, de 1977 alerta: *“A informação sobre o uso não médico de drogas, sobre abuso de medicamentos, de álcool ou fumo, deve visar muito mais as condições sócio-psicológicas susceptíveis de impedir ou frear o uso de drogas, que as características químicas e médicas das drogas”*.

(pág. 59). Segundo este mesmo autor, em 1979, um relatório da OMS – Organização Mundial da Saúde - critica algumas crenças e atitudes, em particular “*o modelo médico de informação, centrado no conceito de doença*”.

Se por um lado, a educação em drogas deve passar, em algum momento, pela transmissão de conceitos, o engano reside em centrar a ação preventiva na transmissão de conhecimento técnico, muitas vezes de forma dissociada de todo o entorno social e emocional do fenômeno descrito. Freire (1996), alerta: “... *seria, porém, exagero idealista, afirmar que a assunção, por exemplo, de que fumar ameaça minha vida, já significa parar de fumar. Mas deixar de fumar passa, em algum sentido, pela assunção do risco que corro ao fumar*”. (pág.44) e ainda: “*transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador*”. (pág.37)

#### O Modelo de Educação Afetiva

Segundo Klitzner et al. (1991), os programas de educação afetiva, que têm sua base na psicologia humanística, começaram a aparecer no início da década de 1970, em parte como resposta ao reconhecimento que as táticas de amedrontamento ou a transmissão de informação científica isolada tinham muito pouca influência no comportamento dos jovens. O modelo da educação afetiva assume que jovens estarão menos propensos a se envolver com álcool e outras drogas se eles forem ajudados a desenvolver “*âncoras positivas, habilidades afetivas e valores sólidos*”.

Os programas de educação afetiva incluem exercícios para aumentar a auto-estima e construir a autoconfiança, além de desenvolver habilidades de comunicação, de tomada de decisões, de lidar com stress e com a timidez. Nas versões mais recentes deste modelo são incluídos exercícios de “*esclarecimento de valores a respeito do uso de álcool e outras drogas*”. (Klitzner et al., 1991).

Ainda conforme estes autores, na sua forma original, a educação afetiva preconizava permitir ao jovem descobrir por ele mesmo como lidar com o álcool e outras drogas, e os professores eram orientados a não serem diretivos. Os programas mais recentes tornaram-se mais diretivos, incorporando mensagens tipo “*diga não às drogas*”.

Notadamente, este modelo sofreu as distorções da mudança da postura da sociedade frente ao consumo de substâncias psicoativas. Um modelo inicialmente pouco

diretivo, com o aumento da intolerância na nossa sociedade, tornou-se progressivamente rígido, descaracterizando a proposta original. Novamente vemos o problema das intervenções excessivamente diretivas, que caminham na contracorrente do próprio processo de desenvolvimento da criança e do adolescente. Conforme Palangana (1994), explicando Piaget: *“À medida que a criança cresce, seu respeito pela superioridade adulta tende a diminuir como também mudar de caráter. O adulto deixa de ser ‘dono da verdade’ e os questionamentos criança/adulto transformam-se em discussões. A partir de então, o conjunto das atividades de socialização, gestadas pelas trocas no grupo da mesma idade, prevalece sobre as atitudes de submissão intelectual da relação criança/adulto, colocando-se como instrumento fundamental do qual o sujeito se servirá, cada vez mais, durante toda sua vida”*. (pág. 146). Parece contraditório um modelo centrado na educação afetiva não considerar a aprendizagem da autonomia como ponto importante do desenvolvimento emocional.

#### O Modelo de Educação Normativa

*“Parte da constatação da necessidade humana (e principalmente com jovens) de se ajustar àquilo que percebe como norma social de comportamento para seu grupo. Esse ajuste é razoavelmente fácil quando se trata de consumir roupas e Cds, mas fica mais complicado quando se refere ao comportamento de usar drogas”*. (Carlini-Marlatt, 2001). A exploração do tema pela mídia acentua a tendência apontada pela literatura especializada dos jovens terem uma percepção distorcida da prevalência do uso de drogas pelos seus pares. Estes tendem a superestimar esta prevalência, o que, de certa forma, incentivaria o consumo. *“Assim, a educação normativa ajuda os jovens a questionar pressupostos do senso comum, como ‘todo jovem usa drogas’, é normal se embriagar quando se vai a uma festa etc”*.(idem)

Carlini-Cotrim (1992), coloca que o enorme aumento de espaço na imprensa para as matérias sobre drogas ilícitas, citado no início deste texto, não corresponde a um aumento equivalente do uso destas. Esta superexposição do tema, no entanto, acaba banalizando o assunto, criando a falsa impressão de que “todo mundo usa drogas”. (McRae, 2002), apontou como principal ação para a redução de danos e riscos para o uso de maconha, a desglamorização desta, especialmente por parte da mídia.

#### O Modelo de Oferecimento de Alternativas

São programas que visam o oferecimento de alternativas de diversão, desafio e alívio do tédio, pois, segundo Lescher (2001): *“Criança prefere empinar pipa a pipar pedra (crack)”*.

Conforme Carlini-Marlatt (2001), *“este modelo procura proporcionar aos jovens sensações de expansão da mente, crescimento pessoal, excitação, desafio e alívio do tédio, ou seja, highs, através de outros meios que não o consumo de drogas”*. É importante que tais atividades variem conforme os interesses e gostos da população a que se destinam. Podem se constituir em atividades esportivas e/ ou artísticas, programas de recuperação da identidade e orgulho étnico de minorias como a formação de grupos de Hip Hop, grafiteagem, oficinas de capoeira, de dança, etc. ”... A ênfase dessa nova abordagem se dá no sentido de orientar o desenvolvimento do potencial socioafetivo em direção a um estilo saudável de vida, em que o uso de drogas não desperte sequer interesse, ou então, um interesse ou curiosidade que não prejudique nem a pessoa nem a sociedade”. (Soares & Jacobi, 2000). Ou seja, ao se ampliar o leque de possibilidades de um indivíduo, o uso, mesmo que experimental, de drogas passa a ser apenas uma possibilidade em muitas.

*“Indivíduo tem direito de decidir sobre sua vida, conhecendo fatos, tendo acesso à informação. No entanto tem também que arcar com as conseqüências de seus atos. Entretanto, em uma sociedade onde o indivíduo não tem acesso à escola, a moradia é precária, a situação familiar comprometida, violência e tráfico são pano de fundo, aliados à falta de perspectiva econômica, fica difícil dizer que o adolescente tem o poder de optar. Assim, é responsabilidade da sociedade oferecer alternativas, dar oportunidades, estimular a criatividade e o potencial destes adolescentes para que consigam conviver com as adversidades sem ter que usar a droga como anestésico, como alimento, como substituto de vínculo afetivo”*. (Oliveira, 2002)<sup>3</sup>.

Este modelo foi aplicado nas escolas públicas do estado de São Paulo, com o chamado “Programa Permanente de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas”, entre 1991 e 1994, com bons resultados iniciais. (Soares & Jacobi, 2000). Infelizmente, após uma

---

<sup>3</sup> Oliveira, M.P.M.T., Prevenção Do Uso Indevido De Drogas. (Aula do I Curso “online” de Dependências – módulo básico do PROAD – Programa de Orientação e Atendimento ao Dependente do Departamento de Psiquiatria da EPM/ UNIFESP) São Paulo, 2002.

mudança de governo, não foi dada continuidade ao programa, tampouco às avaliações dos resultados. Além disso, os poucos estudos de avaliação de impacto realizados não incluíram avaliação de nível de consumo de drogas pelos alunos com pré e pós-teste ou avaliação de seguimento após alguns anos do fim da intervenção, o que dificulta avaliar a extensão dos resultados obtidos. Darré et al. (2002), alerta: *“Uma ação preventiva deve ser desenvolvida junto a determinado público-alvo, por um período determinado de tempo, com subsequente avaliação do impacto da intervenção proposta. Somente a partir desta avaliação poderemos tomar conhecimento de nossos erros e acertos, parâmetros que deverão guiar a continuidade desta ação preventiva”*.

Este modelo também segue pouco avaliado no cenário internacional: *“O mesmo achado vale para os programas que incluem promoção de atividades artístico-desportivas: os bons resultados iniciais nas raras avaliações examinadas por Tobler, 1997, necessitam de mais estudos para confirmação”*. (Moreira et al., 2001).

#### O Modelo de Educação para a Saúde

Este modelo apresenta como proposta central a educação para uma vida saudável. *“Assim, orientar para uma alimentação adequada, para atividades não propícias a estresse, para uma vida sexual segura, e até para a escolha correta da pessoa que dirigirá o carro num passeio de grupo compõe um currículo em que a orientação sobre os riscos do uso de tabaco, álcool e outras drogas também se faz presente”*. (Carlini-Marlatt, 2001). Costa & Gonçalves (1988), orientam que é preciso que a escola introduza a questão das drogas dentro de um contexto amplo, visando a responsabilização do indivíduo perante a sua vida e sua saúde. *“Devem-se abordar questões tais como a poluição, a solidão e o isolamento urbano, o modelo de vida competitiva e imediatista e outros temas que provocarão uma reflexão sobre os padrões de comportamento adotados pela sociedade em que vivemos”*.

Os modelos de educação para a saúde e de oferecimento de alternativas, apesar de ainda pouco testados, são modelos mais promissores por apresentarem uma maior coerência com o papel da escola como lugar de formação e inclusão social dos alunos e não apenas um espaço de transmissão de informações.

#### O Modelo de Modificação das Condições de Ensino

*“Defende que a vivência escolar, particularmente a da pré-escola e do ensino elementar, vai ser fundamental para um desenvolvimento sadio do adolescente e adulto. Nesta medida, este modelo inicia sua atuação pela modificação do ambiente onde este aluno é formado, entendendo-o como um passo seguro na modificação do aluno. Suas estratégias pretendem constituir-se, assim, em ações globalizantes de prevenção à delinquência, a patologia mental e também ao abuso de substâncias psicoativas”.* (Carlini-Marlatt, 2001).

Segundo (Klitzner et al., 1991), esta é uma proposta de intervenção intensiva, precoce e duradoura, apresentando grande tendência para envolver pais e comunidade em suas atividades. Este modelo tem cinco vertentes básicas, freqüentemente combinadas na prática interventiva:

- Modificação das Práticas Institucionais
- Melhoria do ambiente Escolar
- Incentivo ao Desenvolvimento Social
- Oferecimento de Serviços de Saúde
- Envolvimento dos Pais em Atividades Curriculares

Neste modelo é aceita a necessidade de intervenção no ambiente, muitas vezes desfavorável, e não apenas no estudante. *“Admite-se, assim, que uma escola inadequada e injusta pode constituir um fator propiciador do abuso de drogas, deslocando a discussão para o campo da política educacional e do questionamento pedagógico”.* (Carlini-Cotrim, 1992). Aqui, deixa-se de ver a questão das drogas de forma dissociada da vida dos alunos, ao mesmo tempo em que se conclama a escola a assumir seu papel social de forma integrada à comunidade. Os estudos corroboram com este movimento, apontando resultados superiores para as intervenções conjuntas, realizadas nas escolas e na comunidade. (Cuijpers, 2002a; Tobler, 1997). Lembrando que, nos países desenvolvidos, os programas universais de prevenção ao uso indevido de drogas assumem que os demais aspectos da vida dos estudantes já estão sendo cuidados de alguma forma. Aqui no Brasil, freqüentemente estamos lidando com jovens desassistidos nos muitos aspectos de suas vidas.



Podemos ver este segundo bloco, não como modelos isolados, mas como um continuum, um movimento crescente no sentido da preocupação da formação integral do aluno, culminando com a proposta da modificação das condições de ensino, sintetizando as propostas anteriores. Desta forma, desviamos nossas atenções do uso das substâncias psicoativas para nos preocuparmos com melhoria das condições de desenvolvimento das nossas crianças e adolescentes; instrumentamos os alunos para que eles façam as escolhas, ao invés de escolhermos por eles. Chegamos ao cerne da questão, que é essencialmente social: a formação de cidadãos, aptos para tomarem suas próprias decisões.

É justamente a concepção da educação como exercício de cidadania que permeia os PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais, formulados a partir da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal n. 9.394), aprovada em 20 de dezembro de 1996. Os PCN propõem uma série de modificações no ensino fundamental e têm como premissas a ética, a preparação dos alunos para o exercício da cidadania numa sociedade democrática, o respeito à diversidade cultural e a preocupação com a desigualdade social.

Ao entrarmos no campo da política educacional e do questionamento pedagógico, torna-se obrigatória uma atualização nas discussões desta área.

### **Política Educacional, Parâmetros Curriculares Nacionais e Temas Transversais<sup>4</sup>.**

Até dezembro de 1996, o ensino fundamental esteve estruturado nos termos previstos pela Lei Federal n. 5.692, de 11 de agosto de 1971 (Brasil, 1997). Em 1990 o Brasil participou da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, convocada pela Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância, PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Banco Mundial. Dessa conferência, assim como da Declaração de Nova Delhi — assinada pelos nove países em desenvolvimento de maior contingente populacional do mundo —, resultaram posições consensuais na luta pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para

todos, capazes de tornar universal a educação fundamental e de ampliar as oportunidades de aprendizagem para crianças, jovens e adultos. Tendo em vista o quadro atual da educação no Brasil e os compromissos assumidos internacionalmente, o Ministério da Educação coordenou a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003) que, em consonância com o que estabelece a Constituição de 1988, afirma a necessidade e a obrigação de o Estado elaborar parâmetros claros no campo curricular capazes de orientar as ações educativas do ensino obrigatório.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal n. 9.394), aprovada em 20 de dezembro de 1996, consolida e amplia o dever do poder público para com a educação em geral e em particular para com o ensino fundamental. Essa LDB reforça a necessidade de se propiciar a todos a formação básica comum, o que pressupõe a formulação de um conjunto de diretrizes capaz de nortear os currículos e seus conteúdos mínimos, incumbência que, nos termos do art. 9º, inciso IV, é remetida para a União. Para dar conta desse amplo objetivo, a LDB consolida a organização curricular de modo a conferir uma maior flexibilidade no trato dos componentes curriculares, reafirmando, desse modo, o princípio da base nacional comum (Brasil, 1997), a ser complementada por uma parte diversificada em cada sistema de ensino e escola na prática, repetindo o art. 210 da Constituição Federal.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são uma referência nacional para o ensino fundamental e estabelecem uma meta educacional para a qual devem convergir as ações políticas do Ministério da Educação. Para a garantir a sua implementação, o MEC distribuiu uma coleção de dez volumes que incluem o conteúdo dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, seus referenciais teóricos, bem como textos explicativos e de orientação das ações, colocando à disposição de cada educador da rede pública de ensino o seu próprio exemplar. No texto de apresentação é ressaltado: “*Os Parâmetros Curriculares Nacionais, referenciais para a renovação e reelaboração da proposta curricular, reforçam a importância de que cada escola formule seu projeto educacional, compartilhado por toda a equipe, para que a melhoria da qualidade da educação resulte da co-responsabilidade entre todos os educadores. A forma mais eficaz de elaboração e*

---

<sup>4</sup> Discussão baseada nas informações constantes na coleção de dez volumes que compõem os Parâmetros Curriculares Nacionais distribuídos pela Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF, 1997.

*desenvolvimento de projetos educacionais envolve o debate em grupo e no local de trabalho”.*

Para atender à necessidade da inclusão de assuntos voltados para o cotidiano dos alunos no currículo escolar foi proposta a adoção dos Temas Transversais (TT), método já adotado em outros países como a Espanha. (Busquets et al., 2001). Esta proposta é considerada a maior inovação proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. Trata-se de “... um núcleo de conteúdos, ou temas, reunidos sob a denominação geral de ‘Convívio Social e Ética’, em que a *ética, a pluralidade cultural, o meio ambiente, a saúde e a orientação sexual* devem passar a ser trabalhados nas escolas transversalmente aos conteúdos tradicionais” (Araújo, 2001).

Inoue, Migliori, & D’Ambrósio (1999), explica que *“A Constituição Federal de 1988 coloca como obrigação do Estado o estabelecimento de conteúdos mínimos. Mas o MEC optou por apresentar um parâmetro curricular não-obrigatório que contivesse não apenas conteúdos mínimos, mas tudo aquilo que todas as crianças do Brasil têm direito a aprender, ressaltando a importância de se respeitar as especificidades de cada região, de cada comunidade. Os PCN trazem uma visão da educação como exercício de cidadania e da escola com um espaço privilegiado para se trabalhar com isso. É nessa perspectiva que os temas transversais se incluem. Eles tratam de questões sociais atuais. (...) Da mesma forma que português e matemática, a ética, a orientação sexual, a questão da pluralidade cultural, as questões relacionadas ao trabalho e ao consumo também são assuntos da competência da escola”.* (pág.11)

O texto oficial do MEC enfatiza: *“No contexto atual, a inserção no mundo do trabalho e do consumo, o cuidado com o próprio corpo e com a saúde, passando pela educação sexual, e a preservação do meio ambiente são temas que ganham um novo estatuto, num universo em que os referenciais tradicionais, a partir dos quais eram vistos como questões locais ou individuais, já não dão conta da dimensão nacional e até mesmo internacional que tais temas assumem, justificando, portanto, sua consideração. Nesse sentido, é papel preponderante da escola propiciar o domínio dos recursos capazes de levar à discussão dessas formas e sua utilização crítica na perspectiva da participação social e política”.*

Segundo o documento do Brasil (1997), por tratarem de questões sociais, os Temas Transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Sua complexidade

faz com que nenhuma das áreas, isoladamente, seja suficiente para abordá-los. Ao contrário, a problemática dos Temas Transversais atravessa os diferentes campos do conhecimento. Nas várias áreas do currículo escolar existem, de forma implícita ou explícita, ensinamentos a respeito dos temas transversais, isto é, todas educam em relação a questões sociais por meio de suas concepções e dos valores que veiculam. Diante disso optou-se por integrá-las no currículo por meio do que se chama de transversalidade: pretende-se que esses temas integrem as áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas, relacionando-as às questões da atualidade. As áreas convencionais devem acolher as questões dos Temas Transversais de forma que seus conteúdos as explicitem e seus objetivos sejam contemplados.

Sobre a transversalidade, D'Ambrosio (1999), explica: *“Os PCN têm, a meu ver, a característica de pensar não nas disciplinas como coisas que se esgotam em si, mas como suporte para um pensar maior sobre a sociedade, sobre a natureza, sobre todo o comportamento humano; e esse pensar maior não se esgota nas disciplinas, mas deve penetrar todas elas. Assim, surgem os temas transversais. Se isso não estiver claro, corre-se o risco de os temas transversais se transformarem numa nova disciplina e teríamos então aula de matemática das nove às dez; das dez às onze, aula de temas transversais... Isto seria a morte da idéia que norteia os PCN e, por exemplo, dos temas transversais”*. (Pág. 13)

Em relação ao tema Saúde, os conteúdos selecionados foram organizados em blocos que lhes dão sentido e cumprem a função de indicar as dimensões individual e social da saúde. São eles: *autoconhecimento para o autocuidado e vida coletiva*. Entre os conteúdos a serem desenvolvidos dentro do bloco “Vida Coletiva”, está incluído: agravos ocasionados pelo uso de drogas (fumo, álcool e entorpecentes).

Quanto à metodologia, os manuais reforçam: *“Para tanto, é necessário que, no processo de ensino e aprendizagem, sejam exploradas: a aprendizagem de metodologias capazes de priorizar a construção de estratégias de verificação e comprovação de hipóteses na construção do conhecimento, a construção de argumentação capaz de controlar os resultados desse processo, o desenvolvimento do espírito crítico capaz de favorecer a criatividade, a compreensão dos limites e alcances lógicos das explicações propostas. Além disso, é necessário ter em conta uma dinâmica de ensino que favoreça não só o descobrimento das potencialidades do trabalho individual, mas também, e,*

*sobretudo, do trabalho coletivo. Isso implica o estímulo à autonomia do sujeito, desenvolvendo o sentimento de segurança em relação às suas próprias capacidades, interagindo de modo orgânico e integrado num trabalho de equipe e, portanto, sendo capaz de atuar em níveis de interlocução mais complexos e diferenciados*". É ressaltada a importância da coerência entre as atitudes e comportamentos apresentados pela escola e os professores e os conteúdos a serem ministrados. Ou seja, propõe-se que a escola seja um espaço de aprendizado e desenvolvimento contínuo e integrado. Esta integração diz respeito aos diferentes espaços dentro e fora da sala de aula. É orientada a inclusão dos pais nas atividades curriculares e extracurriculares. Assim como é estimulada a utilização dos recursos da comunidade nas atividades curriculares extraclasse e da promoção de ações conjuntas, trazendo a comunidade para dentro da escola.

No próprio documento do Ministério, é ressaltada a formação insuficiente de boa parte dos professores como maior dificuldade na execução destas orientações. Sobre este fato é reconhecida a *"urgência de se atuar na formação inicial dos professores. Além de uma formação inicial consistente, é preciso considerar um investimento educativo contínuo e sistemático para que o professor se desenvolva como profissional de educação. O conteúdo e a metodologia para essa formação precisam ser revistos para que haja possibilidade de melhoria do ensino. A formação não pode ser tratada como um acúmulo de cursos e técnicas, mas sim como um processo reflexivo e crítico sobre a prática educativa. Investir no desenvolvimento profissional dos professores é também intervir em suas reais condições de trabalho"*. Porém, a orientação do ministério é para que as mudanças propostas sejam implementadas paralelamente ao processo de capacitação dos professores. Os professores não precisam ser especialistas em todos os assuntos a serem tratados. Mais importante seria o conhecimento da realidade socioeconômica e cultural regional; saber orientar a busca ativa das informações por parte dos alunos e propiciar o debate. É ressaltada a importância da apropriação pela escola dos conteúdos a serem trabalhados, ao invés de delegar tal responsabilidade a especialistas externos à dinâmica escolar.

Enfim, conforme o exposto até agora, podemos observar que as orientações dos PCN e a proposta dos Temas Transversais têm uma ressonância importante com as orientações mais modernas de educação e prevenção do uso indevido de drogas. Pode-se dizer que a execução das orientações do MEC já traria em si uma ação preventiva nas escolas.

Curiosamente, mesmo após amplo debate, divulgação e implementação dos PCN, começa-se a implementar o PROERD em muitas escolas da rede pública e privada. Veja a tabela 2, referente aos alunos das escolas de ensino fundamental do Estado de São Paulo, no ano de 2001.

**Tabela 2: Quadro comparativo de crianças atendidas pelo PROERD em relação às matriculadas nas escolas públicas e privadas.**

<b>Comparativo de Crianças Atendidas Pelo Proerd em Relação às Matriculadas*</b>			
<b>Rede de Ensino</b>	<b>Total Atendidas pelo Proerd</b>	<b>Total Matriculadas</b>	<b>Porcentagem</b>
PARTICULAR	<b>49.966</b>	<b>93.786</b>	<b>53%</b>
ESTADUAL	<b>140.529</b>	<b>349.723</b>	<b>40%</b>
MUNICIPAL	<b>121.791</b>	<b>315.746</b>	<b>39%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>312.286</b>	<b>759.255</b>	<b>41%</b>

\*FONTE: SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Como já foi discutido acima, o [ P.R.O.E.R.D. ] - Programa Educacional De Resistência Às Drogas e à Violência (2003) é um programa que segue o modelo do DARE (Educação para a Resistência ao Abuso de Drogas), amplamente avaliado e comprovadamente ineficaz, além de ser uma proposta inversa à linha de trabalho dos PCN. Em 2002, a superintendência da Polícia Federal lançou a cartilha “O Brasileirinho” para distribuição nas classes do Ciclo I do Ensino Fundamental (da 1ª à 4ª série do ensino fundamental). “A Polícia Federal espera que as crianças tenham maior conhecimento sobre o assunto e saibam como reagir no momento em que alguém oferecer qualquer tipo de entorpecente. ‘É mostrar como dizer ‘não às drogas’, explicou o presidente nacional da Associação dos Servidores da Polícia Federal, Carlos Gatinho”.

Recentemente foi aprovado no Senado novo projeto para prevenção do uso de drogas para as escolas. O próprio texto da notícia da aprovação do projeto, veiculada pela Agência de Notícias do Senado, mostra os desencontros das ações do governo:

*“Derrubando parecer da Comissão de Educação (CE), contrário à aprovação da matéria, o Plenário do Senado aprovou projeto de lei determinando (...) (a) implementação, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio do Programa de Orientação Sexual, de Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e de Prevenção ao Uso de Drogas. (...) Em seu relatório, aprovado na CE, o Senador (T. V.) afirma que os três temas do programa ‘já se encontram exaustivamente tratados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), de forma bastante avançada, inclusive com recomendações de abordagem interdisciplinar e transversal’”. (Agência Senado)*

O que nos remete ao quadro de replicações de intervenções ultrapassadas, de ações incongruentes e desencontradas, citado no início.

*“Minha missão não é proteger os políticos, mas minha missão é também questionar a responsabilidade que nós, especialistas, que nós, conselheiros, podemos ter diante destas situações delicadas”. (Olievenstein, 1991).*

### **Hipótese**

Existe um descompasso entre o conhecimento e o debate acadêmicos e o conhecimento, comportamento e atitude da população geral, incluindo os responsáveis por desenvolverem atividades curriculares ou extracurriculares que visam abordar, discutir ou prevenir o uso de drogas.

## **OBJETIVOS**

### **Objetivo principal**

Levantar informações sobre situações direta ou indiretamente relacionadas ao uso indevido de substâncias psicoativas nas escolas municipais de ensino fundamental da cidade de São Paulo, bem como os correspondentes comportamentos, atitudes e conhecimentos sobre o tema dos coordenadores pedagógicos.

### **Objetivos secundários**

1. Determinar a formação acadêmica e a função dos Coordenadores Pedagógicos - CP das Escolas Municipais de Ensino Fundamental – EMEF da cidade de São Paulo;
2. Descrever as atividades dos Coordenadores Pedagógicos nas EMEF;
3. Descrever as situações direta ou indiretamente relacionadas ao uso indevido de drogas no cotidiano das EMEF;
4. Descrever o comportamento e as atitudes do corpo docente das EMEF, especialmente os CP, frente às situações acima citadas;
5. Determinar as situações e intervenções com função preventiva de redução de riscos e de danos do uso indevido de drogas no cotidiano escolar;
6. Discutir a pertinência da prevenção e as atitudes de redução de risco e de danos do uso indevido de drogas no universo escolar.



**Desenho**

Corte transversal.

**População**

Coordenadores Pedagógicos das Escolas Municipais de Ensino Fundamental – EMEF da Cidade de São Paulo locados no setor administrativo.

Existem 442 EMEF na cidade de São Paulo (Catálogo SINPEEM, 2000; Prefeitura.SP - homepage, 2003), divididas em 13 Núcleos de Ação Educativa (NAE) que são os órgãos administrativos regionais, sendo a Secretaria Municipal de Educação o órgão administrativo central do município.

Nas escolas públicas da cidade de São Paulo temos os seguintes elementos: alunos, professores, auxiliar de período (cada período tem o auxiliar de período: um professor que sai da sala de aula e fica só com os alunos, organizando o lanche, o recreio, etc.), coordenador pedagógico, assistente de direção, diretor. Em cada EMEF trabalham 2 coordenadores pedagógicos - CP.

O Ensino Fundamental é dividido em dois ciclos: ciclo I (da 1ª à 4ª série) e ciclo II (da 5ª à 8ª série). Geralmente existem 2 CP por EMEF, independente do número de alunos desta. Nas EMEF da cidade de São Paulo existem, em média, por volta de 600 alunos por CP (vide tabela 3). O trabalho pode ser dividido por ciclos ou por horário. Isto é, os 2 CP podem trabalhar em conjunto com ambos os ciclos, organizando-se por horários: um CP fica responsável pelos períodos diurnos e o outro pelo horário noturno. Outra possibilidade é um CP ficar responsável pelo nível I e o outro pelo nível II.

**Tabela 3: Número de alunos por Coordenador Pedagógico (CP) e número de Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) por Núcleo de Ação Educativa (NAE).**

NAE	aluno/CP	no. EMEF
1	529	<b>28</b>
2	613	<b>35</b>
3	610	<b>29</b>
4	584	<b>43</b>
5	647	<b>52</b>
6	693	<b>50</b>
7	519	<b>29</b>
8	579	<b>31</b>
9	618	<b>21</b>
10	789	<b>40</b>
11	742	<b>27</b>
12	441	<b>30</b>
13	641	<b>27</b>
<b>Total</b>	<b>623</b>	<b>442</b>

Tabela elaborada a partir dos dados oficiais disponibilizados na *homepage* da Secretaria Municipal de Educação da Cidade de São Paulo em 02/04/03.

A jornada de trabalho do CP é de 8 horas diárias. Já os professores têm 3 possibilidades de jornada de trabalho, abaixo detalhadas.

Jornadas Docentes:

- Básica (JB) - 20h/aula, sendo: 18h em sala de aula (destinadas à regência) e 2h adicionais (1h na escola e 1h livre).
- Especial Ampliada (JEA) - 30h/aula, sendo: 25h em sala de aula (destinadas à regência) e 5h adicionais (3h na escola e 2h livres).
- Especial Integral (JEI) - 40h/aula, sendo: 25h em sala de aula (destinadas à regência) e 15h adicionais (11h na escola e 4h livres).

As horas adicionais constituem tempo remunerado de que dispõe o professor para desenvolvimento de atividades extraclasse, dentre outras:

- Trabalho coletivo da equipe escolar, acompanhado pelo CP, inclusive grupos de formação permanente e reuniões pedagógicas;
- Atividades com a comunidade, pais e alunos, exceto as de recuperação, de reposições e reforço de aula;
- Preparação de aulas, pesquisas e seleção de material pedagógico e correção de avaliações.

O horário de funcionamento da EMEF é detalhado no Diário Oficial, publicado em 08/10/2002:

- 1.º turno - das 6 h 50 min às 10 h 50 min.
- 2.º turno - das 10 h 55 min às 14 h 55 min.
- 3.º turno das 15 h 00 às 19 h 00.
- 4.º turno das 19 h 05 min às 23 h 05 min.

### **Amostra**

A amostra é composta por 8 informantes-chave - IC. Estes tiveram experiência pregressa em unidade escolar nos cargos de Coordenador Pedagógico e Diretor de Escola e atuam em cargos de coordenação pedagógica, supervisão ou assessoria nos Núcleos Administrativos de Educação (5), na Secretaria Municipal de Educação (2) e em uma unidade escolar – escola municipal de ensino fundamental (1). A opção por

profissionais atualmente em cargos administrativos foi feita levando-se em conta o critério de maior possibilidade de acesso à informação referente ao tema. Supôs-se que estes profissionais acumulassem maior experiência profissional e/ ou tivessem uma visão mais abrangente da realidade escolar devido à experiência administrativa atual (são os profissionais procurados pelos CP das escolas quando estes não conseguem dar conta de uma situação mais grave), como também pela atividade pregressa dos entrevistados nas unidades escolares da prefeitura.

Foi utilizada a técnica de “snow-ball”, ou encadeamento, para a identificação dos entrevistados. Formaram-se três correntes, a primeira com 3 Informantes-chave (IC1, IC2, IC3), a segunda com 1 Informante-chave (IC4) e a terceira com 4 Informantes-chave (IC5, IC6, IC7, IC8).

A primeira corrente foi iniciada na Secretaria Municipal de Educação, órgão administrativo central, e os dois primeiros profissionais indicados para a entrevista faziam parte do Projeto Vida – projeto da secretaria criado para cuidar das situações relacionadas à violência e ao uso de drogas nas escolas (IC1 e IC2). O terceiro profissional indicado nesta corrente, apesar de atuar em unidade escolar (IC3), foi apontado como um profissional com vasta experiência profissional. Nesta corrente, todas as indicações de entrevistados para a pesquisa incluíram profissionais com formação ou atuação específica na área de drogas, apesar do pedido enfatizar a busca por profissionais com experiência no cotidiano escolar e não por especialistas em drogas. A primeira corrente foi finalizada pela impossibilidade de localização dos demais profissionais indicados, pois estes tinham sido remanejados de setor na época da pesquisa.

A segunda corrente foi iniciada em um Núcleo Administrativo localizado em região mais periférica da cidade (NAE – Pq São Lucas), em oposição à terceira corrente, iniciada em Núcleo Administrativo localizado em região mais central (NAE – Vila Clementino). A segunda corrente contou apenas com a entrevista de um profissional (IC4), e rompeu-se devido à indisponibilidade dos outros profissionais indicados. Finalmente, quatro entrevistas foram realizadas pela terceira corrente (IC5, IC5, IC7 e IC8) e o número de entrevistados foi determinado pela saturação, ou seja, devido à repetição dos conteúdos nas entrevistas.

## **Instrumento**

Entrevistas semi-estruturadas, focando a formação acadêmica média de um coordenador pedagógico da prefeitura de São Paulo, seu cotidiano, os eventos e problemas típicos que ocorrem nas escolas, as situações direta ou indiretamente relacionadas ao uso indevido de substâncias psicoativas e a concepção que os IC têm sobre prevenção do uso indevido de drogas, seguindo o roteiro de entrevista apresentado nos anexos.

### **Procedimentos**

As entrevistas foram agendadas previamente, realizadas, na sua totalidade, pela própria pesquisadora acompanhada por uma observadora e aconteceram nos locais de trabalho dos entrevistados. Foram gravadas, sofrendo interferências do meio: três ocorreram em local inadequado - corredor, três sofreram interrupções diretas; apenas uma ocorreu em local adequado e sem interrupção alguma, e uma em sala compartilhada com interferências indiretas. As transcrições foram realizadas pela observadora e revisadas pela pesquisadora e estão apresentadas, na íntegra, nos anexos.

### **Análise dos Dados**

Este estudo foi realizado com base no referencial etnográfico. Segundo Patton (1990), este método é embasado na fenomenologia e procura responder à pergunta: “Qual o senso que as pessoas fazem das suas atividades cotidianas e o que é considerado comportamento socialmente aceito?”. As entrevistas sofreram análise qualitativa por técnica de análise lógica categorial de conteúdo. Patton (1990). Assim, as entrevistas foram transformadas em texto através das transcrições e os textos foram divididos em categorias de assuntos. Inicialmente, foram utilizadas as categorias do roteiro das entrevistas. Posteriormente, os textos foram reagrupados e divididos em 4 eixos, a saber:

1. Quem é o Coordenador Pedagógico nas escolas municipais de São Paulo;
2. Situações diretamente relacionadas com o uso indevido de drogas;
3. Situações indiretamente relacionadas com o uso indevido de drogas;
4. A prevenção do uso indevido de drogas.

Dentro destes 4 eixos, foram formadas novas categorias a partir do conteúdo das entrevistas. A análise procurou fixar-se ao fenômeno descrito, sem entrar na interpretação da forma do discurso. Desta maneira, tentou-se minimizar os vieses por excesso de subjetividade.

## **RESULTADOS**

Os resultados serão apresentados conforme os 4 eixos estabelecidos e as categorias identificadas no conteúdo das entrevistas. Nos casos em que as colocações formarem um consenso, as informações serão apresentadas na forma de generalizações, ou será utilizada uma citação representativa. As colocações atípicas também serão apresentadas e analisadas como tal. Nossos entrevistados serão identificados, a partir de agora, como IC 1, IC 2, IC 3, IC 4, IC 5, IC 6, IC 7 e IC 8.

### 1. Quem é o Coordenador Pedagógico nas escolas municipais de São Paulo.

Na Prefeitura Municipal de São Paulo, o CP precisar ter nível superior completo, no caso Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional ou Supervisão Escolar. Estas duas habilitações dão direito à efetivação no cargo público. Porém, se o candidato tiver cursado outra faculdade, ele pode fazer um curso chamado Complementação Pedagógica, que tem a duração variando entre um ano e meio a dois. Quanto à experiência profissional, para trabalhar como CP na prefeitura de São Paulo é necessária uma experiência como professor de, no mínimo, três anos. A atuação pode ser em escola municipal, estadual ou particular.

Na Secretaria Municipal de Educação não existe curso específico para preparar o CP para esta atividade profissional, antes ou após a realização do concurso. O diploma em pedagogia com as habilitações citadas acima são considerados suficientes e a realização de cursos complementares fica a critério da iniciativa de cada um. Segundo os entrevistados, algumas administrações acabam fazendo uma formação em serviço, mas são iniciativas isoladas.

Com relação às exigências para a atuação como coordenador pedagógico, nossos entrevistados preenchem, com sobras, todos os requisitos, entre formação acadêmica, experiência como docente e concurso público. O que era esperado, pois ao optarmos por entrevistas com profissionais atuando nas unidades administrativas estávamos procurando pela elite desta classe, ou seja, pelos profissionais com maior experiência e/ ou mais capacitados. Os IC 1 e IC 2 integravam a equipe do Projeto Vida no momento da entrevista e o IC 3 foi o único entrevistado atuando em unidade escolar.

Quanto à formação acadêmica dos nossos entrevistados, temos: IC 1 – Graduação em História com complementação pedagógica; IC 2 – Magistério e graduação em Pedagogia; IC 3 – Graduação em Letras e Pedagogia com múltiplas habilitações, incluindo Orientação Educacional, mestrado em Educação Especial; IC 4 – Graduação em Educação Física e Pedagogia com habilitação em Administração Escolar; IC 5 – Pedagogia; IC 6 – Graduação em Educação Artística e Pedagogia com habilitação em Administração e Supervisão; IC 7 - Magistério, Pedagogia com habilitação em administração escolar e orientação educacional; IC 8 – Pedagogia e pós-graduação em Psicopedagogia. Somente o IC 3 e o IC 4 citaram cursos ou formações complementares. No caso do IC 3, sua formação inclui cursos de capacitação na área de drogas, crianças em situação de risco social, e crianças e adolescentes com problemas de aprendizado. Já o IC 4 ressaltou sua experiência nas comunidades de base e na militância política.

Em geral, para ser CP é preciso prestar um concurso público.

*“Mas ele também pode exercer essa função sem ser concursado, ele pode sair da sala de aula e ser referendado. (...) Eu posso fazer isso se eu quiser ser CP da minha escola, por exemplo: Está vago lá, não tem CP, eu apresento uma proposta, passa pelo Conselho de Escola, se o Conselho aprovar eu assumo como CP. Assim que tem concurso alguém presta e passa, e escolhe aquela escola, aí eu, volto para a sala de aula porque tem um titular naquela vaga”. (IC 5)*

Ainda sobre o concurso, o IC 3 comenta:

*“Na verdade, a prefeitura do município de São Paulo é a única prefeitura que tem o cargo de CP como titular de concurso público. Isso na verdade traz alguma colaboração, muita colaboração, porque a prefeitura consegue inclusive ter um número muito grande de pessoas exercendo o cargo. Inclusive o concurso pressupõe a habilitação para o cargo, que pode ser de supervisor escolar ou orientação educacional. Então tudo isso faz com que o CP ele tenha um pouco mais de qualificação para o trabalho”.*

### 1.1. Caracterização do trabalho e do cotidiano do CP

Conforme as declarações dos entrevistados, podemos entender o CP como o elemento de articulação dentro da escola.



*"Quem cuida da parte pedagógica e lida diretamente com a formação dos professores é o CP. É o elemento que vai fazer a integração dos diferentes profissionais da educação dentro da unidade escolar. Ele coordena toda parte pedagógica da escola, cuida da formação e da capacitação dos seus professores. O CP não fica só vinculado ao professor, mas também aos demais funcionários da escola. De certa maneira, ele acompanha todo o desenvolvimento dos alunos dentro da escola". (IC 6)*

### 1.2. Atribuições do CP:

*"O Coordenador pedagógico, na verdade, ele tem que estar dando suporte para os professores e ele, em função da ausência de profissional na área de orientação educacional, acaba fazendo ambos os papéis, tanto na área de coordenação da equipe docente quanto na área de orientação no atendimento a aluno e pais". (IC 2)*

Podemos então subdividir as atribuições do CP em dois blocos:

- Orientação no atendimento a aluno e pais.
- Coordenação da equipe docente.

É função do CP elaborar o projeto político-pedagógico da escola (Projeto Especial de Ação - PEA - no caso da rede municipal), junto com o corpo docente, e acompanhar o desenvolvimento deste projeto durante o ano. No começo do ano, as escolas apresentam, para a supervisão no NAE, o seu projeto, quais os objetivos desse projeto e qual a bibliografia do mesmo. Para isto, o CP tem que preparar o material, pesquisar, para que os professores elaborem os projetos de acordo com a especificidade de cada escola. Também é função do CP fazer a reflexão com estes profissionais sobre o processo de avaliação e sobre a gestão dentro da escola, garantir a constituição do grêmio estudantil e do conselho de escola.

### 1.3. Problemas e dificuldades freqüentemente enfrentados pelo CP nas EMEF

Os problemas listados pelos entrevistados derivam diretamente das exigências da função de CP e das condições de trabalho encontradas nas EMEF da cidade de São Paulo. Estão apresentados divididos em 3 categorias gerais:

- Dificuldades relacionadas ao próprio CP;

- Dificuldades relacionadas ao trabalho com o corpo docente;
- Dificuldades relacionadas ao trabalho com o corpo discente.

### 1.3.1. Dificuldades relacionadas ao próprio CP

Entre as dificuldades relacionadas ao próprio CP citadas, encontramos o despreparo do CP e o problema de acúmulo de trabalho e falta de tempo. O problema do despreparo do CP foi levantado mais claramente pela IC 5, enquanto o IC 1 localizou este problema somente nas situações relacionadas ao uso indevido de drogas pelos alunos e nos casos de alunos em Liberdade Assistida (LA). O IC 3 enfatizou a busca individual de cursos complementares e as dificuldades em realizá-los.

*“Então, é muito comum eles (os CP) pedirem aos NAE que tragam pessoas especializadas para ensinarem uma metodologia de como lidar com o problema, na verdade. O que eles solicitam é uma metodologia de trabalho. (...) O mais comum é que eles não consigam (o curso, a formação). As pessoas que eu conheci em sua maioria são pessoas que buscaram isso porque têm compromisso, porque elas se interessam e elas querem dar conta dos problemas...” (IC 3)*

O problema de acúmulo de trabalho versus falta de tempo fica bem caracterizado nas falas do IC 1 e da IC 5 transcritas abaixo.

*“Você, considerando que a escola é muito grande, o que você consegue fazer? (...) São muitos os encaminhamentos do dia-a-dia porque você tem que dar conta daquele que sumiu, você tem que ir atrás nem sempre você tem... não te diria que sobra muito tempo para você se dedicar a um atendimento de aluno, de fazer esse contato como eu te disse...” (IC 1)*

*“Eu acho que é desumano, você ser coordenador pedagógico de uma escola que tem 4 períodos, né, sozinha, 2000 alunos<sup>5</sup>. Na verdade a estrutura é feita também para você não dar conta daquilo, né. Eu acho muito desumano...” (IC 5)*

---

<sup>5</sup> Conforme os dados da tabela 1, apresentada anteriormente, temos em média 600 alunos por CP nas EMEF das cidades de São Paulo.

### 1.3.2. Dificuldades relacionadas ao corpo docente.

Nesta categoria, estão incluídas: a sobrecarga de trabalho e as falhas na formação dos professores, resultando em dificuldades na interação do professor com o aluno.

*“A gente percebe que na verdade o professor está muito desgastado, então numa situação simples aonde o professor na verdade deveria estar tolerando, ele já não tolera mais, entendeu? Ele já não tem mais condições psíquicas para estar trabalhando com situações simples”. (IC 2)*

Consoante com o que foi trazido nas entrevistas, o Censo Educacional de 1994 aponta “a existência de 10% de funções docentes sendo desempenhadas sem o nível de formação mínima exigida. Ainda 5% de funções preenchidas por pessoas com escolaridade de nível médio ou superior, mas sem função específica para o magistério. Finalmente, a ausência de formação mínima concentra-se na área rural, onde chega a atingir 40%”. (vide tabela abaixo).

---

**Tabela 4: Número de funções docentes, por grau de formação e por região.**

Funções Docentes		Educação Fundamental		Educação Média			Educação Superior		
		incompleta	completa	Formação magisterio	completa	outra	Licenciatura	completa	outra
Total	1.377.665	69.272	45.593	23.793	552.122	36.401	81.133	546.452	22.899
Rural	280.820	65.565	34.885	11.927	122.390	9.047	9.670	25.896	1.440
Urbana	1.096.845	3.707	10.708	11.866	429.732	27.354	71.463	520.556	21.459

Fonte: Sinopse Estatística Educação Fundamental - Censo Educacional de 1994, MEC/SEDIAE/SEEC.

Por outro lado, também foi apontada nas entrevistas outra ordem de despreparo dos professores, para além da formação acadêmica deficiente.

*“Nós temos pessoas aqui que são mestres, são doutores, na área deles, em Língua Portuguesa e Matemática, e eles apresentam assim muita dificuldade em lidar com esses conflitos do cotidiano. Nós temos aqui professores que são muito preparados pra trabalhar com o conteúdo, mas na questão da aprendizagem, da socialização, esse é o grande nó dos professores”.* (IC 3)

*“Uma dificuldade que os professores têm é muitas vezes entender a linguagem desses alunos. Então pode parecer que ele está sendo agressivo, que ele está sendo desrespeitoso, por quê? Porque a maioria dos professores tem uma imagem do aluno ideal, então normalmente a cultura desses alunos que tem a família desestruturada não é entendida e aceita pela maior parte dos profissionais, então isso gera conflitos, recai nessa questão da indisciplina que eu te falei e que o coordenador tem que lidar todos os dias”.* (IC 1)

### 1.3.2. Dificuldades relacionadas ao corpo discente

A indisciplina dos alunos foi citada como a maior dificuldade enfrentada no cotidiano escolar. Nos exemplos usados para caracterizar indisciplina, foram relatadas as mais diversas situações, que incluíram desde caso sugestivo de criança hiperativa, casos

sugestivos de uso indevido de drogas, situações de desestrutura familiar, situações de mudança brusca no comportamento de aluna antes bem comportada, situações de desrespeito e ameaça aos professores por parte dos alunos.

*“Um dos grandes problemas enfrentados é a questão da disciplina, ou melhor dizendo, da indisciplina, especialmente em escolas onde você tem o aluno cursando de 5ª a 8ª série (ciclo II), que é na maioria das escolas municipais. No nível II (ciclo II) você tem uma incidência maior na indisciplina, que é um dos problemas mais difíceis de lidar, que vão ocupar uma boa parte do tempo e questão pela qual o coordenador é chamado. Então isso vai incidir no aproveitamento dos alunos, a indisciplina sempre causa uma desorganização no trabalho dos professores, ele tem que intervir”. (IC 1)*

As intervenções relatadas também foram bastante variadas, desde reações passivas da equipe docente (descritas como “imobilismo gerado pelo medo e desconhecimento”), passando por ações punitivas e repressoras, até atitudes bastante compreensivas e inclusivas, incluindo trabalho conjunto com a comunidade, visitas domiciliares e trabalhos personalizados. Os desfechos mais positivos apareceram nos relatos das atitudes mais compreensivas, nos quais, em geral, o relato denunciava um forte vínculo entre o CP e o aluno que protagonizava a situação. O caso relatado pela IC 6, descrito com detalhes nos resultados, é bastante representativo. Uma aluna tem uma mudança importante no padrão de comportamento, passando a apresentar problemas importantes de disciplina, e as medidas disciplinares iniciais não surtem efeito. Ela é solicitada a vir acompanhada dos pais para entrar em sala de aula. Como não trouxesse os pais, mesmo após insistentes solicitações, a CP opta pela visita domiciliar, na qual fica ciente de uma situação familiar grave que, inclusive, impossibilitava a presença dos pais na escola. A partir deste momento, *“ela se sentiu mais próxima da gente e a gente dela. (...) Ela nos procurava mais para conversar, para contar as coisas e não nos deu mais trabalho, até a oitava” (IC 6).*

Entre as demais dificuldades relacionadas ao corpo discente estão: dificuldade no aprendizado, aluno em Liberdade Assistida, abandono escolar, prostituição, furto em sala de aula, violência entre alunos (brigas, aluno portando arma na escola), violência contra o patrimônio, praticada por aluno e problemas com traficantes dentro da escola.

Apesar constar no artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA recomendações sobre os procedimentos dos dirigentes de estabelecimentos escolares

de ensino fundamental no caso de abandono escolar, este problema foi citado apenas na entrevista com o IC 1.

*“... Ele parou de freqüentar a escola, então a obrigação legal qual é? Você procurar, você tem que zelar, o dever constitucional é zelar pela freqüência do aluno às aulas; a partir do momento que ele não está comparecendo, você vai ter que contatar a família, se a família não tomar providências isso vai ser encaminhado para o Conselho Tutelar, mas é um caminho longo porque você vai esbarrar no endereço que estava incompleto ou incorreto, às vezes pela informação que é prestada ou às vezes por desorganização da administração da escola mesmo. Então, você tem que ir correndo atrás disso”. (IC 1)*

O problema de alunos envolvidos em prostituição foi citado apenas na entrevista com o IC 3, que observa uma alta freqüência de evasão escolar entre estes alunos. Vale a pena lembrar que a grande maioria dos alunos do ensino fundamental tem menos de 18 anos. Situações de furtos na sala de aula foram mencionadas apenas nas entrevistas com a IC 2 e o IC 3. O enfoque da IC 2 ao contar o fato foi de excepcionalidade, não de evento freqüente, ao contrário do IC 3. Ambos descreveram intervenções baseadas em conversas estimulando reflexão e compreensão entre os alunos, realizadas com tranquilidade, com desfecho favorável.

As brigas entre alunos foram citadas em poucas entrevistas, com caráter de evento cotidiano, e foram relatadas atitudes semelhantes frente ao problema. Aqui temos um exemplo de intervenção bastante interessante: correlacionar a briga com um movimento pela paz realizado pela escola em questão, a “Marcha da Paz”.

*“Um aluno lá da escola, numa segunda feira pela manhã, é, logo ao entrar na sala de aula, os dois, se, o G. e outro colega se pegaram, brigando. A professora logo encaminhou para sala da coordenação. É, 10, 11 anos a idade deles, uma terceira série. E aí a gente foi conversando sobre a problemática que aconteceu, porque que um brigou com o outro, e eu não lembro bem o fato da briga, mas eu sei que durante a discussão a gente colocava a questão da marcha da paz que a escola tem. Uma atividade anual denominada marcha da paz onde a gente discute, é, realiza amplas discussões na sala de aula com os alunos sobre a questão da violência. (...) Sempre que tem alguma briga entre aluno a gente coloca, e aí, a gente participou da marcha da paz, você participou, porque a gente faz a marcha da paz, para tentar saber lidar com a questão das diferenças*

*mesmo, dos diferentes pontos de vista, para tentar encaminhar a solução dos problemas via o diálogo”. (IC 7)*

Dois entrevistados relataram situações de aluno que chegou armado na escola. Ambos os profissionais relacionaram o fato ao ambiente dos alunos, onde o porte de armas faria parte da problemática sócio-econômica.

*“... esse garoto inclusive já tinha ido armado para a escola, para você ter uma idéia, por que armado? O pai era vigia noturno, trabalhava na vigilância e tinha uma arma em casa, né? E essa arma, segundo o pai, era dele, do pai, né?”. (IC 6)*

Neste relato, evidenciam-se as conseqüências da intervenção da Guarda Civil Metropolitana – GCM no ambiente escolar.

*“Um caso também no ano passado..., foi até matéria de jornal para violência. Que a criança foi encontrada com uma arma porque no dia anterior ele tinha discutido com outro garoto e nas brincadeiras dele, ele trouxe uma arma para tentar ajustar as contas. A escola apreendeu a arma. E aí acabou acionando o GCM indevidamente, o GCM fez um auê, isso foi para a imprensa e deu um problema sério para ser administrado, inclusive apontaram que a criança devia sair da escola, pela rejeição dessa criança. A comunidade se envolveu, questionou a ação pedagógica da escola, questionou a ação do NAE em relação à impunidade e nós acabamos resolvendo isso com muito diálogo, com muita conversa, e a criança foi mantida na escola. Mas isso caracterizou uma inabilidade em trabalhar com algumas questões que extrapola a normalidade da escola, principalmente questão de arma. E como é que a criança interage com isso, e como a família também está envolvida com a questão”. (IC 4)*

## 2. Situações diretamente relacionadas com o uso indevido de drogas.

### 2.1. Intoxicação e abuso de álcool por parte dos alunos.

Quando perguntados diretamente sobre situações relacionadas ao uso de drogas nas escolas, somente o IC 3 fez menção ao uso de álcool. Os demais episódios de uso de álcool foram relatados após pergunta específica. Uma situação relatada em mais de uma entrevista, foi o uso de álcool pelos alunos em passeios organizados pela escola. Num dos relatos, os educadores foram bem sucedidos ao dar o limite àqueles que

estavam se embriagando, sem privar a turma do passeio: confiscaram a bebida. Já no relato abaixo, o desfecho foi bem diferente.

*“Houve na escola, alguns anos atrás, eu não era coordenadora pedagógica. Costumávamos fazer aquelas excursões de formatura e eu fui acompanhando, junto com outros professores, nós fomos para uma, um Hotel-Fazenda, um sitiozinho lá. E tinha perto desse local, desse sítio, um barzinho de vila, eu me lembro que alguns rapazes foram para esse barzinho, beberam, vieram bêbados, e tiveram até uma discussão com o proprietário lá do hotel e tal. A partir desse momento, dessa excursão, o pessoal não fez mais excursão assim de dormir, porque o pessoal, ficava o final de semana, por exemplo, e a escola nunca mais fez esse tipo de evento”. (IC 6)*

Com relação às situações de uso abusivo de álcool por parte de aluno, evidenciou-se, em vários relatos, uma predisposição para ajudar, apoiada no reconhecimento de ser um sinal de que o aluno em questão está com algum problema. A IC 2 relata uma intervenção bastante interessante.

*“É, eu tive a história que uma aluna, (...) ela acabou se envolvendo com álcool, (...) Ela ia realmente alcoolizada para a escola. Então, tinha uma lanchonetezinha na frente da escola, ela bebia um pouco e entrava na escola. Aí começava a rir, não tinha muito controle sobre suas ações (...) Ela estava na, naquela época, hoje ela saiu, foi para o primeiro colegial, naquela época ela estava na sexta ou sétima. E aos poucos, os professores conversando com ela, o ano passado ela começou a fazer um trabalho com o grêmio, eu estimei muito ela estar participando do grêmio, muito mesmo, e não..., e eu percebi na verdade que houve, eu, os professores, a gente percebeu que quando ela se envolveu com as atividades do grêmio, realmente diminuiu esse envolvimento com a bebida”. (IC 2)*

Em compensação, é interessante notar o tabu da intoxicação por droga ilícita, em comparação à intoxicação por álcool, evidenciado no relato abaixo.

*“Essa é uma questão que até já comentei antes (a presença de aluno aparentemente intoxicado na sala), a gente tem um pouco de dificuldade em fazer a intervenção. Porque quando a gente tem certeza que o aluno está alcoolizado, é, geralmente, eu já vivi essa situação com alunos da suplência, que são adultos, são pais de família, a gente chama, conversa, pergunta se ele tem interesse em estar fazendo um*



*tratamento, e receber um acompanhamento. Agora em relação à droga, é mais difícil, geralmente o que a gente consegue fazer uma intervenção maior mesmo é no alcoolismo. Que você percebe que aquele aluno está sempre alcoolizado, então a gente tenta conversar, encaminhar para um tratamento, porque a gente acha que está precisando de ajuda”. (IC 8)*

## 2.2. Intoxicação e abuso de outras drogas por parte dos alunos.

As atitudes frente às situações de intoxicação e abuso de outras drogas relatadas foram bastante variadas. Incluem desde ações bastante repressivas, acionando a Guarda Civil Metropolitana (GCM) e mencionando uso e tráfico como se fossem a mesma coisa, passam por ações educativas estimulando a discussão do problema, ocorrendo até intervenções bastante complexas, contando com a parceria com os serviços de saúde da região. Porém, o clima geral é de insegurança e impotência ao tratar deste assunto, contrastando com a tranquilidade apresentada pela maioria dos entrevistados em outros momentos.

O IC 1 enfatiza o imobilismo do corpo discente: *“(quando um aluno parece intoxicado na sala de aula) a postura geral da maior parte das pessoas é fazer de conta que não está percebendo, não mexe com ele”*. O que pode ser considerado uma variante da “atitude de avestruz”, expressão cunhada por Bucher. Este entrevistado, o IC 1, considera esta reação bastante comum e a explica pela associação, ao menos no imaginário do corpo discente, do usuário ao tráfico.

*“Olha, o máximo que a gente pode perceber era aluno que usava maconha na escola ou que se falava, eu nunca presenciei dentro da escola. Então você ouve dizer que fulano é traficante e você não sabe o grau de envolvimento, se ele é só um consumidor e se isso não oferece risco maior. É um tabu, então você sabe que aquele é, perigoso, fala-se que é, ninguém mexe, então cria aquela situação de imobilismo é aquele que desacata a maior parte dos professores e ninguém toca no assunto. Era o que acontecia e era o cuidado que eu tomava por achar que estava lidando com uma situação perigosa”. (IC 1)*

A associação do uso de drogas ilícitas ao tráfico aparece mais claramente quando pergunto à IC 7: *“Quais as situações comuns relacionadas com uso de drogas nas escolas”* e sua resposta imediata é: *“Olha, os alunos que se metem nessas questões,*

*uma das problemáticas grandes é a questão do poder. Eles intimidam os demais, eles se colocam numa posição majoritária, então tem esse problema bastante sério nessa questão. Que eles conhecem determinadas pessoas e que aí fica uma situação complicada de lidar". (IC 7)*

Dois dos entrevistados, IC 4 e IC 5, relataram de maneira espontânea muitas situações onde foi solicitada a intervenção da GCM nas escolas, especialmente frente às situações de intoxicação ou porte de substância ilícita dentro da escola. As intervenções foram pautadas pela agressividade crescente de ambos os lados, com reações de retaliação à escola, remetendo a um cenário de guerra, como na situação abaixo, trazida de forma bastante crítica pela IC 5.

*"A gente soube um caso na semana passada de uma escola que fez um trabalho, que tem um trabalho muito consistente, é uma escola aberta. Uma escola que traz a comunidade aos finais de semana, batalhou isso há 5 anos, a escola não tem nenhum tipo de depredação, nenhuma. Enfim, isso foi conseguido pedagogicamente, em longo prazo. E um aluno estava na quadra, fumando um baseado nessa escola, e a GCM chegou e fez o aluno engolir o baseado na quadra. Aí no dia seguinte a escola estava toda depredada, isso assim, cinco anos de trabalho... (...) (A minha atitude seria) conversar com ele em particular, e com o grupo, trazer, discutir isso abertamente, promover um debate sobre a maconha, os efeitos enfim, tudo. Eu acho, discutir mesmo com o grupo, trazer isso para uma discussão curricular, sempre". (IC 5)*

*"... A GCM, que é a guarda municipal, que está dentro das escolas, é uma guarda armada, (...) Como ela é colocada hoje no sentido dela de vigiar e punir mesmo (...) A GCM agride os alunos se for necessário (...) Por exemplo, os alunos estão passando no corredor, né, então eles encaram a GCM, eles falam qualquer tipo de coisa e a GCM já vai para o enfrentamento. Assim, eu nunca vi bater, assim, mas já vi assim, falar rispidamente, tipo assim: ah, vocês deviam estar na FEBEM, entendeu, uma coisa assim muito, é muito complicado isso". (IC 5)*

O reconhecimento da ineficiência da abordagem repressiva aparece em várias entrevistas, ficando bastante evidente neste relato do IC 3: *"A escola é muito grande, eles ficavam nos lugares escuros, e uma boa parte dos alunos realmente se drogava. E daí os professores..., isso era fechado com o grupo: o diretor anterior pedia que os alunos fossem retirados. Eles falavam, olha, assim, abertamente para o aluno: (essa era a*

*atitude que eles tinham antes de eu chegar) \_ Olha, você usou algum tipo de droga, se você quiser continuar estudando nessa escola você não vai poder fazer isso, o que você faz fora da escola é problema seu, o que você faz aqui é problema nosso, portanto sua droga virou problema da escola. E aí aconteciam problemas como: é, ameaças com quem falava isso, mas eles continuavam fazendo, os carros de professores pichados, quebrados, depois essas pessoas normalmente desistiam e assim, desistiam de ir a escola e depois desistiam de apedrejar a escola. Mas apedrejavam, enfim. Eram atitudes que não trouxeram nenhum benefício nem para quem se drogava nem para quem tomava esse tipo de atitude”.*

Apesar do discurso geral dos entrevistados enfatizar o despreparo da equipe docente para lidar com o problema, tanto o IC 3 como a IC 8 relataram abordagens educativas bem sucedidas frente a situações de intoxicação na escola:

*“Olha é assim, da droga, o que acontece é que é muito comum, por exemplo, aqui o uso de cola (...) Eles entram antes do horário, então eles já cheiram a cola lá fora e entram. Então nós que já conhecemos os alunos sabemos que ele está diferente. É, eles chegam, alguns chegam extremamente introvertidos, outros chegam extrovertidos, rindo à toa (...) Normalmente o que a gente costuma fazer aqui, os professores costumam fazer pela minha orientação é ficar observando, eles ficam observando esse comportamento do aluno, a frequência com que esse aluno aparece com essas diferenças e antes de comunicar qualquer coisa a família até porque não há certeza. Mas geralmente assim, é uma conversa com o adolescente para coletar algumas informações, é, o que está acontecendo, ele anda diferente, a maioria fala (...) Então o que os professores costumam fazer quando notam alguma coisa é: nós preparamos naquela sala que o menino está um texto, então o professor prepara com jornais um texto e vai discutir. Ele coloca em debate essas questões (...) Então, o que é muito comum, eles falam bastante e os outros sabem que ele cheira cola, que ele toma cerveja, e na verdade as razões acabam aparecendo no grupo, nos debates. E além disso, nós já orientamos a mãe (...) Nós aconselhamos a um, encaminhamos ao psicólogo para dar uma conversada, para ajudar, então o encaminhamento é sempre esse”. (IC 3)*

*“Às vezes alguns professores acham que alguns alunos estão é, diferentes, com atitudes diferentes, que eles estão é, como os olhos muito vermelhos e estão com um comportamento é, diferente do normal, é, alguns professores até vem, dizem que*

*sentiram cheiro de, no caso maconha no pátio, na hora do intervalo, e geralmente é isso. (...) A gente orienta os alunos a não ficar no portão da escola enquanto ainda não é horário de aula. A gente ou convida esses alunos para entrar para a quadra, para ver um vídeo, para desenvolver algum tipo de jogo, a gente evita que eles ficam ociosos ali na porta da escola". (IC 8)*

Coerente com as propostas de integração da escola com a comunidade e a transversalidade, dois entrevistados relataram a aliança da família com a escola no processo de tratamento do aluno.

*"Um garoto de oitava série, a família inclusive me... Eu soube pela família. Que ele era usuário, e que ele (...) A família que nos procurou, e até a gente ficou meio que surpreso porque não sabia. Ele, em casa, estava roubando. Então sumia com ferro elétrico, botijão de gás, essas coisas para comprar a droga. E então a gente até na época procurou encaminhá-lo para o hospital-dia, que tinha na (...) A gente conseguiu porque nós fazíamos um trabalho de integração com o posto de saúde, unidade básica de saúde na região, e assim, o que eles nos apontavam como encaminhamento seria esse, o encaminhamento para o hospital-dia da região". (IC 6)*

*"Eu cheguei a ter um aluno que quando eu cheguei na escola, ele já tinha passado por um tratamento, ele já tinha é, superado a dependência, e os pais vieram conversar só para a gente ficar atento mesmo, acompanhando se realmente ele ia se manter fora do vício. Então a gente só tinha um acompanhamento mais próximo, procurava estar sempre conversando, olhando para o aluno para, para perceber se ele tinha voltado a se drogar ou não". (IC 8)*

### 2.3. Intoxicação e abuso de álcool e outras drogas por parte dos professores e outros funcionários da escola.

As situações de intoxicação de professor na sala de aula são trazidas como eventuais. A IC 5 coloca que o mais comum é a situação de funcionários responsáveis pela infra-estrutura da escola com problemas de uso abusivo de álcool e que aparecem freqüentemente alcoolizados para trabalhar. A intervenção nem sempre é feita com tranqüilidade. Entre as ações relatadas estão: dispensa do funcionário daquele dia de trabalho quando estava embriagado; ameaça de suspensão; remanejamento de função e tentativas de encaminhamento para tratamento. A estabilidade constitucional do

funcionário público é colocada como fator complicador na abordagem da situação. Houve apenas um relato de “atitude de avestruz”, onde não foi realizada nenhuma intervenção.

*“Olha, tive um caso de professor. Tinha momentos onde ele era muito agressivo com a sala de aula, e a gente desconfiou que ele usa drogas, no caso a bebida. Mas a gente não chegou a conversar sobre isso porque foi em alguns momentos pontuais que foi detectado”. (IC 7)*

*“Muitas vezes é um problema difícil de lidar, então o que muitas equipes fazem: aquela postura de fazer de conta que não está vendo, se isso não leva a um conflito maior, uma tolerância, ou então convidar a pessoa, como no caso de uma escola onde eu trabalhei, a exercer outra função longe da sala de aula. Você pode colocar esse profissional para exercer uma função onde ele não tenha o tempo todo contato direto com os alunos, uma forma de camuflar”. (IC 1)*

## 2.4. Tabagismo

### 2.4.1. Professor que fuma em sala de aula.

A questão dos professores fumantes, fator associado ao tabagismo entre os alunos, aparece bem resolvida nos relatos.

*“Existe a legislação que impede o fumo dentro das escolas, mas entra-se sempre em acordo. O que há é conflito de professor por causa do território da sala de aula, aquele que não fuma reclama que não quer ser fumante passivo, mais em sala de aula não, que eu tenha notícia, não”. (IC 1)*

*“Não aqui não há nenhum professor (que fuma dentro da sala de aula), poucos são fumantes na verdade. Nós temos aqui 80 professores, 12 são fumantes, de 80 professores só 12 fumam”. (IC 3)*

*“É proibido, na rede pública não pode fumar, nem dentro da escola, na frente dos alunos”. (IC 5)*

*“Na sala de aula não, mas saía para o corredor para fumar. (...) A gente chama o professor, conversa com ele, explica a questão do modelo que ele é para esse aluno”. (IC 7)*

*“Geralmente a gente tem na escola um espaço que é chamado de “fumódromo”, onde só naquele espaço que os profissionais podem estar fumando. Porque é proibido fumar em localidade pública, mas existem professores que fumam e eles têm que ir naquele espaço”.* (IC 8)

#### 2.4.2. Aluno que fuma em sala de aula.

A mesma tranqüilidade de intervenção aparece na questão do tabagismo entre os alunos.

*“Tive no banheiro com as meninas do grêmio; tive no banheiro (alunos fumando) numa ocasião e nós conversamos e nunca mais aconteceu”.* (IC 2)

*“Porque aqui eles sabem que existe um regulamento, nós temos o sistema disciplinar, todo aluno que vem fazer a matrícula lê o sistema disciplinar que não pode fumar e se ele fuma a escola comunica que existe um bosque aberto, e os fumantes fumam no bosque aberto. É isso que acontece. No pátio não pode fumar, no banheiro não pode fumar, na sala de aula e nos corredores, e se isso acontecer e ele for menor, a entrada dele à escola fica vinculada à presença dos pais e se for maior ele é suspenso um dia”.* (IC 3)

*“Em relação aos alunos no noturno, nós temos alunos adultos também, que fumam, então eles também, que fumam, então eles também têm um espaço onde eles possam ir até lá e fumar”.* (IC 8)

### 3. Situações indiretamente relacionadas com o uso indevido de drogas.

#### 3.1. Aluno com problemas familiares.

A grande maioria dos entrevistados fez menção a situações de alunos com problemas familiares, de forma espontânea ou dirigida. Em geral, as intervenções relatadas primaram pela compreensão e inclusão do aluno, o que resulta indiretamente numa ação preventiva do uso indevido de drogas: o estreitamento do vínculo do aluno com a escola. Os entrevistados também ressaltam a escassez e o difícil acesso aos equipamentos sociais de defesa dos direitos da criança e do adolescente, tornando-os mais solitários nesta tarefa.

*“Tem, tem muitos principalmente assim, crianças que são espancadas, você tem bastante. (...) A gente chama, a gente chama a mãe, conversa e em alguns, assim, encaminha em último recurso, a gente encaminha a criança para o conselho tutelar. Também é complicado porque os conselhos tutelares também não são atuantes quanto a escola precisaria que eles fossem. A coisa meio que pára, não é encaminhada ou porque não tem o (...) Naquele conselho tutelar, o conselheiro não está presente, está afastado, enfim, a coisa não é tão simples assim”. (IC 5)*

*“Olha a gente tem assim, casos bastante graves em relação a isso, eu vou falar sobre o caso da, de uma das alunas, e que, ela era rejeitada pela mãe. Então era uma menina que tinha a auto-estima muito baixa, dificuldades de aprendizagem, é, quando a professora ia fazer alguma atividade ela sempre se colocava numa posição de inferioridade mesmo. Lembro que a professora fez um trabalho de dramatização da história do patinho feio, ela queria ser o patinho feio, e a gente só foi descobrindo todas essas relações quando, numa conversa com o pai, que ele veio até a escola, conversou e aí a gente começa a desmistificar algumas questões com a aluna. Mas assim, problemas familiares são infundáveis”. (IC 7)*

*“Eu me lembro de um aluno que os professores consideravam que ele estava com um comportamento muito alterado, que ele estava, é, agressivo, que não estava se interessando, e nós chamamos a mãe para conversar. E na verdade, esse aluno tinha uns 13 anos, era aluno da sétima série, e que veio para conversar com a gente não foi a mãe, foi uma avó, e a avó começou a chorar e gritar para esse menino: - Você está querendo ficar igual a sua mãe, que vive jogada na sarjeta, que não tem casa, não tem família, fica só pedindo, não toma banho? E eu fiquei muito constrangida, porque o aluno ficou muito constrangido, e eu percebi que na verdade o aluno era um aluno muito bom. Diante de toda dificuldade de vida que ele tinha, ele era um aluno muito bom, e fui falando isso para os professores, que a gente tem que tomar cuidado, conhecendo realmente a condição de vida dos nossos alunos, as dificuldades que eles passam, então é importante que a gente abra um espaço na escola para que eles possam estar explicitando isso, para a gente ter uma compreensão mesmo da realidade de vida deles, para, não só compreender a situação que eles vivem, mas também para orientá-los, para dar apoio, para dar força. Depois eu fui conversar com esse menino, e me aproximei dele, e fui apontando até para ele muitas coisas super legais que ele tinha, positivas, e*

*que isso o tornava muito especial, muito nobre porque ele se sentiu muito mal quando a avó gritava tudo, que a mãe era, fazia, e como ela vivia”. (IC 8)*

### 3.1. Aluno com problemas de atenção ou comportamento.

A maioria dos entrevistados mostra tranquilidade na identificação de alunos com problemas de atenção ou comportamento, importante fator de risco para futuro uso abusivo de substâncias. Muitas das intervenções relatadas restringiram-se ao campo didático-pedagógico, incluindo abordagens criativas e eficientes. Os poucos relatos de tentativa de encaminhamento para avaliação com especialista mostraram a dificuldades da ponte da escola com as unidades de saúde.

*“Eu tive um caso de um aluno de segunda série que também por acaso eu fui chamada, o T., ele não prestava atenção nas aulas. (...) Depois do professor se queixar muito por muito tempo ele acabou indo para a minha sala e aí nós conversamos e eu pude perceber que na verdade ele tinha uma habilidade muito grande com o desenho, e o professor não conseguia ler essa habilidade do aluno. (...) O professor não conseguia estar observando a habilidade de cada um e a partir daí estar trabalhando algum conhecimento, especificamente com relação ao T. Tanto que depois de dois dias que ele ficou comigo, nós conversamos muito, ele fez diversos desenhos, ele desenhava muito bem, ele, um dia sim, um dia não, ele passava, eu dava folha, dava material para ele e quando ele voltou para a sala de aula no segundo dia eu até procurei estar mostrando para a professora, para os alunos, assim, procurei estar inserindo ele dentro do grupo e tentando despertar na verdade e valorizar essa habilidade que ele tinha que não tinha sido vista”. (IC 2)*

*“Nossa, muitos! (alunos com problemas de atenção ou comportamento) Você não tem para onde encaminhar. Eu encaminhei vários, você vai atrás, no Centro de Saúde, você briga, mas o Centro de Saúde não dá conta, o Centro de Saúde, às vezes, não quer entender, não há um trabalho interdisciplinar, intersecretarial. Nessa gestão, a gente está tentando fazer isso, mas é muito complicado. Por exemplo, crianças em situação de risco, ou seja, qualquer tipo de risco, a gente tem que encaminhar para algum outro..., porque assim, o professor, ele não dá conta de tudo. Você não é psicóloga, você não é fono, você não é assistente social, enfim, você precisa de outros parceiros e você não tem. E você fica com esse aluno que entra na primeira série com problemas sérios, que você percebe que tem algum tipo de problema, mas você não consegue fazer o*



*diagnóstico, você não sabe do que se trata e ele sai da oitava do mesmo jeito. Isso é uma realidade". (IC 5)*

### 3.2. Perguntas e brincadeiras em sala de aula sobre sexo e drogas.

Aparecem relatos bastante divergentes com relação às perguntas e brincadeiras dos alunos sobre sexo e drogas, o que denota possíveis diferenças de abertura sobre o assunto por parte do profissional. Muitos dos entrevistados, como o CP 1, têm bastante consciência da importância da reação do educador frente a estes assuntos. *"Bom, muita gente tem dificuldade de lidar com isso, no meu caso particularmente eu procurei ler algumas coisas então eu levava adiante discussões a respeito da sexualidade e fazia algum tipo de orientação, para que não ficasse aquele tabu (...) Conversando você muda isso e transforma o interesse em atividade produtiva, onde ele vai aprender a respeito daquilo, onde ele vai deixar de lado informações erradas que ele recebeu na rua e você vai estar ajudando".*

*"É mais em relação a preservativo que eles brincam bastante e eu ainda acho que a escola não apresenta muito para eles as possibilidades de prevenção, a discussão sobre virgindade, então para eles é algo um pouco fantasioso, um pouco mágico, é fora um pouco da discussão do currículo da escola. (...) A escola tem uma atitude variada, dependendo do professor, de como ele encara essa situação. Tem professor que pede para que pare, que esconde o preservativo e que trata aquilo de uma forma também muito preservada. Tem professor que aproveita a oportunidade e leva uma discussão para o grupo, é aprofunda e aproveita até para trabalhar aquele tema. Isso varia, dependendo da postura do professor. Na verdade a gente sempre orienta para que as questões que surjam na sala de aula sejam discutidas com os alunos, sejam aprofundadas, mas dependendo da situação, é, o encaminhamento está mais ligado mesmo à postura pessoal do professor". (CP 8)*

O sentimento de despreparo, resultando em reações repressivas por parte dos professores, é bastante presente nas entrevistas relatadas de forma crítica pelos entrevistados. A solução através de palestras de especialistas externos à escola para os alunos também aparece com frequência.

*"Olha, sobre sexualidade a gente tinha assim um despreparo bastante grande por parte dos educadores em lidar com as questões. É, logo que eu cheguei na escola, a*

*gente recebia alguns alunos que eles mandavam para conversar com a coordenação, porque desenhavam desenho pornográfico no cantinho do caderno, é, desenho nas cadeiras que eles fazem do sexo masculino, então qualquer situação ligada à sexualidade, o professor já mandava como se fosse um problema alheio a ele. E a gente teve um grupo de pessoas do..., fazendo um trabalho sobre sexualidade, e aí é, foi discutida a questão de trabalhar com esse tema. Então aí a gente percebeu uma diminuição desses casos. Mas é um assunto que grande parte dos professores tem dificuldade em tratar seus alunos. Então acaba ficando meio que no ar. (...) Eu acho que (a dificuldade) é por toda uma vivência, onde a questão da sexualidade era uma coisa muito reservada. Eu acho que é fruto de toda uma vivência e que dificulta tratar certas questões”. (CP 7)*

Alguns entrevistados negam a ocorrência de tais situações, dizem que os alunos quase nunca fazem perguntas sobre estes assuntos: *“Eles não perguntam muito para a gente não sobre drogas. Acho que essa conversa é mais entre eles mesmo”*. (CP 7) Já outros entrevistados afirmam que tais situações são muito comuns e naturais. Na opinião da CP 5, esta diferença nos relatos se deve ao fato que: *“O aluno sempre sabe para quem ele pode falar, para quem ele não pode falar, até porque ele vem de um meio social que aprende isso desde criança. E eles perguntam...”*. (CP 5) A maior parte dos entrevistados lida melhor com as perguntas sobre sexo do que as sobre drogas: *“Sobre sexo eles perguntam bastante. É, eles são mais soltos para estar falando sobre sexo (...) É muito natural, é muito comum. Às vezes eles trazem preservativos, enchem, brincam de bexiga. Em relação a drogas não tanto”*. (CP 8)

### 3.3. Alunos em cumprimento de medidas sócio-educativas.

A presença de alunos em cumprimento de medidas sócio-educativas, mais especificamente a Liberdade Assistida (LA), foi colocada com bastante ênfase como uma fonte de problemas que desestruturantes para a escola em boa parte das entrevistas. Foi interessante notar que, algumas vezes, o aluno em cumprimento de LA foi citado com sinônimo de aluno com problemas de uso indevido de drogas.

*“Tem a questão da exclusão dos jovens que eram ou passaram pela LA. Estamos discutindo, liberdade assistida, são crianças que passaram por algum ato infracional e foram levadas para a FEBEM e foram exigidos que fizessem acompanhamento assistencial. São pessoas que cometeram alguma infração, elas foram aprisionadas,*

*foram julgadas e o juiz disse para elas: vocês têm liberdade, mas existem umas condições para essa liberdade. Vocês devem voltar para a escola, vocês deverão periodicamente visitar o órgão público. Muitas vezes essas crianças são até mesmo acompanhadas pelo Centro de Criança e Adolescente. Agora, umas das obrigações e uma das exigências é que essas pessoas retornem a sala de aula. E aí as escolas têm muita rejeição em relação a essas crianças”.* (IC 4)

*“É um estigma tremendo, em relação a esses alunos, as escolas não querem, assim, eles vem para cá (...) E a escola não quer, os professores, ninguém dá crédito, se está em tratamento (para dependência de drogas) ou não, já é um bandido. ‘Se ele puder ser morto rapidamente, melhor para nós’. É bem isso, e tem gente que verbaliza isso”.* (IC 5)

Nos exemplos citados nas entrevistas, mais uma vez temos atitudes e reações bastante diversas, que podemos inserir em três categorias:

### 3.3.1. Medo generalizado e paralisante; fantasia/realidade de envolvimento com o tráfico.

*“Vou te colocar uma mais grave do ponto de vista de desestabilizar os professores, que é um aluno que nós tivemos na escola na condição de Liberdade Assistida. Isso causava um verdadeiro terror, eu fui percebendo que ele amedrontava as pessoas e que há um imaginário muito rico em relação a isso. Provavelmente pela situação dele (ele não devia ter cometido nenhum homicídio, nada disso), mas as pessoas aumentam a história, isso dá uma idéia de uma periculosidade muito maior do elemento com o qual você está lidando. (...) O professor se vê desrespeitado, vê sua aula tumultuada, e não tem coragem de denunciar para a direção. Muitas vezes ele faz de conta que não está sendo com ele e deixa até o problema crescer e alguém tomar uma providência”.* (IC 1)

### 3.3.2. Tentativa bem sucedida de reinserção social.

*“O J. é um rapaz que também foi preso na FEBEM, ficou lá na FEBEM, acho que sofreu torturas lá dentro, isso é o que dizem, e esse ano, o ano passado nós fizemos um trabalho com ele de inclusão, retorno à sala de aula, com grafite. Acho que está empregado agora”.* (IC 4)

### 3.3.3. Tentativa frustrada de reinserção social.

*“Eu tive um caso de LA e prestação de serviços à comunidade, na verdade foi um ex-aluno meu de pré-escola, e ele apareceu na minha escola solicitando vaga para cumprimento da LA. E já estava prestando serviço à comunidade na minha escola. Eu dei a vaga, a gente conversava muito com ele, eu cheguei a ir pessoalmente na casa dele, acho que umas três vezes, para fazer um trabalho assim mais diretamente ligado a família, mas realmente não surtiu efeito porque a gente percebeu que ele, ele ia para a escola, depois que terminou o trabalho com a comunidade, ele continuou em LA. E aí ele ia para a escola, ele ia drogado. A gente conversava, mas não tinha... Na verdade a gente não estava falando a mesma língua...”. (IC 2)*

### 3.4. Problemas com traficantes dentro da escola

A preocupação com o tráfico foi comentada em quatro entrevistas, com enfoques, intensidade e atitudes bastante diversas, desde uma menção mais superficial, passando pela constatação do medo, exagerado ou não, que imobiliza muitas escolas, por atitudes compreensivas e inclusivas com os alunos envolvidos e até a declaração de acordos firmados com o tráfico visando à proteção da escola.

*“É o imobilismo, o que caracteriza (a atitude) das pessoas (frente ao problema do uso indevido de drogas nas escolas) é esse imobilismo, porque você acha que mexer com isso, ainda que seja uma orientação para alguém que te procure e queira receber tratamento, você tem medo de uma retaliação, você não sabe com o que você está mexendo, se é o traficante por trás”. “... então você ouve dizer que fulano é traficante e você não sabe o grau de envolvimento, se ele é só um consumidor e se isso não oferece risco maior”. (IC 1)*

*“(...) E até alunos que a gente sabe que fazem parte, são, participam aí da, do roteiro da droga, eles se abrem muito com a gente, né, e colocam e a gente tem... A importância da escola para estar saindo dessa, mas é uma briga, é uma luta assim difícil porque eles ganham muito mais do que às vezes o professor da própria escola. Então é complicado. Agora, quando a gente se abre nessa relação, a gente percebe que há um respeito muito grande por parte deles. Mas, quando eles percebem alguém que se intimida diante da questão, porque fica sabendo que ele está envolvido em drogas e se*

*intimida, aí você percebe que a relação fica muito difícil. E com os alunos da classe também, eles ficam numa posição de superioridade, né”. (IC 7)*

*“Eu lembro é, tem um dos alunos que fazia parte do tráfico de drogas e que expunha sempre para a gente sempre que ele partiu para essa situação porque ele não arrumava emprego, porque a casa dele vivia numa carência muito grande, mas que ele ia estudar e tentar sair dessa. Então a gente percebe que eles se abriam porque a gente não tinha também essa questão como algo é, taxativo, aí, aquele faz isso então a gente tem que tomar cuidado com ele, mas no diálogo no sentido de que ele perceba o por que ele está entrando nessas condições, por que ele está partindo para isso e que seja possibilidade de ele também estar saindo”. (IC 7)*

A existência de acordos entre algumas escolas com traficantes apareceu em poucas entrevistas, porém como evento comum. Talvez este evento não tenha sido mencionado nas outras entrevistas pela delicadeza do tema. Os termos do acordo são: a escola reconhece o traficante como a autoridade local, o que inclui não mais acionar a GCM e o traficante garante a integridade física da escola e seus funcionários - acabam as depredações. Muitas vezes, a escola se sente impossibilitada de desenvolver um programa de prevenção ao uso indevido de drogas com medo de ferir o acordo.

*“De acordos? É na minha escola houve, acho que na maioria das escolas há esse acordo (...) A troca (do acordo) é a preservação do patrimônio. Só. (...) Assim, na verdade quando a escola é roubada, saqueada, pichada, a gente sabe que o tráfico está por trás disso. Às vezes, nem é o tráfico é a comunidade. Então geralmente a direção da escola chama o traficante da região, que é o delegado da região e diz para ele o que está acontecendo e ele... Por exemplo, na minha escola aconteceu isso: a escola foi roubada, a merenda foi roubada. E a diretora já tinha feito um acordo com o traficante, de, e aí você chama a pessoa e fala: \_Olha a escola aconteceu isso não é legal, a gente vive com muita dificuldade, é uma escola pública, a gente sabe que você é uma pessoa forte na comunidade. Você tem, é um líder dessa comunidade, a gente queria que você conversasse com as pessoas, para eles, é, assim, para estar preservando a escola, porque a escola é pública, essa área e dos alunos, enfim, é por aí a conversa”. (IC 5)*

#### 4. A Prevenção

##### 4.1. Prevenção: teoria e prática.

No quadro abaixo, foram sintetizadas as concepções e atitudes dos entrevistados sobre a prevenção do uso indevido de drogas nas escolas, relacionando-as com os modelos de intervenção preventiva explicitados na introdução.

**Tabela 5: Concepções e atitudes dos entrevistados sobre a prevenção do uso indevido de drogas nas escolas.**

Teoria	Prática
<p><i>“A primeira arma é o esclarecimento. Então há uma demanda muito grande, na maior parte das escolas a maior parte dos profissionais por não saber lidar com a questão. (...) Eu acho que a gente deveria ter profissionais para prestarem esse esclarecimento, para os professores inicialmente e para os alunos também”.</i> (IC1)</p>	<p><i>“Convidar profissionais, nem sempre com uma boa habilitação, para proferirem palestras dentro da escola. É o que a gente tentava que poderia contribuir, então o que a gente fica pensando: você vai atemorizar, você vai falar sobre os efeitos das drogas, então automaticamente você vai desestimular o consumo, se pensar no atrativo que elas representam”.</i> (IC1)</p>
<p>Conhecimento científico trazido por especialistas externos à escola. Demanda de capacitação do corpo discente.</p>	<p>Modelo do <u>amedrontamento</u> misturado ao do <u>conhecimento científico</u>.</p>
	<p><i>“Lá nós tínhamos um projeto ‘Escola de Pais’. Nessa Escola de Pais nós tínhamos uma reunião ao mês, toda última terça feira, onde nós desenvolvíamos. A gente estabelecia parceria com diversos locais, por exemplo as pessoas do Poupa-Tempo, o pessoal da... do IAE que é o Instituto Adventista de Ensino, e eles trabalham também com uma gama de profissionais - enfermeiros, diversas pessoas - e esses profissionais iam dar palestras aos pais. (...) Com relação aos alunos, nós tivemos</i></p>

	<p><i>teatro tivemos também uma pessoa do COAS que foi falar diretamente com os alunos...” (IC2)</i></p>
	<p>Modelo de <u>orientação de pais</u> associado ao <u>modelo do conhecimento</u> científico trazido por especialistas externos à escola.</p>
<p><i>“(...) Quer dizer, está sendo muito complicado inclusive fazer com que essas pessoas que têm pouco preparo prá lidar com esses usos indevidos que eles encarem isso como uso indevido e não proibido. (...) a questão é: vai fumar na escola? Tá, você tem consciência de que isso faz mal a sua saúde? Por que você entrou nisso? Qual a sua situação social?” (IC3)</i></p>	<p><i>“Eu era diretor de Escola na EMEF (...), na favela do S. e nós tínhamos orientação do Doutor R. da USP, então a gente tinha sempre com ele uma série de coisas (cursos de orientação e capacitação para a equipe docente)”. (IC3)</i></p>
<p>Modelo de <u>educação para a saúde</u> associado ao <u>modelo de educação afetiva</u>. Clara orientação da Redução de Riscos.</p>	<p>Demanda de capacitação da equipe docente para a <u>educação para a saúde</u>. Teria a intenção da <u>modificação das condições de ensino</u>?</p>
<p><i>“(...)Em relação a essa questão das drogas, eu creio que ela (o usuário) parte pra uma fuga até por uma questão de integração social, (...). Então, no meu modo de ver, é que, para a escola fazer intervenção nisso, tem que conhecer esse quadro social, e aí buscar soluções para que essa pessoa entre e aí, na escola (...).Então assim, como é que você entende que uma pessoa sofre e aí por causa de uma doença, talvez uma fragilidade</i></p>	<p><i>“Olha, praticamente, eu não vejo nenhum trabalho sistematizado nesse ponto. O que nós vemos hoje é palestras que se fazem na escola, e aí, com várias tendências, pode pegar desde a questão do olhar militar, do olhar aí de alguns especialistas que pode ser até um pouco psicológico...” (IC4)</i></p>

<p><i>emocional, social, e (a escola) trabalha resgatando o que é de positivo nele, o que é salutar nele. E mostrar que aí, quer dizer, tem caminhos que você faz opções por caminhos na vida, e que também nem sempre esses caminhos são os corretos ou tem que ser para o resto da vida”. (IC4)</i></p>	
<p>Modelo de <u>educação para a saúde</u> associado aos <u>modelos de educação afetiva, normativa</u> e de <u>oferecimento de alternativas</u>.</p>	<p>Modelo de <u>treinamento para resistir</u> – PROERD – cópia do modelo americano DARE, que, no Brasil, é aplicado por militares; modelo do <u>conhecimento científico</u>.</p>
	<p><i>“Acho que a prevenção ela não acontece, porque a rede introjetou o seguinte: na medida em que existem traficantes dentro da escola, estudando, a direção da escola precisa fazer um acordo com o tráfico para que a escola se mantenha íntegra enquanto patrimônio”. (IC5)</i></p>
	<p>Imobilismo frente ao medo gerado (também) pela desinformação. “<u>Atitude de avestruz</u>”, segundo Richerd Bucher.</p>
<p><i>“Olha, eu acho que tem que ser, ir além da palestra, palestra por si mesma eu não acredito muito (...). Agora como que a gente vai fazer isso, não sei te falar. A gente conhece várias entidades que fazem esse tipo de trabalho, mas geralmente fica na base de oficinas, palestra, filmes, mesa redonda, ou faz uma roda de conversa, é</i></p>	<p><i>“Olha, normalmente fica mais na palestra, é, de você ter alguém que se propõe a ir lá conversar com o jovem, é geralmente, é uma coisa muito assim, incipiente, não é um projeto assim que você faz, uma coisa mais consistente”. (IC6)</i></p>



*mais ou menos isso, não tem muita, eu não conheço nenhum outro tipo de ação. Tem pessoas que já tem uma outra fala, que (...) não precisa falar da droga, mas você trabalhar com ações, com valores, é um outro lado. (...) Mas é você mostrando outras possibilidades de sucesso, de estar bem com ele mesmo, de ter um grupo legal de amigos, de ter um relacionamento legal, de ter, ser aceito no grupo, etc. Por que é isso que muitas vezes prepara o jovem para ele saber dizer não ou de ele ter uma, sei lá, saber fazer opção, se ele quer ou não". (IC6)*

Consciência da insuficiência do modelo do conhecimento científico e conceitos que incluem a educação normativa, oferecimento de alternativas e do treinamento para resistir.

Modelo do conhecimento científico.

*"É um trabalho de orientação, eu acho, é, na escola a gente tem assim passado com freqüência nas salas de aula conversando sobre os danos que isso pode causar a saúde, e teve até um momento é, em que alguns alunos que passaram por isso e conseguiram sair passaram nas salas conversando, explicando todo o movimento que eles sofreram em relação a isso". (IC7)*

Modelo do conhecimento científico com algum elemento do modelo de amedrontamento.

*“Na verdade a gente muitas vezes acaba não tratando diretamente a questão da droga, no sentido, ao malefício da droga, a gente faz um trabalho de reflexão sobre a qualidade de vida, no que consiste uma vida com qualidade, então a questão do autocuidado e aí entra todas as questões referentes, aí a gente acaba entrando para a discussão da droga. Então a gente começa por uma discussão mais ampla de quem somos, como vivemos, o que nós esperamos para nós, e depois a gente aprofunda aí o que é essa qualidade de vida, no que consiste essa qualidade de vida, a questão com o autocuidado, com a preservação da vida e aí a gente entra para as questões da droga, da sexualidade”. (IC8)*

Modelo da educação para a saúde.

Conforme observado no quadro acima, nas respostas dos IC entrevistados sobre o que seria prevenção ao uso indevido de drogas nas escolas, encontramos conceitos de variados modelos, por vezes integrados, outras vezes misturados, derivados de ambas as orientações políticas. A idéia da transmissão de conhecimentos como base da prevenção permeia a maioria dos discursos. É bastante presente a imagem deste conhecimento vindo de especialistas externos à escola para ensinar o corpo discente, em geral na forma de palestras. Temos aqui a idealização do conhecimento como determinante da atitude e do comportamento.

A maioria dos entrevistados reconhece a necessidade de capacitar o corpo docente. Alguns, mais claramente a IC 6, questionam a eficiência de um programa de prevenção baseado na transmissão de conhecimentos. Mas a própria IC 6 fica muito confusa ao tentar explicar outros tipos de intervenção, apesar de demonstrar noções dos modelos de oferecimento de alternativas, da educação normativa e até algum conceito do

treinamento para resistir. Princípios dos modelos de educação para a saúde, educação afetiva e oferecimento de alternativas são bastante citados, mesmo que, eventualmente, de forma truncada. A educação por pares somente é citada pela IC 7, mas com a concepção do modelo de amedrontamento. Esta é a única IC que fala em conceitos do modelo de amedrontamento quando foi perguntada sobre o que deveria ser feito. Fica claro que estes profissionais tiveram acesso a alguma informação sobre o tema, possivelmente por fontes variadas, inclusive dos profissionais convidados para as tais palestras. Nota-se, porém, a falta de sistematização destas informações, gerando mais dúvidas e insegurança do que atitudes. Ao delegar o problema ao especialista, a escola se exime da reflexão sobre o tema que culminaria no balizamento de conceitos e atitudes adequados à realidade da escola.

Somente o IC 3 fez menção direta à Redução de Danos. Suas referências são claramente aos modelos de educação para a saúde e educação afetiva. Ao longo da entrevista ele coloca as dificuldades para trabalhar estes conceitos com o corpo docente, atribuindo tais dificuldades aos valores morais bastante arraigados da equipe e à dificuldade de muitos professores na interação com os alunos. Porém o seu domínio sobre o tema se traduz na segurança ao discuti-lo com o corpo docente.

Na realidade, as conhecidas e citadas palestras para o corpo discente mostraram-se, ainda, a grande base da prática da prevenção ao uso indevido de drogas nas escolas. Estas palestras podem ter uma orientação segundo o modelo do conhecimento científico ou do modelo de amedrontamento, dependendo do convidado. A “atitude de avestruz”, como denominou Bucher, 1988, o imobilismo frente ao problema, é bastante citado.

Curiosamente, o treinamento para resistir é citado apenas pelo IC 4, apesar da recente expansão da aplicação do PROERD nas escolas públicas e privadas do estado de São Paulo, conforme os dados apresentados na *homepage* do referido programa em 11/04/2003. Com exceção do IC 3, que se mostrou bastante ativo em incitar o debate e capacitar sua equipe docente, a maioria dos entrevistados coloca-se numa posição de grande impotência. As intervenções feitas nas diversas situações cotidianas relatadas, em geral, não são computadas como intervenções potencialmente preventivas.

#### 4.2. O Projeto Vida

Três entrevistados fizeram menção à existência de um projeto da Secretaria Municipal de Educação, denominado Projeto Vida, sendo que os IC 1 e IC 2 eram integrantes deste projeto na ocasião da entrevista. Segue abaixo a descrição deste projeto segundo os documentos oficiais da prefeitura e as declarações dos entrevistados sobre o funcionamento do projeto.

#### 4.2.1. O Projeto vida segundo os documentos oficiais.

Conforme o impresso de divulgação do projeto, editado pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, em 09 de setembro de 2001, o Projeto Vida vem dar cumprimento à lei nº 13.096 de 8 de dezembro de 2000, que "Instituiu o Programa de Prevenção da Violência nas Escolas", principalmente em seu Artigo 2º, com os seguintes objetivos:

1. Formar comissões de prevenção de violência nas escolas;
2. Desenvolver ações educativas e de valorização da vida, dirigida à crianças, adolescentes e à comunidade;
3. Implementar outras ações identificadas como formas de combate à violência;
4. Aumentar o vínculo estabelecido entre a comunidade e a escola;
5. Garantir a formação de todos os integrantes da equipe técnica, do corpo docente e servidores operacionais da rede de ensino, com vistas a evitar a ocorrência de violência nas escolas.

Ainda segundo o documento da Secretaria, desenvolver ações que auxiliem professores, funcionários, pais e alunos a situar o problema da violência dentro da sua esfera de complexidade significa:

- Entender suas causas;
- Precisar os limites da atuação profissional;
- Exercitar formas não violentas de resolver conflitos;

- Saber reconhecer sinais de violência contra os alunos e tomar providências previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
- Fazer funcionar as estruturas democráticas e
- Atuar rigorosamente dentro dos princípios éticos.

Segundo informações da página eletrônica da Secretaria Municipal de Educação, este projeto é dividido em 3 programas:

### **Escola Aberta**

Visando fortalecer os vínculos entre escola e comunidade o projeto Escola Aberta, já implantado em 160 unidades escolares, oferece nos fins de semana oficinas que trabalham as linguagens musical, cênica e audiovisual, além de esporte e cultura. A equipe do Projeto Vida, por meio de solicitações da escola, da comunidade e dos NAE, viabiliza a implantação e o custeio das oficinas. A meta será atingir as mais de 450 unidades escolares de ensino fundamental até 2004. Segundo Marilândia Frasão, o Escola Aberta é um projeto que atende ao anseio da comunidade, pois é o terceiro item mais votado pela população nas reuniões de orçamento participativo.

### **Educom.Rádio**

O Projeto Vida contratou o NCE - Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicação e Artes da USP para formação e capacitação dos alunos e membros da comunidade na realização de programas de rádio comunitários. A SME - Secretaria Municipal de Educação já equipou 121 escolas com laboratórios radiofônicos. O projeto visa desenvolver práticas pedagógicas e colaborativas para melhorar a convivência escolar diária. Os resultados obtidos, conforme depoimentos dos alunos presentes à reunião, interferiram positivamente na comunicação entre professor e aluno, estreitando os vínculos do grupo.

### **Mediação de Conflitos**

Este projeto é pouco comentado nos documentos oficiais.

4.2.2. O Projeto Vida, segundo os entrevistados.

“(O Projeto Vida) Está constituído de várias áreas de atuação, (...) (A primeira) que consiste na formação de professores, alunos e membros da comunidade para fazerem uma rádio dentro da escola. Então essas pessoas vão receber um curso, através da Escola de Comunicação e Artes da USP e ao final do curso elas têm uma rádio montada dentro da escola. (...) O outro (programa) é o da **Escola Aberta** que prevê a utilização do espaço da escola pela comunidade também fora dos horários de aula e preferencialmente aos finais de semana, como medida de prevenção a violência. O que é que vai acontecer: na maior parte das regiões de São Paulo, especialmente nas periféricas, não existem muitos equipamentos de lazer ou de opção de formação cultural para os alunos. Então o que se propõe é que a escola se organize, né, é com o apoio da Secretaria de Educação, possa desenvolver atividades para que esses alunos ocupem esse espaço também no final de semana e eventualmente nos outros horários onde não há aula. E uma terceira área de atuação, é um trabalho do qual eu participo, que é a **Mediação de Conflitos** nas escolas, né, e a prevenção e o tratamento de questões envolvendo suspeita ou consumo de drogas no espaço da escola. Então essas questões são remetidas a nós, e em parceria com a Secretaria da Saúde nós vamos viabilizar formação também para as escolas. Por enquanto a formação não é feita porque ela vai depender de outras pessoas que venham a integrar o projeto e que venham a fazer essa parceria. Então basicamente nós damos apoio às escolas, quando há uma problemática muito grande, se faz uma visita, se verifica o que está acontecendo e os encaminhamentos são tomados pela própria Secretaria da Educação para que a escola não se exponha e para que ela saiba como lidar. (...) Então eu atuo nessa terceira função no projeto, que é esse atendimento as escolas, tanto com relação a essa suspeita ou ao consumo e tráfico de drogas até questões de conflitos dentro da escola e entre comunidade e escola”. (IC 1)

“... Foi apontado algumas pessoas na secretaria que trabalhassem especificamente com isso, chama Projeto Vida. E aí eles tiveram que ir até a escola e fazer uma discussão de qual é o modo de intervenção...” (IC 4)

“Mas, por exemplo, na escola A. C., que também recebeu a visita do Projeto Vida, o aluno estava com um pouco de droga, de maconha...” (IC 4)

Curiosamente, um programa idealizado para manejar a questão da violência nas escolas, nos relatos dos entrevistados aparece como programa para lidar com as

situações relacionadas ao uso indevido de drogas nas escolas, mesmo que este tema não tenha sido contemplado nos objetivos do projeto. A proposta original do Projeto Vida é bastante interessante por oferecer alternativas de socialização e protagonismo juvenil, nos Projetos Escola Aberta e Educação pelas Ondas do Rádio – EDUCOM. Estes programas estão funcionando com bastante sucesso, segundo a “homepage” da Secretaria Municipal de Educação, 12/2002. Porém, o terceiro programa, intitulado “Mediação de Conflitos”, ainda não está funcionando da maneira que foi concebido. *“Por enquanto a formação não é feita, porque ela vai depender de outras pessoas que venham a integrar o projeto e que venham a fazer essa parceria”.* (IC 1) Na prática, a “mediação de conflitos” está funcionando como uma alternativa de emergência, quando a escola se vê frente a uma situação que não consegue dar conta, relacionada ao uso indevido de drogas ou à violência nas escolas. Com isso, acaba por reforçar a imagem da solução trazida pelo especialista e da impotência da escola frente ao tema. Ratifica a idéia de que estes assuntos não pertencem à alçada da escola.

## DISCUSSÃO

### 1. Drogas: assunto de educador?

Ao caracterizar-se o papel do CP como elemento de articulação dentro da escola, como alguém que “coordena toda parte pedagógica da escola, cuida da formação e da capacitação dos seus professores e, de certa maneira, acompanha todo o desenvolvimento dos alunos dentro da escola”, conforme declarou IC 6, este se torna o profissional de eleição para protagonizar a reflexão sobre o uso indevido de drogas nas escolas e sua prevenção. Porém, enquanto para os profissionais e estudiosos da questão das drogas, a pertinência deste assunto na alçada do educador é fato estabelecido, (Carlini-Marlatt, 2001; Bucher, 1988; Costa & Gonçalves, 1988) talvez, para os profissionais da educação, isto não esteja claro.

Vieira, 1999, traz esta discussão em sua tese. *“Foi preciso estar na escola, para perceber que a naturalidade com que eu tratava o tema (drogas) no ambiente universitário não era compartilhada no ambiente escolar do ensino fundamental e médio. (...) Ao dizer que eu gostaria de conhecer a opinião do professor sobre o problema do uso de drogas entre seus alunos e que essa minha questão havia sido levantada a partir de um documento do MEC que designava o professor um ‘mediador privilegiado’ no processo de prevenção, essa professora prontamente retrucou: ‘Só faltava essa agora. Mais uma cruz para o professor carregar!’”*. (Vieira, 1999)

Esta visão que drogas é assunto para se conversar com especialistas, parecia estar por trás da indicação dos primeiros entrevistados. Ao solicitarmos as entrevistas para esta pesquisa na Secretaria Municipal de Educação, prontamente foi indicado um integrante do Projeto Vida. E as indicações subseqüentes continuaram nesta direção, até sermos mais explícitos na argumentação de que gostaríamos de entrevistar profissionais com ampla experiência no trabalho como educador na escola, e não especialistas em drogas. Entretanto, quando os entrevistados listam os principais problemas enfrentados no seu cotidiano, a pertinência deste assunto ao universo escolar fica bastante clara. Entre as dificuldades relacionadas ao corpo discente citadas: dificuldade no aprendizado, abandono escolar, indisciplina, aluno em cumprimento de Liberdade Assistida, prostituição, furto, violência e problemas com traficantes dentro da escola; boa parte guarda relação direta ou indireta com a questão das drogas. Cabe aqui uma ressalva. A



afirmação que mau desempenho, absenteísmo, e evasão escolar, prática de atos infracionais, entre outros, estão associados ao uso indevido de drogas (National Institute on Drug Abuse, 2003), não implica em relação de causalidade. Conforme Moreira, 2002<sup>6</sup>, com relação aos estudos sobre fatores associados ao uso indevido de drogas, *“a maior parte dos fatores identificados são, na realidade, fatores associados. Em poucos casos, como em relação a filhos de dependentes, a relação causal pode ser aventada”*.

Vários fatores podem estar associados à resistência do educador em apropriar-se deste papel de mediador ou mesmo protagonista na prevenção do uso indevido de drogas nas escolas. Entre eles, estão os problemas relativos à formação e informação e ao lugar social ocupado pela droga na sociedade atual que discutiremos mais adiante. Outro fator é a própria estrutura da escola, que sobrecarrega o corpo docente, reduzindo a possibilidade de espaços de reflexão.

Giglio (1999) afirma. *“O cotidiano de nossas escolas tem produzido uma quase impossibilidade de reflexão sobre os problemas e impedido o desenvolvimento de uma visão e de uma prática estratégicas tanto por parte dos professores quanto de seus gestores. Esse cotidiano, povoado de desafios, não é entendido como espaço privilegiado de aprendizagem e de formação permanente dos educadores. Ao contrário, os educadores pedem socorro e localizam fora de si ou de suas instituições as razões dos problemas vividos”*.

O acúmulo de trabalho do coordenador pedagógico bem como a sobrecarga dos professores foi bastante citada nas entrevistas. Sem tempo ou energia para refletir sobre os diversos temas que permeiam sua prática, delegar os assuntos mais espinhosos aos especialistas parece uma saída bastante honrosa.

O despreparo da equipe docente também é citado por vários entrevistados como fator responsável pelo tabu e conseqüente medo, por vezes paralisante, em relação ao tema. *“A primeira arma é o esclarecimento. Então há uma demanda muito grande, na*

---

<sup>6</sup> Moreira, F. G.; A Prevenção na escola, no trabalho, em fim, na comunidade. (Aula do I Curso “online” de Dependências – módulo básico do PROAD – Programa de Orientação e Atendimento ao Dependente do Departamento de Psiquiatria da EPM/ UNIFESP) São Paulo, 2002.

*maior parte das escolas, a maior parte dos profissionais, por não saber lidar com a questão. Então o que é que vai acontecer, novamente um temor com relação a isso. São os dois medos, né, que assustam atualmente professores e equipes escolares como um todo, né? A questão das drogas e a questão do aluno que esteja em LA né?” (IC 1). Na compreensão de Vieira, 1999, “A escola, portanto, se confunde com a família no despreparo e no temor, transitando entre o desespero e a indiferença. Colaborando com essas atitudes, alguns pontos se destacam no cotidiano de nossos professores, dos quais percebi, como mais presentes, a droga (como tabu) e o sentimento de medo e/ou insegurança”. (Vieira, 1999).*

Tanto nos documentos do MEC como nas entrevistas, fala-se de despreparo de duas naturezas. De maneira geral, o grau de formação acadêmica dos docentes, no Brasil, é bastante insatisfatório. Mas uma formação acadêmica adequada não garante o preparo para lidar com o tema: *“nós temos pessoas aqui que são mestres, são doutores, na área deles, em Língua Portuguesa e Matemática, e eles apresentam assim muita dificuldade em lidar com esses conflitos do cotidiano” (CP 3). Consciente de seu despreparo, a escola teria muita dificuldade em assumir a responsabilidade da prevenção do uso indevido de drogas entre seus os alunos. Passando, assim, a negar a pertinência do tema aos seus domínios.*

*“A formação dos professores e das professoras devia insistir na constituição deste saber necessário e que me faz certo desta coisa óbvia, que é a importância inegável que tem sobre nós o contorno ecológico, social e econômico em que vivemos. E ao saber teórico desta influência teríamos que juntar o saber teórico-prático da realidade concreta em que os professores trabalham”. (Freire, 1996).*

Talvez, o que deva ser esclarecido, é que o trabalho de prevenção nas escolas é bem mais cotidiano e próximo da realidade dos educadores do que normalmente se imagina. O caso relatado pela IC 6, descrito com detalhes nos resultados, é bastante representativo. Uma aluna tem uma mudança importante no padrão de comportamento, passando a apresentar problemas importantes de disciplina, e as medidas disciplinares iniciais não surtem efeito. Ela é solicitada a vir acompanhada dos pais para entrar em sala de aula. Como não trouxesse os pais, mesmo após insistentes solicitações, a CP opta pela visita domiciliar, na qual fica ciente de uma situação familiar grave que,

---

inclusive, impossibilitava a presença dos pais na escola. A partir deste momento, *“ela se sentiu mais próxima da gente e a gente dela. (...) Ela nos procurava mais para conversar, para contar as coisas e não nos deu mais trabalho, até a oitava”* (IC 6). Esta foi uma intervenção preventiva, pois preservou e intensificou o vínculo da aluna com a escola, considerado fator protetor para o abuso de drogas segundo os dados do National Institute on Drug Abuse (2003). Podemos considerar esta aluna em situação de vulnerabilidade, devido à situação de desestrutura familiar, fator associado ao uso abusivo de drogas, também segundo os dados do National Institute on Drug Abuse (2003). Ainda, esta ação se encaixa dentro da filosofia da “Redução de Danos”, pois se abriu mão da exigência inicial, buscou-se ampliar o conhecimento sobre o problema e, a partir desta compreensão foram aceitos progressos parciais no comportamento da aluna. A solução ideal foi substituída pela solução possível e progressiva. Intervenções desta natureza foram relatadas pela maioria dos entrevistados.

*“Lido com gente e não com coisas. E porque lido com gente, não posso por mais que, inclusive, me dê prazer entregar-me à reflexão teórica e crítica em torno da própria prática docente e discente, recusar a minha atenção dedicada e amorosa à problemática mais pessoal deste ou daquele aluno ou aluna. Desde que não prejudique o tempo normal da docência não posso fechar-me a seu sofrimento ou à sua inquietação porque não sou terapeuta ou assistente social. Mas sou gente. O que não posso, por uma questão de ética e de respeito profissional, é pretender passar por terapeuta. Não posso negar a minha condição de gente de que se alonga, pela minha abertura humana uma certa dimensão terapêutica”.* (Freire, 1996).

Pensando na estrutura da EMEF na cidade de São Paulo, onde cada CP fica responsável, em média, por 600 alunos, seria inviável esperar que o próprio CP faça visitas domiciliares a todos os alunos. A questão é a atitude global da escola em receber os alunos e reforçar os vínculos. Muitas vezes, o professor poderia exercer esta função, e, ao menos as situações menos complexas seriam resolvidas antes mesmo de chegar ao CP. A fala da IC 2 resume bem esta reação em cadeia. *“A gente percebe que na verdade o professor está muito desgastado, então numa situação simples aonde o professor na verdade deveria estar tolerando, ele já não tolera mais, entendeu? Ele já não tem mais condições psíquicas para estar trabalhando com situações simples”.* O professor acaba não dando conta de muitas situações, sobrecarregando o CP, que acaba por também não conseguir um trabalho efetivo com tanta demanda. Portanto, faz-se

necessário não somente a capacitação do corpo docente, mas a sua valorização profissional, com a melhoria das condições de trabalho.

*“Historicamente nosso sistema escolar elementar transformou-se no espaço do fazer, a universidade no lugar onde se pensa e produz conhecimento e os gabinetes de governo nos lugares onde se decidem as políticas. À escola resta ‘obedecer’, reproduzir, aceitar ou tornar-se impermeável às políticas que, aparentemente, são executadas. Isso tem alimentado entre os educadores comuns – que não possuem os protocolos universitários mais importantes – uma cultura que de modo algum favorece as mudanças necessárias”.* (Giglio, 1999).

## 2. Situações indiretamente relacionadas com uso de drogas nas EMEF e sua prevenção.

Nas situações indiretamente relacionadas com uso de drogas, os entrevistados demonstram maior tranquilidade nas intervenções, que, em geral, tendem a ser bastante compreensivas. Muitas vezes, estas ações acabam tendo um efeito de redução de riscos ou de danos em relação ao uso de drogas, mesmo sem que eles tenham este conhecimento teórico. Os entrevistados relataram atitudes bastante positivas mesmo frente a temas consideradas tabus socialmente, como sexo e homossexualismo. Mostraram estar atentos a situações especialmente delicadas como o caso de alunos que sofreram violência sexual. Intervenções particularmente interessantes foram relatadas nos casos de alunos com problema familiares ou de comportamento, que não tinham relação direta com abuso de drogas por parte dos alunos. Estes relatos denunciam o vínculo bastante próximo da escola com os alunos envolvidos, o que é considerado um fator protetor para o abuso de substâncias psicoativas, segundo os dados do National Institute on Drug Abuse (2003). Todavia, nenhum dos entrevistados identificou nestas práticas, bastante usuais, intervenções preventivas.

Brigas, violência praticada por aluno contra o patrimônio e até porte de armas, são situações nas quais os IC também demonstram certa segurança na intervenção. Porém, as intervenções compreensivas não são unanimidade. No caso relatado pela IC 7, ao correlacionar a briga do aluno com um projeto desenvolvido pela escola, a “Marcha da Paz”, ela ampliou a significação do ocorrido, ao mesmo tempo em que aproximou o projeto da escola ao cotidiano do aluno. A maioria dos entrevistados demonstrou uma atitude crítica em relação às intervenções repressivas nestes casos.

### 3. Situações diretamente relacionadas com uso de drogas nas EMEF e sua prevenção.

Já nas situações diretamente relacionadas com o uso de drogas, o tom de tranquilidade e segurança dá lugar à atitude de impotência e resignação no discurso dos entrevistados, denunciando o preconceito em relação ao tema. Quando perguntados sobre situações relacionadas ao uso de drogas nas escolas, somente o IC 3 fez menção ao uso de álcool, o que mostra a forte correlação da palavra droga com o uso de substâncias ilícitas no imaginário dos entrevistados. A IC 8 chegou a explicitar a seguinte diferenciação: *“em relação à droga, é mais difícil, geralmente o que a gente consegue fazer uma intervenção maior mesmo é no alcoolismo”*. É importante ressaltar, porém, que em todos os levantamentos, domiciliares ou em escolas, os problemas relacionados ao uso, abuso e dependência de álcool são os mais importantes em termos estatísticos. O uso na vida de álcool entre alunos de ensino fundamental e médio, medido em 10 capitais brasileiras é superior a 65%, enquanto o uso na vida de qualquer droga exceto álcool e tabaco é inferior a 25% (Galduróz, Noto, & Carlini, 1997). A prevalência de dependência de álcool na população brasileira é da ordem de 11,2%, a prevalência de dependência de maconha é de 1% e as prevalências de dependência e uso freqüente de cocaína não foram sequer apresentadas nos dados do I Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil devido à sua insignificância estatística em termos populacionais (Carlini, Galduróz, Noto, & Nappo, 2002). Se, por um lado, o fato da maioria dos entrevistados não relacionarem o uso de álcool ao tema drogas preocupa, por outro, a declaração da IC 8, afirmando segurança no manejo dos problemas relacionados ao uso e abuso do álcool tranquiliza, pois estes são realmente os problemas mais prevalentes.

Neste tópico, alguns dos entrevistados referiram-se a traficantes e a usuários de drogas ilícitas sem muita diferenciação entre um e outro. *“(...) Ainda que seja uma orientação para alguém que te procure e queira receber tratamento (para dependência de drogas) você tem medo de uma retaliação, você não sabe com o que você está mexendo, se é o traficante por trás”*. (IC 1) Segundo vários autores, (Bucher, 1988; Machado, 2001; Silveira, 1993), tais correlações são bastante enfatizadas nas campanhas com orientação da política de “guerra às drogas”, e trazem implícito o preconceito, sendo que a campanha mais recentemente veiculada na grande mídia tem como base a culpabilização do usuário pela existência do tráfico.

Atitudes de negação do problema, as chamadas “atitudes de avestruz” (Bucher, 1988), foram trazidas por vários entrevistados, tanto nos relatos de imobilismo e desresponsabilização da escola frente a um aluno aparentemente intoxicado na sala de aula, trazidos principalmente pelos IC 1, IC 7, e IC 8, quanto na afirmação que os alunos raramente fazem perguntas sobre drogas. A própria IC 5 relaciona a ausência de perguntas ao pouco acolhimento do tema pelo educador: *“O aluno sempre sabe para quem ele pode falar, para quem ele não pode falar, até porque ele vem de um meio social que aprende isso desde criança”*. Ainda mais preocupantes foram as situações relatadas de professor intoxicado na sala de aula sem que a escola fizesse qualquer intervenção. O IC é bem enfático ao relacionar a “atitude de avestruz” ao desconhecimento e ao estigma que o tema carrega.

Atitudes repressivas foram observadas tanto no relato de suspensão definitiva de uma determinada atividade na escola depois de uma situação de intoxicação: *“... E a escola nunca mais fez esse tipo de evento”* (IC 6). Ou mesmo nos pedidos de intervenção da Guarda Civil Metropolitana. Porém a maioria dos entrevistados mostra-se bastante crítica a tais intervenções.

Por outro lado, vários entrevistados relataram casos de intervenções bastante positivas e mesmo criativas com alunos que vinham intoxicados à escola. Foram citadas intervenções tipicamente associadas à redução de danos, como a observação cautelosa dos alunos para posterior contato com a família e encaminhamento para tratamento se necessário; discussão do assunto com a classe a partir de um texto visando à compreensão das motivações daqueles que se intoxicam; o estímulo para a participação do grêmio estudantil como estratégia de reinserção e até parcerias com instituições de saúde. É interessante notar que intervenções características da redução de danos foram realizadas mesmo por entrevistados não demonstraram um conhecimento mais sistematizado sobre esta corrente teórica. Tal fato não chega a surpreender, pois segundo Marlatt (1999), a “redução de danos” é um movimento internacional que surgiu da práxis. Este autor coloca que: *“Este movimento em direção a uma abordagem mais humana e pragmática foi estimulado, em grande parte, por meio da participação direta dos próprios usuários e dependentes químicos holandeses”*. Ou seja, um movimento que surgiu como alternativa prática a problemas crescentes sem melhor solução, ganhou

corpo com apoio popular dos segmentos mais envolvidos, para secundariamente ser acolhido no meio científico.

4. Violência e criminalidade: alunos em Liberdade Assistida, problemas com traficantes dentro da escola, intervenções da GCM (Guarda Civil Metropolitana).

A principal fala a respeito do aluno em cumprimento de medida sócio-educativa de LA - Liberdade Assistida é a do terror. Neste momento a escola fica refém do próprio preconceito: o medo, que paralisa a ação dos educadores, impede a aproximação do caso, perpetuando o pré-conceito sobre este aluno pela impossibilidade de conhecê-lo. Nos documentos do MEC é feita uma discussão interessante sobre as conseqüências do tratamento desigual dos alunos.

*“Um filósofo do século XVIII, Kant, já escrevia que uma grande virtude da escola era justamente ser um lugar onde ninguém tem privilégios, apenas direitos. Qualquer pessoa também se sente injustiçada se os outros não reconhecem sua competência, seu valor, seus esforços. Ora, o mesmo raciocínio vale para alunos de qualquer idade. Todos sofrem se sentem que os professores os desprezam, não apostam em sua capacidade de êxito, ignoram suas tentativas de aprender. E tais injustiças os levam, seja ao abandono da busca da aprendizagem, seja à revolta, seja aos dois juntos. E mais ainda: passa-lhes a idéia de que a justiça é impossível, mero sonho; afasta-os desse valor moral”. (Brasil, 1997).*

Porém, nem sempre é fácil o contato com o profissional responsável pelo caso, o fiscal de LA, mesmo quando são feitos esforços neste sentido. O fato é que a medida sócio-educativa, que, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA teria “o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente” resulta na estigmatização, intensificando a exclusão social do aluno. É importante ressaltar que também houve relatos de tentativas, nem sempre bem sucedidas, de reinserção social de adolescentes em LA por parte das escolas.

Quanto à relação entre a prática de atos infracionais e uso de drogas, Rigato (2002), alerta: *“Embora uso de drogas e prática de atos delinqüentes coexistam, estudos têm demonstrado que a delinqüência muitas vezes precede o uso de drogas e que ambos resultam de um denominador comum, que inclui forças culturais, estressores*

*ambientais, fatores de personalidade, valores morais, controle de impulsos, motivação, meio familiar e influência de colegas”.*

Chama a atenção a quantidade de relatos da convocação ou presença da Guarda Civil Metropolitana nas escolas. Provavelmente, este fato se deva à aproximação entre o uso de drogas e a marginalidade no ideário do educador, como na sociedade. O próprio CP 1, ao definir o Projeto Vida, coloca que o objetivo da Mediação de conflitos é a *“prevenção e o tratamento de questões envolvendo suspeita ou consumo de drogas no espaço da escola”* quando, pelos documentos oficiais, trata-se de um “Programa de Prevenção da Violência nas Escolas”, e a questão das drogas não é contemplada em nenhum dos objetivos do programa. Olievenstein (1991), se refere a esta aproximação como fenômeno mundial.

*“A droga, hoje, não é mais a droga da opulência, não é mais a droga das sociedades desenvolvidas. Ela é a droga da miséria, da imigração, da periferia. Nós não podemos isolar o problema da droga dos problemas da violência, da desesperança, do suicídio juvenil, do aumento da patologia mental e da delinqüência”.* (Olievenstein, 1991).

A questão é que, como exposto por Rigato, acima, a aproximação entre as drogas, a violência e a marginalidade não têm conotação causal. Tão pouco, a repressão tem se mostrado uma alternativa eficaz. Em geral, as intervenções da GCM relatadas nas entrevistas primaram pela agressividade e desrespeito com o aluno, bem como pelo desfecho trágico: as reações de retaliação e violência contra a escola e o corpo docente.

*“(...) a GCM ela é muito, ela é um fator de exclusão, ela incomoda o espaço da escola. Então, por exemplo, os alunos estão passando no corredor, né, então eles encaram a GCM, eles falam qualquer tipo de coisa e a GCM já vai para o enfrentamento. Assim, eu nunca vi bater, assim, mas já vi assim, falar rispidamente, tipo assim: - Ah, vocês deviam estar na FEBEM, entendeu?”.(IC 5)*

*“A GCM agride os alunos se for necessário”. (IC 5)*

Estas intervenções só fazem aumentar o preconceito, não só em relação ao usuário de drogas, mas também em relação a todos os alunos e à própria escola pública, criando um abismo entre o corpo docente e o corpo discente. Este distanciamento fica evidenciado no discurso da disputa de poder: *“Olha, os alunos que se metem nessas questões (do uso de drogas), uma das problemáticas grandes é a questão do poder. Eles*



*intimidam os demais, eles se colocam numa posição majoritária, então tem esse problema bastante sério nessa questão. Que eles conhecem determinadas pessoas e que aí fica uma situação complicada de lidar”* (IC 7). Neste relato, corpo discente e corpo docente apresentam-se como concorrentes, nunca como parceiros. O professor sente-se desrespeitado em sua autoridade, e para reparar a situação, utiliza-se de recursos externos ao ambiente escolar. Sobre a utilização de recursos extremos, La Taille (1999), adverte: *“Fundar a autoridade sobre bases ilegítimas leva ao autoritarismo e à injustiça”*. Quais seriam as questões originais escondidas por trás destas trincheiras?

Esta linha de raciocínio que estabelece, erroneamente, uma relação causal entre uso de drogas e violência, gerando o medo paralisante; medo que leva à convocação da GCM, com todos os seus desdobramentos negativos; tal linha se deve, ao menos em parte, à idéia da equivalência de uso de drogas e tráfico. Esta indiferenciação entre usuário e traficante é estimulada, inclusive pela legislação. A Lei nº 6.368, de 1976, ainda em vigor, apesar de diferenciar tráfico de uso, traz uma distinção bastante frágil, o que acarreta interpretações ambíguas. (Costa & Gonçalves, 1988). O que acaba ocorrendo, na prática, é que o enquadramento legal como traficante ou usuário depende mais da habilidade dos advogados da causa do que da atividade criminal do réu.

A existência de alunos que estão envolvidos com o tráfico é um fato. Alguns entrevistados apresentaram um relato corajoso da necessidade, em algumas escolas, de acordos com traficantes para a garantia da integridade do patrimônio da escola. Os termos do acordo são aparentemente simples: a segurança da escola fica garantida se esta reconhece a autoridade do traficante. Em outras palavras, é firmado um pacto de trégua em meio à guerra das drogas. Fica subjacente a idéia de que a escola em questão deve se abster da realização de campanhas de prevenção do uso indevido de drogas ou ações similares. Este fato também foi observado por Vieira, 1999, em sua tese. Neste quadro, a falta do conhecimento de que uma intervenção preventiva não precisa, necessariamente, falar de drogas com os alunos, e que, muito da prevenção se faz no dia-a-dia, na aproximação afetiva entre educadores e educandos, reforça o imobilismo da escola: ela fica sem alternativas. Como dito anteriormente, os entrevistados, de forma geral, não reconhecem nas inúmeras histórias relatadas de intervenção compreensiva e personalizada, resultando na reinserção do aluno e estreitamento do vínculo com a escola, ações de prevenção, de redução de riscos do uso indevido de drogas.

*“(...) E até alunos que a gente sabe que fazem parte, são, participam aí da, do roteiro da droga, eles se abrem muito com a gente, né, e colocam e a gente tem (...) (noção da) importância da escola para estar saindo dessa, mas é uma briga, é uma luta assim difícil porque eles ganham muito mais do que às vezes o professor da própria escola. Então é complicado. Agora, quando a gente se abre nessa relação, a gente percebe que há um respeito muito grande por parte deles. (...) E a gente tem desenvolvido durante 4 anos a marcha da paz envolvendo todas as escolas da região e tem sido uma possibilidade de discutir a questão da violência, das drogas, eu acho que conseguiu avançar muito em relação à disciplina, ao respeito em função dessas discussões”. (IC 7)*

Este relato traz um exemplo de intervenção bastante efetiva, onde as drogas foram discutidas num contexto ampliado, estabelecendo uma ponte com o cotidiano da escola e dos alunos. O debate saiu da questão moralizante, proporcionando uma reflexão mais profunda sobre a realidade da comunidade. A IC 7 conta de uma abordagem onde foi possível acolher o dilema daqueles que encontram no tráfico a possibilidade de ascensão social negada pelas circunstâncias da vida destes garotos. É importante ressaltar que, segundo Rigato (2002), *“30,5% das famílias brasileiras com crianças entre 0 e 6 anos de idade vivem com renda per capita igual ou inferior a meio salário mínimo. Isso significa que quase metade das famílias brasileiras vive abaixo da linha da pobreza e quase um terço abaixo da linha da indigência”*. Portanto, a ascensão social neste caso tem a conotação de alcançar uma condição de vida mais digna, não de enriquecer.

Este acolhimento das opções de alguns alunos pela prostituição e pelo tráfico, relatado também pelo IC 3, é um bom exemplo de ação de Redução de Danos, visando a manutenção do aluno na escola e o estreitamento do vínculo, na esperança que este vínculo seja capaz de levar o aluno a repensar sua opção.

*“... Recordou-se de dona Marília, de dona Sônia e das outras professoras do curso primário dizendo que, se eu estudasse direito, seria valorizado no futuro, porém estava ali desiludido com a possibilidade de conseguir um emprego para poder levar seus estudos adiante, comprar sua própria roupa, ter uma grana para sair com a namorada e pagar um curso de fotografia”. (Lins, 2002).*

## 5. O contraste entre a teoria e a prática: o descompasso

O descompasso apontado na hipótese deste estudo, entre o conhecimento científico e o conhecimento que atinge a população, ficou caracterizado pela inconsistência teórica revelada na maior parte das entrevistas. Porém, outras incongruências foram apresentadas. Apesar do discurso teórico predominantemente pautado pelos princípios da “guerra às drogas”, muitas ações inclusivas, coerentes com o movimento de “redução de danos”, foram relatadas, especialmente quando a situação não tinha relação direta ou aparente com o uso de drogas. Quando a questão da droga era explícita, a atitude tendia à maior intolerância e ao preconceito. Mas existiram relatos de iniciativas de redução de riscos e redução de danos mesmo frente às situações mais extremas. Em geral, as intervenções visando à inclusão de alunos em situação vulnerável não foram reconhecidas como ações de prevenção.

Bravo (2000), em sua tese, também observou uma atitude mais próxima à redução de danos naqueles com contato mais direto com a população: *“Existem, porém, outra série de discursos que podem se agrupar genericamente como pertencentes ao definido como característico das políticas denominadas de redução de danos. (...) Desde os setores de execução de políticas nas áreas de assistência social e educação o vínculo com este tipo de políticas se estabelece a partir do contato com as causas sociais do fenômeno da droga, o que leva a uma visão mais integral da questão”*. (Bravo, 2000).

Talvez, uma atitude mais próxima da política da redução de danos seja alcançável pela prática do educador aberto à realidade social da escola e sensível às necessidades dos alunos, independente de respaldo teórico. Possivelmente, a “diabolização” das drogas, colocadas no lugar de bode expiatório da sociedade atual, associada às baixas condições de trabalho de nossos educadores dificultem esta atitude. Neste sentido, a capacitação teórica dos educadores teria a função de ratificar uma prática desenvolvida a partir da vivência na escola, tornando-os mais seguros nas suas intervenções.

*“Alterar nosso sistema escolar exige conceber a escola como espaço de produção de conhecimento; não do conhecimento acadêmico e científico que nos chega por incontáveis transposições, mas a produção de saberes que dizem respeito às situações específicas de pessoas e seus problemas. Esse tipo de conhecimento tem sido*

*sistematicamente preterido no espaço escolar e mesmo nas universidades". (Giglio, 1999).*

Vale lembrar que este é um estudo qualitativo, sem o objetivo de obter dados generalizáveis ou comprovar hipóteses. Seu objetivo é a aproximação desta realidade para levantar subsídios que possibilitem um estudo quantitativo com amostra representativa das EMEF da cidade de São Paulo. Este estudo será realizado com os questionários elaborados neste trabalho, a partir dos dados obtidos nas entrevistas.

## **CONCLUSÃO**

1. O CP pode ser visto como o profissional de eleição nas EMEF da cidade de São Paulo para protagonizar a reflexão sobre o uso indevido de drogas nas escolas e sua prevenção. A pertinência deste assunto ao universo escolar fica bastante clara. Talvez, o que deva ser esclarecido, é que o trabalho de prevenção nas escolas é bem mais cotidiano e próximo da realidade dos educadores do que normalmente se imagina.

2. As conhecidas e citadas palestras para o corpo docente mostram-se, ainda, a grande base da prática da prevenção ao uso indevido de drogas nas escolas. Prevalece a idealização do conhecimento como determinante da atitude e do comportamento. A maioria dos entrevistados coloca-se numa posição de grande impotência. As intervenções feitas nas diversas situações cotidianas relatadas, em geral, não são computadas como intervenções potencialmente preventivas.

3. A maioria dos entrevistados reconhece a necessidade de capacitar o corpo docente. Este despreparo é citado por vários entrevistados como fator responsável pelo tabu e conseqüente medo, por vezes paralisante, em relação ao tema. Nota-se a falta de sistematização no conhecimento sobre o assunto apresentado pelos entrevistados, o que acaba gerando mais dúvidas e insegurança do que atitudes. A visão que drogas é assunto a ser tratado com especialistas mostra-se bastante presente nas entrevistas. Ao delegar o problema ao especialista, a escola se exime da reflexão sobre o tema que culminaria na sistematização de conceitos e atitudes adequados à realidade da escola. Faz-se necessário não somente a capacitação, mas a valorização profissional do educador, o que inclui melhoria das condições de trabalho.

4. Nas situações indiretamente relacionadas com uso de drogas, os entrevistados demonstram maior tranqüilidade nas intervenções, que, em geral, acabam tendo um efeito de redução de riscos ou de danos em relação ao uso de drogas. Intervenções particularmente interessantes foram relatadas nos casos de alunos com problema familiares ou de comportamento, que privilegiavam o vínculo da escola com os alunos envolvidos. Já nas situações diretamente relacionadas

com o uso de drogas, o tom de tranqüilidade e segurança dá lugar à atitude de impotência e resignação no discurso dos entrevistados, denunciando o preconceito em relação ao tema. Atitudes de negação do problema foram trazidas por vários entrevistados, especialmente nos relatos de aluno ou professor aparentemente intoxicado na sala de aula. Por outro lado, foram citadas intervenções tipicamente associadas à redução de danos. É interessante notar que tais intervenções foram realizadas mesmo por entrevistados não demonstraram um conhecimento mais sistematizado sobre esta corrente teórica.

5. A principal reação relatada a respeito do aluno em cumprimento de medida sócio-educativa de Liberdade Assistida (LA) foi medo e impotência. Chama a atenção a quantidade de relatos da convocação ou presença da Guarda Civil Metropolitana nas escolas. Esta intervenção só faz aumentar o preconceito, não só em relação ao usuário de drogas, mas também em relação a todos os alunos à própria escola pública, criando um abismo entre o corpo docente e o corpo discente. A existência de alunos que estão envolvidos com o tráfico é um fato, e as intervenções relatadas variaram entre o imobilismo, a convocação da GCM e atitudes mais corajosas, como os “acordos de trégua” firmados com os traficantes. Em qualquer uma destas circunstâncias, fica subjacente a idéia de que a escola em questão deve se abster da realização de campanhas de prevenção do uso indevido de drogas ou ações similares.

6. Apesar do discurso teórico predominantemente pautado pelos princípios da “guerra às drogas”, muitas ações características da redução de riscos e até de redução de danos foram relatadas, especialmente quando a situação não tinha relação direta ou aparente com o uso de drogas. Quando à questão da droga era explícita, a atitude tendia à maior intolerância e ao preconceito, mas existiram relatos de iniciativas coerentes com os princípios da “redução de danos” mesmo frente às situações mais extremas. Em geral, as intervenções visando à inclusão de alunos em situação vulnerável não foram reconhecidas como ações de prevenção.

7. A atitude mais próxima da política da redução de danos parece bastante compatível com a prática do educador aberto à realidade social da escola e sensível às necessidades dos alunos. Os obstáculos à esta prática incluem a

conotação moral das drogas, colocadas no lugar de bode expiatório da sociedade atual, associada às baixas condições de trabalho de nossos docentes. Neste sentido, a capacitação teórica dos educadores teria a função de ratificar uma prática desenvolvida a partir da vivência na escola, tornando-os mais seguros nas suas intervenções.

8. Este estudo não tem a pretensão de trazer conclusões definitivas, mas de abrir caminho para toda uma série de investigações. O levantamento quantitativo de conhecimentos, comportamento e atitudes dos coordenadores pedagógicos das escolas municipais de ensino fundamental da Cidade de São Paulo, a ser realizado com base nos achados desta pesquisa é um próximo passo.

**Anexo I - roteiro para entrevista aberta**

Esta entrevista tem a intenção de colher informações para a elaboração de vinhetas para a avaliação de atitudes de coordenadores pedagógicos das EMEF em relação ao uso indevido de drogas e sua prevenção entre seus alunos. Gostaria da colaboração no relato de situações e exemplos representativos.

- 1) Qual a formação exigida a um Coordenador Pedagógico (CP)?
- 2) Existe algum curso preparatório? No que consiste este curso?
- 3) Qual a função do CP? Qual a sua responsabilidade? (exemplifique)
- 4) Quais são os temas freqüentemente discutidos com um CP nas EMEF? (exemplifique)
- 5) No que consiste prevenção de uso indevido de drogas em escolas? (exemplifique)
- 6) Quais as situações comuns relacionadas com uso de drogas nas EMEF? (exemplifique)
- 7) Qual a atitude/ orientação de um CP se: (exemplifique)
  - a) Aluno com problemas familiares?
  - b) Brincadeiras em sala de aula sobre preservativos, virgindade, drogas, etc?
  - c) Aluno com problemas de atenção ou comportamento?
  - d) Professor que fuma em sala de aula?
  - e) Um professor parece intoxicado na sala de aula?
  - f) Um aluno parece intoxicado na sala de aula?
  - g) Suspeita de homossexualidade de professor?
  - h) Suspeita de homossexualidade de aluno?
  - i) Suspeita de estupro/ abuso sexual?
  - j) Perguntas de alunos sobre drogas?
  - k) Perguntas de alunos sobre sexo?
  - l) Denúncia anônima ou inespecífica de aluno supostamente usuário de drogas na EMEF?
  - m) Denúncia específica de que determinado aluno usa alguma droga na EMEF?
  - n) Pais relatam que levaram o aluno para tratamento específico?



## **Anexo II - Termo de Consentimento livre e Esclarecido**

Situações Relacionadas ao Uso Indevido de Drogas nas Escolas Públicas da Cidade de São Paulo: uma aproximação do universo escolar.

Essas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária neste estudo, que visa Diagnóstico da situação atual de conhecimentos e de atitudes dos orientadores pedagógicos das escolas municipais de ensino fundamental da cidade de São Paulo em relação ao uso indevido de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas pelos alunos.

Desenho do estudo: corte transversal. Aplicação de questionário, feita mediante visita à escola, previamente agendada por telefone.

Para garantir o seu anonimato, o termo de consentimento é assinado em folha separada do questionário. Digite as respostas do questionário diretamente no laptop, de forma que os dados serão automaticamente tabulados pelo programa, sem o registro da sua identidade. As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros profissionais, não sendo divulgada a identificação de nenhum profissional;

Não há implicação, positiva ou negativa, direta para o participante. Trata-se de estudo para avaliação da situação nas escolas municipais de São Paulo. No final do estudo teremos informações que poderão beneficiar a prática de todos os coordenadores pedagógicos da cidade.

Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador é a Dra. Fernanda Gonçalves Moreira, que pode ser encontrado no endereço: R. dos Ottonis, 887; Telefone: 55791543. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Rua Botucatu, 572 – 1º andar – cj 14, 5571-1062, FAX: 5539-7162;

**Afirmo o compromisso de utilizar os dados coletados somente para esta pesquisa.**

*Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo: “Prevenção Do Uso Indevido De Drogas: Avaliação De Conhecimentos E Atitudes Dos Coordenadores Pedagógicos Das Escolas Públicas De Ensino Fundamental Da Cidade De São Paulo”.Eu discuti com a Dra.Fernanda Gonçalves Moreira sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento.*

----- Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
Assinatura do paciente/ representante legal

----- Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
Assinatura da testemunha  
(Somente para o responsável do projeto)

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste paciente ou representante legal para a participação neste estudo.

----- Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
Assinatura do responsável pelo estudo

**Anexo III - ENTREVISTA 1 - 07.02.02**

**IC 1**

F: Para começar a pesquisa, eu gostaria que você falasse um pouquinho de você. Sua experiência profissional e sua formação.

IC: Sou professor de história na rede de ensino municipal desde 1989. No Estado eu já estava desde 1985. Como coordenador pedagógico eu tive uma experiência de 4 meses numa unidade escolar e a partir de setembro do ano passado eu passei a integrar o Projeto Vida, na Secretaria de Educação.

F: O que é um coordenador pedagógico? Qual a formação dele?

IC: É o elemento que vai fazer a integração dos diferentes profissionais da educação dentro da unidade escolar. Então a formação básica é de quatro anos no curso de Pedagogia, ele vai estudar as questões do aprendizado, as questões de gestão da escola e a elaboração de projetos.

F: Obrigatoriamente ele tem que ter o curso de graduação em pedagogia?

IC: É, pode funcionar da seguinte maneira: se ele já possui um curso de graduação, como no meu caso, na área de história, ele cursa uma complementação pedagógica. Isto tinha a duração de um ano e meio a dois, dependendo da universidade onde era feita, mas acredito que isto tinha sido modificado, hoje a exigência é do curso de pedagogia de 3 anos.

F: Existe algum curso preparatório específico para coordenador pedagógico?

IC: Você diz a partir do ingresso na rede?

F: Ou para ingressar na rede, para cumprir esta função?

IC: Não, a exigência é essa a escolaridade que eu te falei, ou a graduação em pedagogia ou a complementação pedagógica.

F: E existe alguma exigência específica a respeito da experiência profissional prévia?

IC: Três anos no magistério, tem que ter atuado como professor.

F: Agora eu gostaria que você discorresse, de preferência com exemplos, sobre a função, o dia-a-dia do coordenador pedagógico, e as suas responsabilidades.

IC: É, eu vou falar da minha experiência que foi curta mas falo também do que eu conheço de escola. Especialmente na rede municipal de ensino, que é o período de atuação maior que eu tive, ele tem uma demanda muito grande, especialmente com a formação dos professores? São constituídos os grupos de JEI, que é uma jornada especial integral, e além desta jornada que muitos professores cumprem, outros têm uma carga horária reservada ao estudo, ele tem que preparar o material, ele tem que pesquisar para que estes profissionais, a partir da teoria, elaborem projetos, de acordo com a especificidade de cada escola. Então esta seria a incumbência maior. Além de fazer a reflexão com estes profissionais sobre o processo de avaliação e também sobre a gestão dentro da escola; constituição de grêmios estudantis, conselho de escola. É um olhar como um todo, ele é um elemento de articulação. Seria esse o trabalho.

F: Fala mais sobre o dia-a-dia, as situações.

IC: As situações que ele enfrenta? Um dos grandes problemas enfrentados é a questão da disciplina, ou melhor dizendo, da indisciplina, especialmente em escolas onde você tem o aluno cursando de 5ª a 8ª série, que é na maioria das escolas municipais, tem as escolas de educação infantil, nas quais eu não atuei. Então você tem uma indisciplina maior nessas escolas onde o aluno faria esse ciclo II, antigamente a gente chamava de 5ª a 8ª série, seria do 1º ao 4º ano do ciclo II. Deve ter uma demanda muito grande nesse sentido.

F: A responsabilidade do CP é estrita do ciclo II ou inclui o ciclo I?

IC: Isso, todos os ciclos, então ele vai atuar; o que você vai ter é que na, geralmente você vai ter 2 coordenadores pedagógicos nessa escola que tem os dois ciclos; se for na escola de educação infantil é só um coordenador pedagógico. Na escola que tem nível I e

nível II, que é do ensino fundamental, você vai ter dois coordenadores pedagógicos; então, tanto eles podem trabalhar em conjunto com os dois ciclos, como pode haver uma separação em função do horário da escola porque cada um cumpre uma carga de 8 horas, eles podem dividir; se você tiver uma escola onde o primeiro e o segundo turnos, das 7 da manhã até as 15 horas seja só de nível I, do ensino fundamental, você vai ter as crianças menores vão estar estudando lá, então pode ser que o profissional não atue com esses e atue só com o nível II. Então o que eu te dizia é que no nível II você tem uma incidência maior na indisciplina, que é um dos problemas mais difíceis de lidar, que vão ocupar uma boa parte do tempo e questão pela qual o coordenador é chamado. Então isso vai incidir no aproveitamento dos alunos, a indisciplina sempre causa uma desorganização no trabalho dos professores, ele tem que intervir.

F: Conta mais, exemplos típicos, histórias que você lembra nessas questões.

IC: Vou te colocar uma mais grave do ponto de vista de desestabilizar os professores, que é um aluno que nós tivemos na escola na condição de pessoa em liberdade assistida, isso causava um verdadeiro terror, eu fui percebendo que ele amedrontava as pessoas e que há um imaginário muito rico em relação a isso. Provavelmente pela situação dele, ele não devia ter cometido nenhum homicídio, nada disso, mas as pessoas aumentam a história, isso dá uma idéia de uma periculosidade muito maior do elemento com o qual você está lidando. Então ele desrespeitava bastante as pessoas e desestabilizava a todos, porque o professor se vê desrespeitado, vê sua aula tumultuada, e não tem coragem de denunciar para a direção muitas vezes, \_\_\_\_\_ ele faz de conta que não está sendo com ele e deixa até o problema crescer e alguém tomar uma providência. Então era uma coisa assustadora, porque esse adolescente percebendo que ele tinha esse domínio sobre as pessoas, ele chegou a fazer praticamente ameaça de morte: vou te esperar no farol, você não sabe onde você está andando aqui no bairro, você está sofrendo um risco sério. Então, teve gente que se removeu da escola, que não quis enfrentar mais a questão.

F: E assim o que o garoto em LA, a escola não pode recusar a matrícula, não é isso? É obrigado.

IC: Não, se ela se recusar ela pode receber uma...

F: Então é aquele aluno que a escola não pode expulsar, tem que aceitar.

IC: Não, ela não poderia expulsar nenhum, muito menos deixar de receber e nem convidar a se retirar.

F: Mas assim, vocês não tinham um respaldo, tipo uma orientação, uma troca, já que vocês têm que receber esse aluno, então os fiscais, os responsáveis pela LA não davam respaldo?

IC: Havia um contato que era difícil com o psicólogo que fazia o acompanhamento, nós não conseguimos falar com ele em reunião nenhuma vez, porque esse problema levou a reuniões específicas para tratar do assunto mas não com a presença deste profissional, quem tratava era a direção da escola, mas não ajudou muito também porque não esclarecia, eu acho que hoje eu enxergo melhor isso. Na época você ficava com aquele temor, com relação ao perigo que o aluno estava oferecendo e isso não era esclarecido, então você não sabia direito que providências eram tomadas, você sabia que esse adolescente deveria periodicamente prestar satisfações e que se a coisa agravasse muito chegaria uma denúncia a essa pessoa que era responsável pelo acompanhamento dele e a orientação poderia ser o afastamento dele. Só que como a estrutura de terror criada em torno disso assustava as pessoas, criou um imobilismo, então ninguém queria relatar a gravidade das coisas com medo que depois houvesse uma retaliação, isso dos professores principalmente; então isso imobilizava as pessoas por falta de esclarecimento. Hoje eu vejo que o que imobilizava as pessoas era isso.

F: Você lembra de alguma outra situação mais especial que gerou também o \_\_\_\_\_.

IC: Essa foi a que, sem dúvida, marcou mais porque fora isso eu trabalhei durante longo tempo com alunos do período noturno, então a maior dificuldade que os professores tem é muitas vezes entender a linguagem desses alunos então pode parecer que ele está sendo agressivo, que ele está sendo desrespeitoso, por quê? Porque a maioria dos professores tem uma imagem do aluno ideal, então normalmente a cultura desses alunos que tema família desestruturada não é entendida e aceita pela maior parte dos profissionais, então isso gera conflitos, recai nessa questão da indisciplina que eu te falei e que o coordenador tem que lidar todos os dias.

F: Pelo que eu estou entendendo, você falou do coordenador lidando muito com os professores, e com os alunos, tem esse contato também ou \_\_\_\_\_?

IC: Tem, você considerando que a escola é muito grande o que você consegue fazer? Você consegue fazer visitas, aí eventualmente você faz alguma orientação no caso de ser procurado por eles, mas são muitos os encaminhamentos do dia-a-dia porque você tem que dar conta daquele que sumiu, você tem que ir atrás nem sempre você tem...

F: Sumiu como?

IC: Ele parou de freqüentar a escola, então a obrigação legal qual é? Você procurar, você tem que zelar, o dever constitucional é zelar pela freqüência do aluno as aulas; a partir do momento que ele não está comparecendo, você vai ter que contatar a família, se a família não tomar providências isso vai ser encaminhado para o Conselho Tutelar, mas é um caminho longo porque você vai esbarrar no endereço que estava incompleto ou incorreto, às vezes pela informação que é prestada ou às vezes por desorganização da administração da escola mesmo. Então, você tem que ir correndo atrás disso, não te diria que sobra muito tempo para você se dedicar a um atendimento de aluno, de fazer esse contato como eu te disse, de ajudar a constituir grêmio, de elaborar eleições da participação no Conselho de Escola levando esse segmento dos alunos a ser de fato representativo.

F: E aquela função clássica do diretor da escola de “fez bagunça, vai para a sala do diretor”, acontece isso com o coordenador pedagógico?

IC: Acontece também, inclusive há uma confusão: a maior parte dos profissionais que trabalham na escola não tem muita clareza do papel de um e de outro, então se já não se espera que o diretor aplique uma punição de uma forma autoritária, muito menos se deveria esperar de um coordenador, mas as pessoas esperam da mesma forma, aliás o professor \_\_\_\_\_ do diretor. \_\_\_\_\_ você responde, você é um juiz, você aplica a punição, é muito recorrente essa visão.

F: Explica um pouco a diferença do Diretor e do Coordenador Pedagógico.

IC: O diretor, ele cuida da administração da escola, embora deva haver uma consonância, deva haver uma íntima ligação, porque eles compõem a equipe técnica da escola, nem sempre isso acontece? Há escolas onde há uma integração belíssima, mas \_\_\_\_\_, mas na maior parte delas há um distanciamento de funções, então o coordenador vai trabalhar estritamente com a parte da formação, tanto de professor como de aluno e o diretor vai se ater aos aspectos administrativos, não vai entrar nesse terreno, quando o ideal seria esse contato. Então, o que ele vai cuidar mais? Ele vai cuidar dos aspectos físicos do prédio onde a escola está \_\_\_\_\_, ele vai cuidar do pagamento, ele tem pessoas que o auxiliam nessa função, e vai cuidar da vida funcional também das pessoas que trabalham lá. Então essa seria a diferença e isso consome a maior parte do tempo, então mesmo a questão disciplinar, que deveria ser vista em conjunto, muitas vezes recai mais sobre a figura do coordenador.

F: Então a gente poderia dizer que a figura clássica do diretor que está no imaginário das pessoas que os alunos temem a sala dele, seria mais hoje em dia do coordenador pedagógico, a função da interação, do comportamento dos alunos, da técnica didática.

IC: Eu te diria que principalmente para os alunos é equivalente, eles não conseguem dissociar muito. Para eles é a autoridade máxima na escola, está acima do professor, e também a quem o professor recorre muitas vezes, então seria, digamos assim, a mesma visão, esse aluno teria a mesma visão dos dois, ele não saberia diferenciar um do outro.

F: Certo. Mas ele na prática, a função dele é mais sobre o ensino, a atividade pedagógica.

IC: E a orientação. Ele pode orientar esse educando, ele deveria, mas é como eu te falei, com tantas funções você não consegue atingir muita gente.

F: Acho que consegui entender um pouco. Eu queria saber agora um pouco mais, especificamente, de situações relacionadas a drogas. O que é a prevenção de drogas para você na escola, o que é que são atitudes de prevenção na escola?

IC: A primeira arma é o esclarecimento. Então há uma demanda muito grande, na maior parte das escolas a maior parte dos profissionais por não saber lidar com a questão. Então o que é que vai acontecer, novamente um temor com relação a isso. São os dois medos, né, que assustam atualmente professores e equipes escolares como um todo, né? A questão das drogas e questão do aluno que esteja em LA né? E que muitas vezes eles não chegam a relação entre as duas coisas, pode estar muito próximo. É, ele pode estar nessa situação por causa disso ou não e as vezes o imaginário coloca; não tem nada a ver com a situação, mas associa-se. Então é um tabu para a maior parte das pessoas, a maioria não quer mexer e quando possível, o que é que o profissional faz, aquele professor temporário ele quer passar a bola, não quer dividir com você, né? Mas eu acredito que a maioria dos coordenadores não toma muita \_\_\_\_\_ a respeito disso. Então isso eu posso avaliar porque agora eu estou num projeto que trabalha com isso, eu estou há alguns meses então eu já ouvi a situação de algumas escolas, a gente faz muita visita, então você vê que a situação é a mesma, e eu me encontrava nessa situação também antes de conhecer um pouco mais. É o imobilismo, o que caracteriza \_\_\_\_\_ das pessoas é esse imobilismo, porque você acha que mexer com isso, ainda que seja uma orientação para alguém que te procure e queira receber tratamento você tem medo de uma retaliação, você não sabe com o que você está mexendo, se é o traficante por trás.

F: Dá alguns exemplos de situações relacionadas ao uso ou a prevenção de drogas que você viveu na sua experiência escolar.

IC: Olha, prevenção \_\_\_\_\_ convidar nem sempre com uma boa habilitação para proferirem palestras dentro da escola. É o que a gente tentava que poderia contribuir, então o que a gente fica pensando: você vai atemorizar, você vai falar sobre os efeitos das drogas, então automaticamente você vai desestimular o consumo, se pensar no atrativo que elas representam.

F: E o que você acha sobre isso?

IC: O que deveria ser feito?

F: É.

IC: Eu acho que a gente deveria ter profissionais para prestarem esse esclarecimento, né, para os professores inicialmente e para os alunos também. Porque o professor desconhece e não sabe lidar, a grande maioria deles, então formação e um atendimento também de uma equipe que possa auxiliar as pessoas que trabalham na escola numa situação problemática, então constatou-se realmente que o aluno está consumindo, que tem tráfico, como agir? A maioria não sabe, então eles precisam ser orientados a esse respeito.

F: Conta exemplos de situações que você viveu, como esse caso do LA, conta outros exemplos relacionados a droga.

IC: Olha, o máximo que a gente pode perceber era aluno que \_\_\_\_\_maconha na escola ou que falava-se, eu nunca presenciei \_\_\_\_\_da escola, então você ouve dizer que fulano é traficante e você não sabe o grau de envolvimento, se ele é só um consumidor e se isso não oferece risco maior.

F: E o que se fazia daí? Então, exemplos de situação; esse aí que você falou é bom: falaram que o menino está levando droga para a escola, e aí que é que é feito, que é que acontece?

IC: É um tabu, então \_\_\_\_\_você sabe que aquele é, perigoso, né? Fala-se que é, ninguém mexe, então cria aquela situação de imobilismo é aquele que desacata a maior parte dos professores e ninguém toca no assunto. Era o que acontecia e era o cuidado que eu tomava por achar que estava lidando com uma situação perigosa. Então, vendo que não havia nada a fazer, e cria pânico uma informação dessas muitas vezes. Mas nunca o flagrante assim, mas aquela questão, era cuidado com aquele porque dizem que...

F: E daí ninguém chega perto, ninguém fala...

IC: Não. Não passei por nenhuma situação que tivesse que enfrentar a esse nível, fazer algum encaminhamento.

F: Aconteceu alguma situação de um aluno com problemas familiares, lembra algum exemplo?

IC: Relacionado a drogas ou não?

F: Tanto faz.

IC: Às vezes as coisas vêm misturadas, pelo menos o que as pessoas falam. O que havia também... Não sei se parte do imaginário das pessoas ou situações reais. O que você vai encontrar na escola pública: muitos alunos com família desestruturada, na periferia, então isso levava a um nível de indisciplina muito grande aquele aluno que desacata e que dá aquela discussão tremenda e que depois você vai conhecer o histórico familiar, você vê que ele é bom demais, ele ainda está fazendo um esforço de freqüentar aquela escola, porque as condições de moradia são péssimas, passa fome muitas vezes, então tem aluno que vai para a escola quase que exclusivamente para se alimentar.

F: E daí, o que vocês fazem nessa situação?

IC: A proposta quando você tem um grupo de professores, uma equipe técnica comprometida é buscar sempre a inclusão, dialogar com esses alunos, então nós tivemos grandes batalhas nesse sentido, de reunir uma comissão e conversar com aquele aluno que intimidava, porque muitas vezes, especialmente no ensino noturno ele é visto como o marginal, como aquele que oferece perigo, e depois você vai ver que tratando de maneira adequada, dialogando, você desarma essa pessoa. Então qual é a postura dela: é defensiva muitas vezes, ela não está preparada para entrar naquele universo da escola que espera um comportamento diferente do qual ele adota, espera que ele venha com uma educação de família estruturada, e não é o caso típico dele, a grande maioria... Então, ele não sabe pedir licença para entrar com atraso numa sala, ele não sabe usar de delicadezas, que todo mundo acha que é obrigação saber. A maior parte dos conflitos vinha daí. Então dialogando você resolve.

F: Certo. E agora um exemplo de situação relacionado a brincadeiras em sala de aula sobre preservativos, virgindade, essas coisas.

IC: Bom, a adolescência é a faixa etária onde interesse pela sexualidade é despertado, está no auge. Isso criava constrangimento para muitos professores. Então se você tem um pouco mais de abertura você passa a discutir embora não seja o objeto da tua área; pelo menos era assim, antes não se falava de temas transversais, é uma visão mais

recente e que conchama todos os professores a trabalharem, independentemente de ser da área de ciências, de ser da área de matemática. Bom, muita gente tem dificuldade de lidar com isso né, no meu caso particularmente eu procurei ler algumas coisas então eu levava adiante discussões a respeito da sexualidade e fazia algum tipo de orientação, para que não ficasse aquele tabu e que ficasse aquela coisa provocativa, porque o adolescente sabe o ponto aonde ele vai te atacar, né, se ele perceber que o professor fica sem graça por causa da abordagem dessa questão, ele vai insistir naquilo, como uma forma de te desestabilizar, mas conversando você \_\_\_\_\_isso e transforma o interesse \_\_\_\_\_produtiva, onde ele vai aprender a respeito daquilo, onde ele vai deixar de lado informações erradas que ele recebeu na rua e você vai estar ajudando.

F: E aquela pessoa que fuma na sala de aula, \_\_\_\_\_?

IC: Não, o que existe é a legislação que impede o fumo dentro das escolas, mas entra-se sempre em acordo. O que há é conflito de professor por causa do território da sala de aula, aquele que não fuma reclama que não quer ser fumante passivo, né, mais em sala de aula não, que eu tenha notícia, não.

F: Situação de professor parecer intoxicado dentro da sala de aula ou por álcool ou por outro psicoativo.

IC: Não, o máximo que eu percebi é alcoolismo, não enquanto coordenador, mas enquanto professor. Percebia que o colega chegava alterado, até o odor caracterizava isso.

F: E aí como é que era?

IC: Muitas vezes é um problema difícil de lidar, então o que muitas equipes fazem: aquela postura de fazer de conta que não está vendo, se isso não leva a um conflito maior, uma tolerância, ou então convidar a pessoa, como no caso de uma escola onde eu trabalhei, a exercer outra função longe da sala de aula. Você pode colocar esse profissional para exercer uma função onde ele não tenha o tempo todo contato direto com os alunos, uma forma de camuflar.

F: Quando um aluno parece intoxicado ou por álcool ou por outra substância na sala de aula.

IC: Eu me remeto àquilo que eu já havia dito. A postura geral da maior parte das pessoas é fazer de conta que não está percebendo, não mexe com ele.

F: Questão de homossexualidade de alunos e professores?

IC: Já presenciei algumas situações tanto com relação a aluno como professor. Então o que acontece, tem que lidar com aquela questão da rejeição da maior parte dos alunos quando isso é uma coisa manifesta e também de professores que não conseguem entender essa situação. Então ocorre discriminação você tem que fazer todo um trabalho para que a pessoa seja aceita, com suas características próprias, com sua opção.

F: Questão de suspeita de abuso sexual.

IC: Nunca estive em contato.

F: Situação de perguntas um pouco constrangedoras \_\_\_\_\_para os professores sobre sexo, drogas.

IC: Olha, de droga nunca foi feito nenhuma, \_\_\_\_\_não me recordo. Agora com relação a sexualidade é aquela curiosidade que eles tem, quer saber se \_\_\_\_\_aquela visão fantasiosa que ele tem de filmes, da informação que ele recebeu na rua é realmente comprovada. Então muitas vezes ele procura, se ele percebe uma abertura da parte do professor, ele procura ter orientação, né, porque há muitos tabus em torno disso. Há uma procura bastante grande, então ele quer saber a respeito do tamanho do pênis, se interfere na qualidade da relação, quantas relações seguidas ele tem que ser capaz de ter para provar que ele é homem, perguntas desse tipo.

F: Fala um pouco do Projeto Vida.

IC: Está constituído de várias áreas de atuação, pode ir falando? Uma delas é o Projeto \_\_\_\_\_ que é coordenado pelo Projeto Vida, que consiste na formação de professores, alunos e membros da comunidade para fazerem uma rádio dentro da escola. Então essas pessoas vão receber um curso, através da USP, através da Escola de Comunicação e Artes e ao final do curso elas tem uma rádio montada dentro da escola, né, ela vai funcionar ali. Então isso vai preparar os profissionais e os alunos para desenvolverem programas de rádio e \_\_\_\_\_ utilizando esses recursos. Esse é um dos programas. O outro é o da Escola Aberta que prevê a utilização do espaço da escola pela comunidade também fora dos horários de aula e preferencialmente aos finais de semana, como medida de prevenção a violência. O que é que vai acontecer: na maior parte das regiões de SP, especialmente nas periféricas, não existem muitos equipamentos de lazer ou de opção de formação cultural para os alunos. Então o que se propõe é que a escola se organize, né, é com o apoio da Secretaria de Educação possa desenvolver atividades para que esses alunos ocupem esse espaço também no final de semana e eventualmente nos outros horários onde não há aula. É uma terceira área de atuação, é um trabalho do qual eu participo, que é a Mediação de Conflitos nas escolas, né, e a prevenção e o tratamento de questões envolvendo suspeita ou consumo de drogas no espaço da escola. Então essas questões são remetidas a nós, e em parceria com a Secretaria da Saúde nós vamos viabilizar formação também para as escolas. Por enquanto a formação não é feita porque ela vai depender de outras pessoas que venham a integrar o projeto e que venham a fazer essa parceria. Então basicamente nós damos apoio as escolas, quando há uma problemática muito grande, se faz uma visita, se verifica o que está acontecendo e os encaminhamentos são tomados pela própria Secretaria da Educação para que a escola não se exponha e para que ela saiba como lidar. Como eu te dizia no início há um temor muito grande né, para lidar com essas questões. Então isso ou imobiliza as pessoas ou muitas vezes leva a tomar caminhos errados que resultem numa retaliação para a própria escola.

F: A tua função atual?

IC: Eu sou coordenador pedagógico prestando serviços na Secretaria Municipal de Educação. Então eu atuo nessa terceira função no projeto, que é esse atendimento as escolas, tanto com relação a essa suspeita ou ao consumo e tráfico de drogas até questões de conflitos dentro da escola e entre comunidade e escola, a gente faz a mediação, para que essas partes se entendam e para que se chegue a construção de um projeto, se for o caso, dependendo das necessidades da escola. Cada escola tem sua peculiaridade, então é visando atender isso, individualizar.

F: Muito obrigada



**Anexo IV - ENTREVISTA 2 - 07.02.02****IC 2**

F: Bom eu gostaria de saber primeiro, da tua experiência profissional, da tua formação.

IC: Da minha experiência profissional e da minha formação, tá. Eu atuo na área do magistério desde os 15 anos de idade, a minha experiência profissional é com... Então eu trabalho na área da educação como docente desde os 15 anos de idade e já trabalhei em escolas particulares, já trabalhei em escolas públicas do Estado e municipais de educação infantil e primeiro grau. Tenho experiência também na área de coordenação de atendimento de empresa, tá. Sou concursada, sou diretora efetiva há 3, 4 anos, e assim que eu comecei minha atuação na área de direção foi numa escola municipal de ensino fundamental a qual eu já fui professora.

F: E a sua formação?

IC: Eu sou pedagoga.

F: Certo. Fala um pouco do que é um Coordenador Pedagógico, a função e as situações que acontecem com ele, a relação dele com a direção.

IC: O Coordenador pedagógico, na verdade, ele tem que estar dando suporte para os professores e ele, em função da ausência de profissional na área de orientação educacional, ele acaba fazendo ambos os papéis, entendeu? Tanto na área de coordenação da equipe docente quanto na área de orientação no atendimento a aluno e pais. O que mais?

F: Qual é a relação dele com a direção e a relação dele com os professores?

IC: A relação dele com a direção e a relação dele com os professores? No âmbito geral...

F: Dá exemplos de situações, qual é o cotidiano dessas situações?

IC: Olha, na escola em que eu trabalhei, a nossa prática era a seguinte: eu gerencio a escola como um todo e tenho, e tinha na verdade uma equipe de dois coordenadores. Essa equipe de dois coordenadores, eles davam suporte para a formação de professores e acompanhavam os projetos dos professores e não entravam nas horas de estudo dos professores, que a gente chama de jornada... De jornada de estudo, eu entrava uma vez por semana para tomar ciência de tudo que estava acontecendo no nível da formação deles e o desenvolvimento do projeto que a escola \_\_\_\_\_, que a escola tem. Com relação aos alunos, a minha atuação era assim: eu andava nos corredores, eu andava nos corredores, eu conversava com os alunos, ficava na frente do portão, que mais... A filtragem dos atendimentos era feita da seguinte forma: a gente tinha uma sistemática na verdade para os atendimentos. Então acho que é isso mais ou menos o foco que você quer, então a gente tinha uma sistemática para o atendimento: o professor, ele trabalhava algumas situações dentro de sala de aula e quando excedia, na verdade, o limite dele, aí ele encaminhava para a coordenação. Nós fazíamos uma reunião, primeiro o coordenador pedagógico atendia o aluno, depois atendia o professor e depois, se necessário, dependendo da situação, atendia ambos, junto ou não com a família, tá. Que mais, eles passavam também por mim, dependendo muito da situação, e o que a gente observou, porque na minha escola, assim, quando eu entrei, nós tínhamos aproximadamente, nós tínhamos aproximadamente dez alunos por período que desciam para receber advertência, aí aos poucos eu fui trabalhando isso dentro da escola.

F: Dá um exemplo dessas situações.

IC: De aluno? A gente percebe que na verdade o professor está muito desgastado, então numa situação simples aonde o professor na verdade deveria estar tolerando, ele já não tolera mais, entendeu? Ele já não tem mais condições psíquicas para estar trabalhando com situações simples. Vamos supor que ele está dando uma explicação e o aluno atrapalha a explicação dele, entendeu, esse tipo de situação. Então o que a gente começou a trabalhar: a questão disciplinar dentro da escola, rever as relações, aluno-

aluno, aluno-professor, todas as relações existentes na escola e criamos uma sistemática para os atendimentos, para tentar na verdade diminuir esse número, esse volume, de alunos que saíam da sala de aula, entendeu?

F: Conta um pouco essas historinhas, historinhas que você acha mais marcante.

IC: Olha, tem, olha o que aconteceu, tem a situação de um aluno, o nome dele é T, ele estava na quinta série, e ele está numa aula de, numa aula não lembro qual, acho que Ciências e não estava prestando muita atenção na aula, começaram a conversar \_\_\_\_\_ grupos e a professora, ela deixou cair um relógio, um relógio antigo assim, que ficava largo, ela deixou cair e não percebeu, um relógio de ouro. Aí um deles pegou o relógio, entendeu? Aí começou aquela confusão toda com relação a: quem estava envolvido, aí a gente passou na verdade a apurar toda situação, então, quem que estava envolvido, porque a professora, ela até é uma professora que tem assim, uma excelente formação humana também, ela ainda colocou um cartaz, ela colocou alguns cartazes na escola, alguém encontrou um relóginho assim... E como não apareceu, chegou na verdade essa situação a mim. Aí houve uma averiguação dos envolvidos, qual foi a situação em que isso aconteceu, a partir daí eu fui conversando com os envolvidos, tá. Só que na verdade, nem o objetivo, porque nem todos pensam dessa forma né, então a minha forma de conversar com o aluno é uma forma muito aberta, não como diretora da escola entendeu? E o outro coordenador também, o meu coordenador novo, que assumiu agora (é o segundo ano), ele também trabalhava desta forma. Então, conversamos com esse aluno, com o T, conversando com outro que também estava envolvido, ele mesmo acabou dizendo para mim que estava com ele o relógio, e que ele não queria prejudicar a professora, entendeu, que não houve a intenção do roubo. Então o que é que eu pude perceber, que estabelecendo uma relação não no mesmo nível, mas eu digo assim, muito falando com o coração, conversando com o coração com o aluno, a gente percebe que eles se sensibilizam, eles colocam as histórias de vida e eles acabam se arrependendo do que eles fizeram. Eu não sei se eu fui muito clara.

F: Deu, deu bem para entender, tá? É, eu gostaria um pouco de historinhas agora sobre situações que envolvessem de alguma forma uso de álcool e outras drogas, ou situações de prevenção.

IC: É eu tive a história que uma aluna, ela, a P, até hoje ela liga para minha casa, ela, a família dela tem um histórico um pouco comprometedor, a estrutura familiar é muito complicada, então não tem pai, tem um segundo que é namorado da mãe, existe uma desestrutura familiar, tá? Um dos irmãos é maconheiro e ela acabou se envolvendo com álcool e ele ia, ela estava na, naquela época, hoje ela saiu, foi para o primeiro colegial, naquela época ela estava na sexta ou sétima, tá. E aos poucos os professores conversando com ela, o ano passado ela começou a fazer um trabalho com o grêmio, eu estimei muito ela estar participando do grêmio, muito mesmo, e não \_\_\_\_\_ e eu percebi na verdade que houve, eu, os professores, a gente percebeu que quando ela se envolveu com as atividades do grêmio, realmente diminuiu esse envolvimento com a bebida, tá.

F: Entendi.

IC: Porque ela ia realmente alcoolizada para a escola, então tinha uma lanchonetezinha na frente da escola, ela bebia um pouco e entrava na escola. Aí começava a rir, não tinha muito controle sobre suas ações.

F: Alguma situação com presença do profissional da educação, professor intoxicado com álcool ou outra substância?

IC: Não tive, não tive.

F: Situação de fumo em sala de aula?

IC: Fumo a gente sempre teve vários casos, mas de aluno, de aluno.

F: E daí como é que \_\_\_\_\_?

IC: De aluno drogado, a intervenção que a gente fez? A intervenção geralmente, a intervenção que a gente fazia, a gente conversava. Depende muito do nível, porque o que a gente tem na escola é inspetor de aluno, também que lida diretamente com aluno, e na minha escola nós tínhamos salas ambientes, ou seja, a cada 45 minutos não era o professor quem mudava de sala, era o aluno. Então o inspetor tinha muito contato com os alunos, conversava, às vezes era muito grosso, o inspetor não tinha paciência, não tinha paciência e isso chegava na coordenação, a gente conversava, chegava na direção, a gente conversava. Eu tive um caso de LA e prestação de serviços à comunidade, na verdade foi um ex-aluno meu de pré-escola, e ele apareceu na minha escola solicitando vaga para cumprimento da LA E já estava prestando serviço à comunidade na minha escola. Eu dei a vaga, a gente conversava muito com ele, eu cheguei a ir pessoalmente na casa dele, acho que umas três vezes, para fazer um trabalho assim mais diretamente ligado a família, mas realmente não surtiu efeito porque a gente percebeu que ele, ele ia para a escola, depois que terminou o trabalho com a comunidade, ele continuou em LA. E aí ele ia para a escola, ele ia drogado. A gente conversava, mas não tinha... Na verdade a gente não estava falando a mesma língua e o que eu observei dele é que o que influenciou é que ele estava envolvido dentro do bairro com as pessoas, especificamente esse caso, entendeu? Porque ele ficou uma época sem estar lá naquele bairro e ele se desvincilhou das drogas, entendeu? Ele começou a trabalhar, tudo, quando estava em Guarulhos, aí ele voltou para o bairro, na questão de voltar às suas origens e voltar a se relacionar com aqueles elementos a gente percebe que é o fator assim que é muito grave, que colabora muito para que o jovem volte a se envolver com a droga.

F: Situação de fumo de tabaco na sala de aula?

IC: Não, não tive. Tive no banheiro com as meninas do grêmio; tive no banheiro numa ocasião e nós conversamos e nunca mais aconteceu.

F: Situação de um aluno que começa a ter problemas familiares, problemas pessoais.

IC: Lá a gente quando conversava, quando atendia os alunos, Fernanda, a gente fazia, a gente realmente entrava na história de vida dos alunos. Então a gente procurava até fazer encaminhamento, procurava alguma instituição, por exemplo, no caso do A, esse rapaz drogado, eu até procurei curso para ele, mas... Ele não se envolveu. Então a gente até detecta a causa, tenta estar trabalhando o que a gente sente assim uma dificuldade muito grande é, assim: um estabelecimento de parcerias que possam dar suporte para a escola trabalhar essas necessidades.

F: Entendi.

IC: Entendeu? Então a gente buscava, a gente, a própria escola, a própria instituição buscava outras instituições, centros de lazer para tentar encaminhar, tentar estar encaminhando o aluno, às vezes por uma questão de transporte o aluno não conseguia ir, por diversos fatores, diversos fatores, uma gama de fatores, na verdade.

F: Certo. Questão de comentários, brincadeiras em relação a preservativo, iniciação sexual dos alunos em sala de aula.

IC: Eu tive um caso mais grave, mas esse aluno, na verdade, ele tinha um comprometimento de deficiência mental, tá, foi o caso assim mais grave que eu tive, que eu tive na escola e inclusive ele continuou, a mãe... A mãe trabalha num hospital, o pai eu não me lembro a profissão nesse momento, nós estabelecemos parceria com a família, conversamos muito com a família, conversamos com a psiquiatra, com a psiquiatra pessoalmente o meu coordenador conversou, mas houve algum problema aí com relação a relação dos pais com a psiquiatra. E o aluno permaneceu sem atendimento.

\_\_\_\_\_ situação eu não me recordo nesse momento.

F: Certo. É... Dá exemplos de situações que você considera de prevenção de drogas na escola.

IC: Como assim?

F: Situações, projetos e situações que você participou, de prevenção.

IC: Ah, tá, nós tivemos um teatro com um grupo de jovens. Lá nós tínhamos um projeto "Escola de Pais". Nessa Escola de Pais nós tínhamos uma reunião ao mês, toda última terça feira onde nós desenvolvíamos, a gente estabelecia parceria com diversos locais, por exemplo, as pessoas do Poupa-Tempo, o pessoal da... Do IAE que é o Instituto Adventista de Ensino, e eles trabalham também com uma gama de profissionais - enfermeiros, diversas pessoas - e esses profissionais iam dar palestras aos pais. Então nós fazíamos convite, nós promovíamos esse tipo de... De reunião, a gente publicava, convidava os pais e havia essas reuniões todas as terças feiras que tratavam de diversos assuntos: AIDS, drogas, pessoal do COAS esteve lá também, com relação aos pais. Com relação aos alunos nós tivemos teatro tivemos também uma pessoa do COAS que foi falar diretamente com os alunos...

F: O que é o COAS?

IC: Centro de Orientação... Se não me engano da AIDS, é da prefeitura.

F: É acho que era um pouco isso; a tua função aqui no Projeto Vida?

IC: Eu estou participando da equipe da professora Dirce, que é do Projeto Vida. Estou colaborando, nesse momento eu estou com um programa que se chama \_\_\_\_\_ que é para informatização das bibliotecas. Nesse momento eu estou desenvolvendo, eu estou com essa atividade.

F: Algumas coisinhas que faltou: alguma situação sobre questão de homossexualismo tanto de aluno ou de professor.

IC: Eu tive um caso de um professor homossexual e inclusive ele também era suspeito de roubo na escola. Mas logo depois que eu entrei na escola, ele se aposentou, então eu não tive muita vivência com ele. Eu soube que foi uma pessoa que deu muito problema, muito problema na escola, mas ele colocava abertamente para os alunos, para todos o que ele tinha e todos compreendiam, ele não foi discriminado.

F: E assim, situação específica de aluno desatento, hiperativo.

IC: Tudo isso existe na escola.

F: Mas você não lembra um caso assim \_\_\_\_\_.

IC: Tudo isso existe na escola, tudo isso; olha eu tive um caso de um aluno de segunda série que também por acaso eu fui chamada, o T. Ele não prestava atenção nas aulas, ele não prestava atenção nas aulas, e depois quando... Depois do professor se queixar muito por muito tempo ele acabou indo para a minha sala e aí nós conversamos e eu pude perceber que na verdade ele tinha uma habilidade muito grande com o desenho. E o professor não conseguia ler essa habilidade do aluno. E a partir dessa habilidade do aluno, estar construindo algum conhecimento com o aluno, entendeu, estar proporcionando alguma fonte; não conseguia, o professor não conseguia estar observando a habilidade de cada um e a partir daí estar trabalhando algum conhecimento, especificamente com relação ao T. Tanto que depois de dois dias que ele ficou comigo, nós conversamos muito, ele fez diversos desenhos, \_\_\_\_\_ muito bem, ele, um dia sim, um dia não, ele passava, eu dava folha, dava material para ele e quando ele voltou para a sala de aula no segundo dia eu até procurei estar mostrando para a professora, para os alunos, assim, procurei estar inserindo ele dentro do grupo e tentando despertar na verdade e valorizar essa habilidade que ele tinha que não tinha sido vista. Caso de estupro, eu tive um caso que também um aluno de Grêmio, só que eu não sei até hoje se foi verdade ou não.

F: Daí o que aconteceu?

IC: Ela pertencia ao grêmio, inclusive, e ela passou a ter muitas faltas na escola, muitas faltas, muitas faltas. A coordenação pedagógica já tinha atendido ela por diversas ocasiões, já tinha conversado com a mãe, mas ela continuava a faltar e especificamente esse grupo do grêmio, elas começaram a dar, a trazer algumas dificuldades para a escola, porque o que acontecia era o seguinte: eu trabalho muito a horizontalidade das relações e as vezes você tem que lutar contra quem não acredita nisso, entendeu? Então elas tinham muito conflito com relação aos professores e aos funcionários que não estavam preparados na verdade para implementação de um grêmio estudantil. Então a partir desses problemas, nós tivemos uma reunião e elas passaram a faltar muito nas aulas e especificamente a L, ela não estava na reunião, aonde eu, elas me vêem como amiga, eu me coloque um pouco mais como diretora e ela acabou colocando que um dia quando ela estava indo para a escola, que apareceu um homem e que não chegou ao final, porque parece que passou alguma pessoa, mas que ela ficou traumatizada, tudo, em seguida quem acompanhou o caso foi o meu coordenador.

F: Entendi, bom acho que ajudou bastante, queria agradecer tua colaboração, e me colocar a disposição.

IC: Imagina.

**Anexo V - Entrevista 3 – 21/02/02****IC 3**

F: Você podia começar a falar um pouco sobre o que é o Coordenador Pedagógico, a função, os atributos, conta um pouco.

IC: Bem, a prefeitura do município de São Paulo, ela tem uma característica com relação a coordenação pedagógica bastante singular, com relação a educação pública, porque na verdade na Secretaria Municipal, né, na verdade a prefeitura do município de São Paulo é a única prefeitura que tem o cargo de CP como titular de concurso público. Isso na verdade traz alguma colaboração, muita colaboração, porque a prefeitura consegue inclusive ter um número muito grande de pessoas exercendo o cargo, inclusive o concurso pressupõe inclusive a habilitação para o cargo, que pode ser de supervisor escolar ou orientação educacional. Então tudo isso faz com que o CP ele tenha um pouco mais de qualificação para o trabalho. Só prá citar, eu não estou querendo dizer que o professor coordenador, que não é um CP, mas é um professor que exerce o cargo de coordenador do Estado, que ele seja pior, não é isso, mas é que não é exigida do professor coordenador no Estado a habilitação de supervisão escolar ou orientação educacional. Ele não precisa nem ser pedagogo, basta que ele seja professor e tenha três anos de experiência no magistério. Então quer dizer, isso no cotidiano, faz muita diferença.

F: E qual a formação exigida do CP?

IC: Na Prefeitura Municipal de São Paulo ele precisar ter a Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional ou Supervisão Escolar. As duas habilitações dão direito à efetivação no cargo público, e uma experiência como professor de três anos em magistério municipal, estadual ou particular.

F: Existe algum curso específico preparatório para o CP?

IC: Na Prefeitura do município de São Paulo não existe. O próprio diploma e habilitação são suficientes. No Estado sim, no Estado é necessário que o professor faça uma prova para provar se ele tem condições de coordenar um grupo de professores.

F: Qual a função do CP?

IC: O CP, se a gente pensar na estrutura da escola, enquanto o diretor precisa só gerenciar a escola, o coordenador pedagógico tem uma função teórico-prática, mas muito mais prática, de fazer com que as questões pedagógicas como a metodologia de sala de aula, a didática de ensino, as relações de poder entre professor e direção, professor-aluno, aluno com os outros funcionários, enfim que exista um funcionamento é, em função da aprendizagem, do pedagógico. Enquanto o diretor, por exemplo, pode, é, a obrigação dele é fazer com que a escola fique limpa, a função do CP está ligada a todas essas pessoas, mas e uma forma extremamente diferente, quer dizer, o momento, a merenda tem que acontecer, mas é o momento que ele aprende, o momento do intervalo é o momento que ele aprende, quando ele se relaciona com qualquer funcionário é um momento de aprendizagem.

F: Dá agora o quanto mais exemplos e histórias cotidianas você encontrar melhor, sobre a tua atividade.

IC: Por exemplo, é, nós podemos dizer que os casos em que os professores tentam diminuir os problemas que ocorrem em sala de aula, o CP é aquela pessoa que quando há um problema, dois alunos se agredem, por exemplo, em sala de aula, o professor, ele é orientado pelo CP a ter uma, ter mais visibilidade sobre o que está acontecendo. Então, o que a gente pede: é o histórico do que aconteceu, e nos horários de projeto que a prefeitura tem com os professores que são oito horas semanais, a nossa função é fazer com que o professor faça uma reflexão e não veja a briga pela briga, mas, ou seja, em que condições a briga aconteceu, em que momento a escola... A escola pode interferir

sozinha, ele precisa colocar os pais, é uma questão meramente escolar ou é um problema que diz respeito à família. Enfim, então na verdade a gente faz uma reflexão sobre qual o nosso papel prá resolver esses problemas do aluno com o aluno, o aluno pega material de outro aluno, e então o professor acaba, ao dar as orientações de como se portar em sala de aula, porque é que ele não pode, de repente mexer na mochila do outro, ou pegar o lápis sem permissão, que isso vai caracterizar, por exemplo, violência, que tudo começa aí com o lápis que pega e o outro que vai e pega da mão e o outro já dá um tapa e na verdade quem começou tudo foi o outro que não \_\_\_\_\_ pensou que ele precisaria ter pedido o lápis antes de ter provocado todo esse problemão. Então quer dizer, os professores na verdade sozinhos eles tem muita dificuldade – nós temos pessoas aqui que são mestres, são doutores, na área deles, em Língua Portuguesa e Matemática, e eles apresentam assim muita dificuldade em lidar com esses conflitos do cotidiano. Porque ele estava lá em sala de aula de repente e viu um menino com uma revista erótica e aí o que é que ele faz, ele tira a revista e aí provoca uma situação de briga com o aluno, enfim, o aluno diz que é assinante, porque o pai deu aquilo como presente, então aí a gente precisa pensar em que medida a família aí nesse caso precisa comparecer e a gente fazer uma reflexão com o pai até que ponto isso para a idade da criança é importante, não é, o que ele está querendo com isso, qual o objetivo que o pai tem, se ele está educando ou não tá, então assim normalmente é muito comum, é uma questão de... Eles geralmente... Nós temos aqui professores que são né, muito preparados prá trabalhar com o conteúdo, nessa metodologia, mas na questão do, da aprendizagem, da socialização esse é o grande nó, dos professores né.

Isso dá prá você ter uma idéia se nós pensarmos numa inspetora de alunos, por exemplo, vou contar um caso, anteontem, que chegou e vê 5 pessoas fumando maconha no banheiro da escola no período noturno. E aí ela fica, o que eu faço agora? Então diante do que ela faz ela pede para que todos a acompanhem a direção – ninguém vem, ninguém vem por uma série de razões, eles acham que vai chamar a polícia, como é que vai e tal. Quer dizer, está sendo muito complicado inclusive fazer com que essas pessoas que tem pouco preparo prá lidar com esses usos indevidos que eles encarem isso como uso indevido e não proibido. Então quando a gente fala em uso indevido de droga e a gente fala, eles não entendem muito, quer dizer, outro dia uma inspetora de alunos me indagou o seguinte: bom, se você está falando que há uso indevido então existe uso devido. E de fato há, então é uma questão, não adianta nós escamotearmos que não existe, existe como você orientar a pessoa melhor, porque eles não vão deixar de fumar maconha, a questão é: vai fumar na escola? Tá, você tem consciência de que isso faz mal a sua saúde? Por que você entrou nisso? Qual a sua situação social? Enfim, todo um trabalho nosso aqui na escola eu estou aqui desde 2001 e tem sido esse. Que é um trabalho árduo, difícil, porque a priori as pessoas acham que você é um colaborador e que você na verdade faz apologia a que isso continue. Então é difícil para as pessoas entenderem que nós estamos querendo educar, ninguém está fazendo propaganda contra a droga.

F: Você falou de duas coisas, você falou bastante de despreparo e ao mesmo tempo você usou termos técnicos bastante atuais sobre (...) Você fez algum curso específico? Qual?

IC: Fiz. Eu era diretor de Escola na EMEF B-J, na favela do S e nós tínhamos orientação do Doutor R da USP então a gente tinha sempre com ele uma série de coisas. Eu trabalhei também na SOS Criança com meninos de rua, eu trabalhei no Projeto A B na Bahia, também. Então, assim, toda experiência que a gente tem, trabalhei como voluntário também de outros grupos aqui da periferia, no Grupo Hip Hop do C R, então é muito difícil, então as pessoas a priori você ouve até falar, é esse aí deve até fumar também, entendeu, então a gente precisa passar por cima dessas coisas.

F: Essa tua trajetória, essa tua busca de aprimoramento é um fato isolado, pessoal ou é algo comum aos CP?

IC: Não, isso é assim: é normal que os CP se preocupem com isso porque nós temos reuniões de grupos e o que os CP dizem é: temos muito medo de falar disso porque eu não tenho experiência: é o que eles falam. Como lidar com isso? Então é muito comum eles pedirem aos NAE que tragam pessoas especializadas para ensinarem uma metodologia de como lidar com o problema, na verdade. O que eles solicitam é uma metodologia de trabalho. É o que o professor pede prá mim: N, o que é que eu faço? Então nós estamos discutindo isso. E olha, diretor de escola, CP, supervisor escolar, isso acontece com todos.

F: Bom, mas o mais comum é que esses profissionais já tenham encontrado curso, existe alguma ação facilitadora por parte do Estado ou da Prefeitura ou o mais comum é que eles não consigam?

IC: O mais comum é que eles não consigam. As pessoas que eu conheci em sua maioria são pessoas que buscaram isso porque tem compromisso, porque elas se interessam e elas querem dar conta dos problemas. É a questão mesmo de... A gente percebe bem que é bem assim: eu tenho um problema, não vou fingir que ele não existe, eu vou encarar o problema e vou tentar superar, nem que tenho... E é muito comum, algumas pessoas que eu conheço do nosso próprio NAE aqui de C L, são mais de oitenta coordenadores e a fala é sempre assim, dos, daqueles que estão buscando, é, geralmente \_\_\_\_\_ olha eu não quero acabar com o problema porque não é prá acabar o problema, é prá superar, tentar superar e tentar educar e conseguir metodologia de trabalho para lidar com essas coisas, não tem jeito. Não só nas drogas, né, mas enfim há uma série de outros problemas também que a gente sabe, principalmente no ensino noturno.

F: Tipo?

IC: Prostituição. É muito comum que algumas pessoas que se prostituem – rapazes e moças – e que as pessoas da periferia, as pessoas da comunidade sabem. Então eles ficam um pouco marcados, quando a coisa começa a vir a tona eles desistem e algumas pessoas que eu pude conversar e que por coleta de... Eu me envolvo muito com os alunos na verdade, e daí, eles acabam falando: ah, o fulano, desistiu, pôxa mas por que, era um cara legal, é não topou muita brincadeira, indireta, os olhares, a pessoa se intimida e acaba desistindo, né. É mais comum as moças, mas é, engraçado que no Butantã tem uma diferença: eu não lembro de nenhum caso de nenhum rapaz, mas, por exemplo, aqui no C L é muito comum a prostituição masculina, os meninos.

F: Entendi. Gostaria que você pudesse me dar mais exemplos de situações comuns relacionadas ao uso indevido de drogas em escolas.

IC: Olha é assim, da droga né, o que acontece é que é muito comum, por exemplo, aqui o uso de cola, eles comem com cola, na verdade...

F: Dentro da escola?

IC: Não fora. Eles entram antes do horário, então eles já cheiram a cola lá fora e entram. Então nós que já conhecemos os alunos sabemos que ele está diferente. É, mas...

F: Como é que vocês sabem?

IC: É, eles chegam, alguns chegam extremamente introvertidos, outros chegam extrovertidos, rindo a toa, aí vai prá sala de aula, fica chamando a professora toda hora, as vezes as coisas que ele fala as professoras ficam \_\_\_\_\_ não sei, está esquisito, ele fica é perguntando coisas, vem toda hora perto de mim, as vezes vem abraçar a professora, beijar a professora, então a professora vê, pôxa mas ele estava assim então, nossa legal, ele estava tão legal. No outro dia o menino está introvertido, que aconteceu? O que ele tinha ontem que ele está tão diferente?



F: E qual é a atitude que comumente é tomada?

IC: Olha, é normalmente o que a gente costuma fazer aqui, os professores costuma estar fazendo pela minha orientação é estar observando, né, eles ficam observando esse comportamento do aluno, a frequência com que esse aluno aparece com essas diferenças e antes de comunicar qualquer coisa a família até porque não há certeza, mas geralmente assim, é uma conversa com o adolescente para coletar algumas informações, é, o que é que está acontecendo, ele anda diferente, a maioria fala, a maioria fala. E assim, é, a droga mais usada é a cerveja e a cola.

F: E daí, eles falam e daí qual é o passo seguinte?

IC: Bom, o que acontece, assim, o ano passado, essa é uma escola que não tem tantos casos, vamos dizer assim. Então o que os professores costumam fazer quando notam alguma coisa é: nós preparamos naquela sala que o menino está um texto, então o professor prepara com jornais um texto e vai discutir e coloca em debate essas questões; prá ver se com o grupo, como é que o grupo e como é que ele pode se ver dentro do grupo e se aquilo é ou não importante prá ele. Então é muito comum que eles falem bastante e os outros sabem que ele cheira cola, que ele toma cerveja, e na verdade as razões acabam aparecendo no grupo, nos debates. E, além disso, nós já orientamos a mãe, dizendo olha, ele está tendo, normalmente essas crianças tem e adolescentes eles tem um atendimento muito ruim e a gente, nós aconselhamos a um, encaminhamos ao psicólogo para dar uma conversada, para ajudar, então o encaminhamento é sempre esse.

F: E você já presenciou, já teve outros estabelecimentos, outras escolas que a atitude era diferente.

IC: Sim.

F: Qual era?

IC: Por exemplo, na escola que eu assumi a direção lá no B-J, antes de eu chegar na escola, normalmente, se o aluno estava muito diferente, o professor tinha uma atitude um pouco mais agressiva, pedia prá se retirar da sala porque via que o aluno estava diferente principalmente no ensino noturno, depois do intervalo então eles iam, a escola é muito grande eles ficavam nos lugares escuros e uma boa parte dos alunos realmente se drogava. E daí os professores, era, isso era fechado com o grupo, né, com o diretor anterior que pedia \_\_\_\_\_ os alunos fossem retirados e falavam, olha assim abertamente para o aluno: essa era a atitude que eles tinham antes de eu chegar – olha, você usou algum tipo de droga, se você quiser continuar estudando nessa escola você não vai poder fazer isso, o que você faz fora da escola é problema seu, o que você faz aqui é problema nosso, portanto sua droga virou problema da escola, e aí aconteciam problemas como: é, ameaças com quem falava isso, mas eles continuavam fazendo, os carros de professores pichados, quebrados, depois essas pessoas normalmente desistiam e assim, desistiam de ir a escola e depois desistiam de apedrejar a escola. Mas apedrejavam, enfim, né, eram atitudes que não trouxeram nenhum benefício nem para quem se drogava nem para quem tomava esse tipo de atitude. Então era muito comum isso.

F: Situação de tabagismo, aluno ou professor fumando na sala de aula.

IC: Bom, especialmente aqui não ocorre.

F: Por quê?

IC: Porque aqui eles sabem que existe \_\_\_\_\_, nós temos o sistema disciplinar, todo aluno que vem fazer a matrícula lê o sistema disciplinar que não pode fumar e se ele fuma a escola comunica que existe um bosque aberto, e os fumantes fumam no bosque aberto. É isso que acontece. No pátio não pode fumar, no banheiro não pode fumar, na sala de

aula e nos corredores, e se isso acontecer e ele for menor, a entrada dele à escola fica vinculada à presença dos pais e se for maior ele é suspenso um dia.

F: Essas medidas de suspensão também são aplicáveis a outros tipos de uso de substância psicoativa?

IC: É, se acontece aqui na escola, sim. Se isto acontece dentro, sim, com certeza.

F: É, atitude de professor ou tabagismo ou embriaguez \_\_\_\_\_ na sala de aula.

IC: Não aqui não há nenhum professor, poucos são fumantes na verdade. Nós temos aqui 80 professores, 12 são fumantes, de 80 professores só 12 fumam. É alcoolismo ninguém nunca, não aconteceu. De 2001 até agora. Mas há casos em que aqui mesmo já aconteceu em anos anteriores.

F: E como é que foi?

IC: Pelo que eu soube a direção da escola chamou o professor, o dispensou no dia porque ele estava cheirando, a álcool e os alunos tinham percebido e vieram contar, \_\_\_\_\_ pelo que me falaram o professor estava, muito alegre, tal, e a diretora o dispensou do dia e disse a ele que se isso voltasse a acontecer ele seria suspenso.

F: Questão de homossexualidade de professor ou aluno?

IC: Como é tratado na escola?

F: Hum, hum.

IC: Olha aqui aconteceu o semestre passado de um menino que entrou aqui e havia também no segundo semestre duas meninas que namoravam. Abertamente. E elas deixavam isso claro prá todo mundo que elas eram namoradas, que gostavam muito. A professora de português fez um trabalho em sala de aula discutindo a questão do amor, do romantismo, a questão da sexualidade, da orientação sexual. Isso provocou inclusive um trabalho com todos os outros professores de quinta a oitava, de orientação sexual. Eles sentiram muita dificuldade também em lidar, porque começaram a discutir eles queriam saber o que era masturbação, se era normal se masturbar depois de uma certa idade, e já tinha tido informações alguns tabus que era doença, que deveria procurar psicólogo, psiquiatra, enfim, então alguns professores ficaram um pouco receosos de dar informações e ao invés de formar, deformar. Então preferiram buscar algumas informações e depois de um tempo retomaram. Nós tivemos uma orientação, na verdade, de uma professora voluntária de I da S que já trabalhou com orientação sexual e é psicóloga, e ela veio e deu alguns encaminhamentos prá nós que realmente ela concordou que se deveria falar abertamente, de tratar orientação sexual não pelo ato sexual, mas pela questão mesmo do sentimento; foi a orientação dela.

F: A orientação dela foi para os professores ou direto com os alunos?

IC: Não, para os professores. Desenvolveu um projeto falando da questão dos sentimentos, enfim.

F: Certo.

IC: Eles gostaram muito, fizeram cartazes, é pena que as fotos não estão aqui senão vocês poderiam ver.

F: Legal. Situação de abuso sexual, estupro.

IC: Olha, aqui dentro da escola não, mas nós temos \_\_\_\_\_ algumas situações de que a criança de repente fica diferente. Aconteceu o ano passado, a criança ficou apática, de 9 anos, ficou apática, a mãe tinha acabado de se juntar com um homem e nós chamamos a mãe e descobrimos depois no encaminhamento psicológico, porque a menina não se abria e tinha acontecido alguma coisa, aí descobrimos que havia abuso sexual do padrasto, ela abriu isso para a psicóloga, né. Então assim, então a psicóloga mandou depois prá gente o que estava acontecendo, conversou comigo, pediu sigilo, e ia fazer um trabalho com a criança, chamou a mãe, contou o que havia acontecido, mas a mãe já sabia. A criança já tinha falado prá mãe o que tinha acontecido, não é. Ela perdeu a

guarda da criança, porque foi, como ela convivia numa casa em que moravam outras pessoas no mesmo terreno, a psicóloga fez uma terapia em grupo porque todos ali lidavam com a criança, porque a mãe trabalhava e a tia, ao saber disso, procurou a promotoria pública e pegou a guarda da criança. Ela não desistiu do marido, continuou com ele.

F: Situação de perguntas incômodas em sala de aula sobre drogas, sobre virgindade, preservativo.

IC: Os alunos normalmente fazem, os professores aqui têm dado as informações. Tem um grupo, inclusive do I T, que vem sempre aqui, tem um outro pessoal que vem inclusive trazer, vem fazer palestra para as meninas, é, e eles trazem sempre absorventes, acho que vocês devem até conhecer esse grupo, é, também a escola tem recebido aqui no Campo Limpo algumas equipes a noite, também inclusive a tarde que vem falar sobre virgindade, sobre sexualidade, sobre saúde bucal, o grupo paulista de medicina \_\_\_\_\_ aqui.

F: Para os alunos ou para as professoras?

IC: Para os alunos e professores. Para todos. Nós temos inclusive 4 palestras agendadas esse ano já prá falar sobre doenças venéreas, eles vem tirar dúvidas.

F: Queria saber agora um pouco da sua trajetória, sua formação.

IC: Bom, eu fiz Pedagogia, foi meu primeiro curso, eu fiz o Curso de Pedagogia na Universidade de São Paulo, depois eu já dava aula de Língua Portuguesa, mas depois que eu terminei o curso de pedagogia fiz Administração Escolar e Orientação Educacional como habilitação e eu fui fazer Letras, aí eu fiz Português na Universidade de São Paulo também, depois voltei, fiz Inglês e quando eu terminei na verdade a minha grande paixão é a Pedagogia. Eu fui diretor de escola efetivo depois, me exonerei do cargo porque o que eu gosto de fazer é coordenação pedagógica. E daí eu voltei para a Universidade de São Paulo, fiz as habilitações de Deficiência Visual, Deficiência Auditiva, Deficiência Mental, na Educação Especial toda, fiz Supervisão Escolar e depois eu fiz o Mestrado na Universidade de São Paulo em Educação Especial, que foi em 99 que eu terminei, e foi sobre Avaliação e Orientação do Portador de Deficiência Mental, foi, minha tese foi sobre isso. Então eu fiz também cursos na PUC de Língua Portuguesa, fiz vários cursos também na área da educação sobre a questão das drogas, cursos que davam final de semana. No Instituto Pedagógico Brasil – Alemanha é, metodologia de trabalho com crianças e adolescentes com problemas de aprendizagem, enfim, foram uma série de curso, né que eu fui fazendo, inclusive no SOS Criança também nós fizemos uma série de cursos para lidar com o abandono, orfandade, né, porque eles faziam essas coisas todas. Bem, a minha... Eu fui então professor de escola pública... Fui professor, na escola municipal nunca fui professor, eu fui diretor na escola pública estadual e no município eu entrei direto por concurso como Coordenador Pedagógico, sou professor de cursinho do Anglo, do Objetivo, do Universitário, eu trabalho com eles, dou aula também na escola militar, o pessoal que faz o \_\_\_\_\_, o \_\_\_\_\_, e sou co-reitor da FUVEST e da UNICAMP. Então a gente faz um monte de trabalho, tem uma equipe também que a gente faz gratuitamente palestras sobre, passando nossa experiência como lidar com cursos de leitura, essa questão da orientação para coordenadores pedagógicos, a gente dá uma forma..., nós damos cursos de 30 horas para escolas públicas estaduais gratuitamente. Então é um trabalho que a gente faz todo ano.

F: Bom, eu queria agradecer o teu tempo, tua paciência.

## Anexo VI - Entrevista 4 – 25/02/02

### IC 4

F: Então eu queria que primeiro você começasse falando sobre o que é o coordenador pedagógico, função, formação.

IC: Bom, o coordenador pedagógico dentro da minha ótica seria aquele que acompanharia toda a ação que desenvolve na escola no contexto da aprendizagem. Compreendendo que aprendizagem não é só o espaço escolar, mas é toda relação que acontece na escola, enfim, \_\_\_\_\_tem todo um olhar de formação e \_\_\_\_\_no momento, então o CP é aquele que faz o olhar do que acontece na escola, faz o diálogo com as pessoas que interagem, né, com o aluno \_\_\_\_\_esse processo e conjuntamente busca respostas. Agora, ele também tem uma \_\_\_\_\_muito grande de conseguir o objetivo escolar que é a aprendizagem. Então ele é uma alguém que \_\_\_\_\_polemizador das estratégias de ação... É alguém que registra e encaminha os trabalhos conjuntamente com a equipe.

F: Fala um pouco mais do dia-a-dia do CP, com \_\_\_\_\_.

IC: Bom, a minha experiência... Bom, hoje o CP, como eu já falei inicialmente, ele tem uma preocupação dentro da escola, que deveria e \_\_\_\_\_bem clara que é estar presente nos horários de JEI. Que a prefeitura tem um horário pedagógico em que as equipes deveriam estar é, coletivamente né, discutindo os problemas da escola, estudando e dando encaminhamentos. Então ele que operacionaliza esse momento de estudo em busca de caminhos dentro da própria escola. Também ele tem uma papel burocrático, tem um papel burocrático que é administrar a questão pedagógica: diário de classe, preparar textos, organizar as demandas que o NAE pede para que ele gerencie juntamente aos professores, e também acaba sendo um suporte para o diretor muitas vezes hoje. Mas especificamente o papel dele dentro da escola seria, como já falei inicialmente, de ele estar no coletivo a ação que está sendo desenvolvida em sala de aula e apontar soluções dentro do problema apresentado e dentro do que o grupo pode apresentar para contribuir e intervir. Esse é o papel específico dele hoje.

F: O que é que é o JEI?

IC: JEI, muito bem. Na prefeitura nós temos jornadas de trabalho. A JEI é uma que contempla 25 horas em sala de aula, 8 horas de estudo e 3 h de atividade que seria livre para ele estar trabalhando a vontade e outras 3 horas em casa, né. Tem também JEIA, que também é uma jornada de trabalho de 25 e que tem também uma parte do horário da formação que chama horário de atividade.

F: Dá mais exemplos do dia-a-dia, historinhas que acontecem.

IC: Historinhas. Bom eu te falei, tenho pouco contato com o grupo pedagógico, mas no ano passado assim, no ano retrasado na administração, o que eu mais acompanhei de CP, são intervenções em atender família, atender o aluno com problema disciplinar, o aluno que está com problema de encaminhamento na parte pedagógica, então, é, o que eles faziam é receber os pais, receber esses alunos, fazer orientação, fazer encaminhamento. Alguns deles até acompanhavam o trabalho escolar em sala de aula, mas especificamente assim, quer dizer, o que posso reportar em relação ao CP, e aí eu estou falando daqueles que fazem, seria a direção de atendimento, de acompanhamento e aí assim, os conflitos aparecem, desde o conflito que costumam trazer para a sala de aula e aí conflito familiar a todo o momento. Então assim, o que a gente tem visto sempre

é que é o mediador desse processo educacional, e aí integração comunidade-aluno, professor-aluno.

F: Quais são os temas freqüentemente discutidos com o CP na escola municipal?

IC: É. Você me deixou assim, \_\_\_\_\_ porque olha, aqui no NAE nós estamos fazendo um trabalho que é um trabalho dirigido ao CP, visando orientação. Então, \_\_\_\_\_ filosofia, a questão da leitura, a questão... Então, como coordenador do NAE nós apontamos algumas falas com o CP. Tem a questão \_\_\_\_\_ da exclusão dos jovens que eram ou passaram pela questão da LA, a questão do ECA. Estamos discutindo, liberdade assistida, são crianças que passaram por algum ato infracional e foram levadas para a Febem e foram exigidos que fizessem acompanhamento assistencial. Trabalhamos também a questão sobre a criança e adolescente, a questão da exclusão, a questão da leitura com eles, a questão da leitura em sala, sobre a questão filosófica, como é que o coordenador interage com os demais grupos a fim de resgatar e operacionalizar essa intencionalidade de fazer professor ser sujeito do processo educacional. Assim, o que eu me lembre mais, são essas questões mais \_\_\_\_\_.

F: Questão relacionada ao uso indevido de drogas na escola.

IC: Bom, essa é uma questão que na secretaria, nessa região é uma questão comum. Nós tivemos vários embates aqui o ano passado em relação de como trabalhar com essa questão das drogas dentro da escola e...

F: Conta um pouco qual situação que aconteceu.

IC: Olha, nós tivemos um caso que foi mais gritante de uma escola que foi notificada que estavam usando droga dentro da escola, que estavam traficando, né.

F: Como é que foi a notificação?

IC: Na verdade assim, a direção nos comunicou o que se passou na supervisão, a supervisão fez a mediação, só que essa mediação, isso chegou até o GCM.

F: Então, só deixa eu entender, a direção ficou sabendo como o que é que aconteceu?

IC: Não sei como é que foi, a escola é o Armando Salles. Eu não sei o que aconteceu, se o assunto veio via GCM...

F: O que é que é GCM?

IC: GCM é Guarda Civil Metropolitana ou o caso surgiu da escola e chegou até o GCM. Mas o que eu me lembro é que a direção encaminhou a discussão para o posto da GCM no local e eles fizeram aquela intervenção na escola e como na secretaria nos fazemos essa discussão em relação a drogadição, foi apontado algumas pessoas na secretaria que trabalhassem especificamente com isso, chama Projeto Vida. E aí eles tiveram que ir até a escola e fazer uma discussão de qual é o modo de intervenção, inclusive assim, quando a direção apontou é, que na escola dela tinha traficante e que se pedia a intervenção da GCM ela se colocou na posição de refém \_\_\_\_\_ pessoas, né. Então naquele momento acho que foi uma situação assim, que se a gente é, não estava dando o encaminhamento correto, até nós, porque ela nos procurou e eu \_\_\_\_\_ orientar na questão de \_\_\_\_\_. Nós avaliamos, e a secretaria também colaborou de que foi um encaminhamento errado. Então, de como lidar com a questão da droga é uma questão difícil.

F: Mas conta um pouco mais, situações, historinhas.

IC: Eu vou tentar contar uma outra história. É que na verdade a minha função, eu não me aproximo muito das histórias, porque eu acabo encaminhando para outras pessoas. Mas por exemplo, na escola A C, que também recebeu a visita do Projeto Vida, o aluno estava com um pouco de droga, de maconha, dizem que ele é filho, tem uma ligação com a questão do tráfico, parece que encontraram no banheiro, né, um pouco de droga e também foi chamado a GCM para fazer intervenção, as pessoas é, fizeram, chamaram o garoto que era suspeito fizeram uma avaliação, não é, tem uma..., \_\_\_é que eu posso dizer, uma batida, mas é, perceberam que esse garoto estava guardando a droga, retiraram a droga dele me parece, tiraram a droga dele e esses guardas, a escola, a escola \_\_\_\_\_no banheiro, deu descarga no banheiro, e assim, daí eu fique sabendo depois que esse garoto retornou para a escola e, quer dizer, a conversa, né, que deu tiro na porta da escola, como uma represália a ação que a escola fez em relação a ele estar portando droga dentro da escola, e até assim, querer \_\_\_\_\_e também \_\_\_\_\_sobre isso. Essa é uma outra história que me falaram sobre a questão da droga. Agora, o que é corriqueiro é sempre dizer que assim, nos banheiros da escola tem gente fumando ou passando droga. Muitas vezes é um caso também que especificamente aí não tem a questão da droga, tem uma questão de violência, ali em relação a GCM, é que aí, \_\_\_\_\_também a relação. A escola é \_\_\_\_\_. No A, há um interação difícil de GCM com alunos e também as mesmas questões, de estar usando no banheiro, \_\_\_\_\_indevidamente. Parece que quando a GCM foi lá na escola houve um enfrentamento dessas pessoas com o GCM, o GCM \_\_\_\_\_, se não me engano, essas pessoas, o GCM quis enfrentar esse garoto, ele enfrentou o garoto e aí dentro da escola, a escola não permitiu que ele fosse aprisionado, mas depois quando saíram da escola, o GCM foi instigado a resolver o problema fora da escola, e aí, lá fora na rua, um enfrentamento, até aprisionamento do garoto, a prisão do garoto que foi para a delegacia e \_\_\_\_\_para a liberar e tal e \_\_\_\_\_também\_\_\_\_\_. Não que tenha envolvido drogas diretamente, né; deixa eu ver se, não lembro\_\_\_\_\_.

F: \_\_\_\_\_ que acabaram chegando aqui com violência, abuso sexual, problemas com garotos com problema de família, cota um pouco mais.

IC: \_\_\_\_\_caso também no ano passado \_\_\_\_\_, foi até matéria de jornal para violência. Que a criança foi encontrada com uma arma porque no dia anterior ele tinha discutido com outro garoto e nas brincadeiras dele, ele trouxe uma arma para tentar ajustar, ajustar contas, né. A escola \_\_\_\_\_a arma, né, e aí acabou acionando o GCM indevidamente, o GCM fez um auê, isso foi para a imprensa e deu um problema sério de administração, para ser administrado, inclusive apontaram que a criança devia sair da escola, pela rejeição dessa criança\_\_\_\_\_, a comunidade se envolveu, questionou a ação pedagógica da escola, questionou a ação do NAE em relação à impunidade e nós acabamos resolvendo isso com muito diálogo, com muita conversa, e a criança foi mantida na escola. Mas isso caracterizou uma inabilidade em trabalhar com algumas questões que extrapola a normalidade da escola, principalmente questão de arma. E como é que a criança interage com isso, e como a família também está envolvida com a questão. São, mais casos? \_\_\_\_\_Você quer histórias relacionadas a drogas ou em relação a violência?

F: Em relação a drogas, violência, comportamento, questões sexuais, o que for.

IC: Olha eu vou tentar falar um pouco mais, mas eu vou pedir que você fale depois com a L. A L é que está acompanhando os casos específicos de violência dentro da escola. Inclusive questões\_\_\_\_\_ da sexualidade, isso ela tem informações sobre

isso. \_\_\_\_\_ aqui no NAE, são ocorrências, geralmente de jovens e adolescentes, que de alguma forma está envolvida com essa questão da drogadição, e aí geralmente o que ocorre é o que ou a escola dentro da escola ou é o enfrentamento em sala de aula. E aí eu não tenho especificamente casos para lhe dizer; acho que eu tenho um caso que podia estar contando, que eu acho interessante, acabou indo pro mundo da droga, né, \_\_\_\_\_ B, que um garoto (ele começou a trabalhar com a gente \_\_\_\_\_ Grêmio Estudantil) fez uma denúncia em relação à escola, né, e aí quando eu assumi a escola, o primeiro contato que eu tive foi com ele, e ele era uma pessoa resistente mesmo, e a fala dele, e a história dele é que \_\_\_\_\_ estava envolvido com a questão de drogas. Esse garoto teve um enfrentamento na escola com a direção da escola, com os professores da escola, teve um enfrentamento com um GCM \_\_\_\_\_.

F: O garoto era do Grêmio e a denúncia era contra ele, é isso?

IC: Não, contra a escola.

F: Ele fez a denúncia contra a escola?

IC: Contra uma escola.

F: Por quê, qual era a denúncia dele?

IC: Ah, ele dizia que a pessoa que estava na direção tinha desviado um material da escola para benefício próprio, mas nunca foi comprovado isso, mas também nunca foi investigado. Bem esse garoto é um caso típico de pessoas que não, não foi possível se integrar na escola e ele hoje está no mundo das drogas mesmo, já foi preso, já agrediu pessoas, uma situação difícil. Eu lembrei um caso aqui agora também do J. O J é um rapaz que também foi preso, \_\_\_\_\_ na FEBEM, ficou lá na Febem, acho que sofreu torturas lá dentro, isso é o que dizem, e esse ano, o ano passado nós fizemos um trabalho com ele de inclusão, retorno à sala de aula, \_\_\_\_\_ grafite, \_\_\_\_\_ que está empregado, né, e inclusive a F tem feito um trabalho muito legal em relação a isso \_\_\_\_\_ grafite, um trabalho positivo, e aí outros também, outros garotos também nós estamos \_\_\_\_\_ este trabalho em relação ao grafita.

F: Você falou \_\_\_\_\_ de trabalhos de inclusão, de intervenção escolar, das intervenções não corretas, incorretas, aliás. Fala um pouco mais sobre o que você pensa dessas intervenções, como é que é uma intervenção.

IC: Bom, antes de qualquer intervenção, você tem que ter um conhecimento do problema, no campo científico, no campo pedagógico. Acho que você minimamente tinha que conhecer esse problema do ponto de vista social \_\_\_\_\_ intervenção. E aí \_\_\_\_\_ intervenção é sempre no sentido de que as pessoas passam por problemas sociais, emocionais e sempre querem de alguma forma buscar respostas. Questão mais particular, em relação a essa questão das drogas, eu creio que ela parte \_\_\_\_\_ pra uma fuga até por uma questão de integração social, e aí depois é claro que marginaliza na questão do tráfico, da venda, e na forma de como adquirir a droga. Agora, quando eu falo de inclusão, \_\_\_\_\_ eu aprendi que isso é um processo que extrapola o que, uma pessoa dignamente, com uma vida tranqüila, estruturada, não entraria, não entraria com tanta facilidade. Então, no meu modo de ver é que para a escola fazer intervenção nisso tem que conhecer esse quadro social, né, e aí buscar soluções para que essa pessoa entre e aí, na escola, passa não só fazer, fazê-lo ser uma pessoa rejeitada, uma pessoa marcada, mas tratá-lo com naturalidade no sentido que ele tem que contribuir com esses jovens, tem o lado, algo positivo que possa ser

apropriado de alguma forma na escola. Então assim, como é que você entende que uma pessoa sofre e aí por causa de uma doença, né, talvez uma fragilidade emocional, social, e trabalha resgatando o que é de positivo nele, o que é salutar nele, né. E mostrar que aí, quer dizer, tem caminhos, \_\_\_\_\_, que você faz opções por caminhos na vida, e que também nem sempre esses caminhos são os corretos ou tem que ser para o resto da vida, né. Então acho que é um pouco isso.

F: Você falou no começo da entrevista sobre a questão dos garotos em Liberdade Assistida. Explica um pouco mais essa questão, como é que \_\_\_\_\_ na escola, \_\_\_\_\_.

IC: Bom, o que acontece aqui no S, e acontece em outros lugares até porque essa questão passa pela distribuição de renda, pelas condições de vida, que a sociedade impõe. Liberdade assistida, geralmente é um aluno ou uma aluna que a lei não permite, \_\_\_\_\_ a lei não permite e ela foi apreendida. E na verdade, nós temos hoje crianças que, crianças e jovens que fazem várias coisas erradas, mas não, não foram apreendidos por órgão, por policial ou por uma instituição aí que possa, que possa, que possa tirar o direito dela de liberdade e possa cobrar que ela faça alguma coisa em troca voluntariamente. Então LA são pessoas que cometeram alguma infração, elas foram aprisionadas, foram julgadas e o Juiz disse para elas: vocês tem uma liberdade, mas tem umas condições para essa liberdade então, você tem que voltar para a escola, você deverá periodicamente visitar o órgão público ou, muitas vezes essas crianças são até mesmo acompanhadas pelo Centro de Criança e Adolescente, agora, umas das obrigações e uma das exigências é que essas pessoas retornem a sala de aula. E aí as escolas têm muita rejeição em relação a essas crianças por que? Ela está carimbada de que é uma criança problemática ou fez \_\_\_\_\_ muito sério. E aí a escola \_\_\_\_\_ ideal e ela sabe já de alguém \_\_\_\_\_ problema... Prefere rejeitar. Então a nossa perspectiva no NAE é que assim, todas as crianças que virem são atendidas. Então nós queríamos uma inclusão, vamos dizer assim, 100%. Agora há uma rejeição das crianças em estar recebendo na escola e a própria forma como ela está presente já estigmatiza, né. Então eu creio que o nosso papel aqui não é somente de social qualidade da educação na concepção de que a educação é biológica, mas também garantir que todos entrem e ao entrar a escola possa discutir ou LA, ou drogadição ou a sexualidade precoce, e aí \_\_\_\_\_ drogadição nos vários leques, nas várias possibilidades, desde o cigarro até o alcoolismo. Acho que aí é uma preocupação a mais \_\_\_\_\_.

F: No que é que consiste a prevenção ao uso indevido de drogas nas escolas?

IC: Olha praticamente, eu não vejo nenhum trabalho sistematizado nesse ponto. O que nós vemos hoje é palestras que se fazem na escola, e aí, com várias tendências, pode pegar desde a questão do olhar militar, do olhar aí de alguns especialistas que pode ser até um pouco psicológico, \_\_\_\_\_, esqueci o nome que se dá para isso, mas foi convidado médico, para falar da questão da drogadição, né. Agora, não vejo um trabalho sistemático no sentido de discutir a questão da droga nesse campo. Esse campo científico de como é que ela é utilizada hoje. A droga é utilizada, as drogas químicas são utilizadas de forma benéfica. O que acontece com a drogadição, \_\_\_\_\_ marginalizada, no meu modo de ver, ela é uma quer dizer, é uma mudança da \_\_\_\_\_ no sentido de criar alucinações, de criar outras sensações que as pessoas por si só não conseguem \_\_\_\_\_. Essa discussão mais aprofundada da questão da droga, a origem, como é que ela se manifesta, como é que ela é produzida, e também como é que ela passa a ser uma forma



de comércio, né, e como é que muitas vezes as pessoas se apropriam disso, até, assim, pra criar \_\_\_\_\_ paralelo em relação à economia, né, que hoje nós vemos, vamos pegar aqui a questão, tem pessoas que sobrevivem dessa questão, né.

F: Legal. Matias, fala um pouco da tua formação e da tua experiência profissional.

IC: A minha formação ela é educação física, agora, essa é a formação acadêmica. Na verdade a minha formação é muito mais social, porque eu participei muito de Comunidade Eclesial de Base, né, na Igreja Católica e depois lá eu participei na Pastoral da Juventude, aí militei no Partido dos Trabalhadores, também participei das lutas sindicais, movimentos sociais, sempre na perspectiva de que a sociedade que aí está posta, ela não nos serve, que ela é excludente, ela é, ela é acumulativa, no sentido de que é que m faz, quer faz e produz riqueza não se apropria dessa riqueza, simplesmente é explorado em relação ao que produz. Então a minha formação praticamente, embora eu tenha passado pela rotina da escola, eu acho que ela teve muito mais do campo do social e as formações extracurriculares eu diria né.

F: E a tua experiência prática?

IC: Minha experiência prática. Eu sempre aproximo a minha experiência prática da minha experiência teórica. Eu na área da educação física especificamente aprendi muito a relacionar com as pessoas e a compreender, muitas vezes na educação física que especificamente a minha área ela valoriza os melhores. Como é o capitalismo hoje; o capitalismo valoriza os melhores, o capitalismo é, dá luz àqueles que sobressaem e aí eu aprendi que quando você adota essa prática, é você deixar de reconhecer que outras pessoas também produzem riqueza. Só que não talvez como alguns que são mais hábeis, que são mais espertos até muitas vezes, né. Então assim, a minha formação prática parte para esse olhar que é: não gostaria de conviver com a injustiça e a miséria me rebela e a teoria veio me fazer refletir um pouquinho como é que eu devo entender minha prática. E aí minha prática o que é que é, é buscar sempre o olhar daquele que está marginalizado, daquele que está fora do processo, sempre buscar o coletivo, e aí o coletivo para manter algumas regras que geralmente estão impostas no sentido de exclusão, de exploração. Então eu passei aí pelo campo social, desenvolvimento \_\_\_\_\_, depois eu fui para a sala de aula, tive a experiência de direção de unidade escolar por pouco tempo, mas com o mesmo mandato e aí aqui nesse ano, nesse último ano foi a experiência mais, \_\_\_\_\_ com mais responsabilidade, com mais obrigação, e até assim, com maior possibilidade de intervenção também no que acredito.

F: \_\_\_\_\_.

IC: É isso.

**Anexo VII - Entrevista 5 – 26/03/02****IC 5**

F: Bom, essa entrevista tem a intenção de colher informações para a elaboração de vinhetas para a avaliação de atitudes de coordenadores pedagógicos das escolas municipais de ensino fundamental em relação ao uso indevido de drogas e sua prevenção entre seus alunos. Gostaria da sua colaboração incluindo situações e exemplos representativos. Eu queria começar você falando um pouco o que é um CP, função, atribuições.

IC: Bom, a escola, vou falar um pouco da estrutura da escola na rede. Você tem os alunos, os professores, o CP, o auxiliar de período, cada período tem um professor que sai da sala de aula, ele se candidata para ser auxiliar de período, ele é um coordenador de período, só que ele fica só com os alunos, organizando o lanche, o recreio. \_\_\_\_\_ cada período tem o auxiliar de período, você tem o CP, que é alguém que faz o concurso para esse cargo, temo assistente de direção e o diretor. O assistente de direção é alguém que auxilia o diretor, né. Então quem cuida da parte pedagógica, quem lida diretamente com a formação dos professores é o CP.

F: Qual é a formação do CP?

IC: Ele tem que ter Pedagogia com habilitação ou em orientação escolar, que não existe mais, ou em supervisão escolar. E ter três anos de sala de aula, aí ele pode prestar o concurso. Ou ele pode também exercer essa função sem ser concursado, ele pode sair da sala de aula e ser referendado. Ele apresenta uma proposta, não tem nenhum concurso aberto, não tem ninguém para ser chamado, eu posso fazer isso se eu quiser ser CP da minha escola, por exemplo. Está vago lá, não tem CP, eu apresento uma proposta, passa pelo Conselho de Escola, se o Conselho aprovar eu assumo como CP. Aí a gente chama o que é uma CP designado, né, ele não prestou concurso. Assim que alguém, assim que tem concurso alguém presta e passa, e escolhe aquela escola, aí eu, volto para a sala de aula porque tem um titular naquela vaga.

F: Quais são os temas freqüentemente discutidos com os CP?

IC: Indisciplina. Porque na verdade assim, o papel do CP ele varia muito de acordo com a concepção da pessoa que está exercendo essa função. É, na verdade qual o papel do CP? Tem que fazer formação com os professores, formação teórica, né. Então toda escola tem um projeto, que a gente chama de projeto político-pedagógico, né. O que é que é um projeto da escola? É uma carta de princípios, né, estão elaborar essa carta de princípios, esse projeto junto com o coletivo da escola, né, e acompanhar o desenvolvimento durante o ano deste projeto é o papel do CP. É ele que coordena, né, a efetivação desse projeto e para que esse projeto aconteça, você tem, no começo do ano as escolas apresentam para o NAE, para o supervisor da escola qual é o seu projeto, quais os objetivos desse projeto e qual a bibliografia desse projeto, né. Então o papel do CP é fazer esse estudo junto com o grupo, né, isso durante o ano, então assim eu posso rever esse projeto, eu posso rediscutir, encontrar novos caminhos, né esse é o papel dele. Só que a gente tem um problema assim: o CP na rede ele, na verdade assim, quando você faz Pedagogia não tem um curso para ser coordenador pedagógico. Então por exemplo, você está há dez anos na sala de aula, você presta um concurso e sai da sala de aula e vai para o CP. Ninguém te ensina a ser CP né, então esse papel às vezes ele é muito desvirtuado, né, e para muitos professores, assim, é como a gente tem hoje na rede (acho que na rede tanto pública quando particular) problemas sérios de indisciplina, o professor, assim, tudo que acontece de ruim na minha sala, tudo que não dá certo, eu

mando para o coordenador pedagógico. Então o coordenador pedagógico ele passa a ser um bombeiro, entendeu? Então ele fica um pouco com esse papel na escola ou com um papel burocrático, né.

F: Você podia me dar exemplos que você lembre, historinhas que você lembre típico disso que você está falando?

IC: Por exemplo, na minha escola a gente tinha problemas assim: você tinha um CP, especificamente, que ela não conseguia fazer essa formação teórica. Por limitações, né, e ela gostava mais da parte burocrática, então ela se furtava ao seu papel original, né. Então assim, nos horários coletivos da escola, que os professores se reúnem por período para estar com o CP para fazer essas discussões, ela sempre se furtava: ou estava fazendo matrícula, ou estava em algum, ou estava no NAE tratando de alguma questão burocrática, então os professores ficavam ressentidos disso, então acontecia assim, o aluno jogava uma carteira na sala. Então pegava o aluno, levava para ela, e assim, a relação é assim, olha, você tem que resolver, não quero saber. É uma relação muito de atrito, e ela ficava com aquele aluno. E assim, o que a gente percebia era assim, é lógico que ela não dá conta disso porque tem, ta com ... Na verdade o que tem que ser discutido é o que é indisciplina, né. E essa discussão não havia, então ela ficava com esse aluno, o que é que ela fazia: ela dava joguinhos, massinha, porque ela tinha também que fazer as coisas dela. Então a sala dela virava meio que um depósito de alunos e a indisciplina mesmo não era resolvida, né, nem pelo professor, nem por ela né, isso é muito comum acontecer, né.

F: No que consiste prevenção de uso indevido de drogas nas escolas?

IC: Aí depende muito da escola.

F: Na tua opinião.

IC: Eu acho que você tem duas, assim... Acho que a prevenção ela não acontece, né, porque a rede ela introjetou o seguinte: na medida em que eu tenho traficantes dentro da escola, estudando né, na medida em que em algumas escolas é, a direção da escola precisa fazer um acordo com o tráfico para que a escola se mantenha íntegra enquanto patrimônio, ou seja, a escola não vai ser pichada, então assim, de certa forma esse tipo de coisa fez com que os professores, eu percebo assim, eles entendam que isso é prevenção.

F: Conta mais histórias sobre isso.

IC: De acordos? É na minha escola houve, acho que na maioria das escolas há esse acordo, as pessoas conhecem os traficantes, sabem quem são, onde moram e então por conta disso, assim, a gente sabe que a gente tem aluno que é avião, que está trabalhando, que está recebendo né, as vezes recebe muito mais do que o próprio, o próprio, algumas outras profissões que a gente tem, né, então assim, mas o professor não olha para isso, ele não discute isso. Isso é um dado real, ele convive com isso né, e para ele assim ter essa consciência para ele já é suficiente.

F: Bom, retomando a questão dos acordos, fala um pouco mais para a gente, quais são, qual é a troca.

IC: A troca é a preservação do patrimônio. Só.

F: Em troca de...

IC: Assim, na verdade quando a escola é roubada, saqueada, pichada, né, a gente sabe que o tráfico está por trás disso. As vezes nem é o tráfico é a comunidade. Então

geralmente a direção da escola chama o traficante da região, que é o delegado da região e diz para ele o que está acontecendo, né, e ele... Por exemplo, na minha escola aconteceu isso: a escola foi roubada, a merenda foi roubada, né. E a diretora já tinha feito um acordo com o traficante, né, de... e aí você chama a pessoa e fala: olha a escola aconteceu isso não é legal, a gente vive com muita dificuldade, é uma escola pública, né, a gente sabe que você é uma pessoa forte na comunidade, né, você tem, é um líder dessa comunidade, a gente queria que você conversasse com as pessoas, para eles, é, assim, para estar preservando a escola, porque a escola é pública, essa área e dos alunos, enfim, é por aí a conversa. E ele dá essa garantia.

F: Em troca de... O que a escola faz daí de favor para ele?

IC: Nada. Nada, porque o tráfico, ele, na verdade ele ocupa o lugar do Estado, né, se você não tem um policiamento que dê conta disso, o tráfico faz um acordo para você de, na verdade, é interesse do tráfico é, fazer com que aquela comunidade tenha equipamentos públicos. Muitos traficantes inclusive constróem quadras, enfim, nada, é só por ele manter o poder; né o que ele tem em troca é o fortalecimento do seu poder, né.

F: Quais as situações comuns relacionadas ao uso de drogas nas escolas?

IC: Eu nunca vi, assim a gente sabe... Né assim. Na verdade a gente sabe que tem alunos que trabalham no tráfico né, mas isso é o que eu falei, né assim, o fato do professor ter essa consciência para ele o assunto já está meio que resolvido. É um assunto tabu, ninguém toca, ninguém fala sobre isso, isso não é discutido né, agora venda, eu nunca vi venda, né, eu soube de um caso, tem alunos que fumam baseado na quadra, mas nada, nada que fuja ao quadro normal da adolescência. Assim, não existe essa coisa, ah, escola pública, só tem traficante, eles vendem, não isso eu acho uma coisa da mídia.

F: E conta um pouquinho essas historinhas de fumar baseado na quadra, como é que é?

IC: Eles fumam, assim, um caso complicado, que a gente, um complicador que a gente tem eu acho dentro das escolas, não é um complicador, eu acho que a escola, de maneira geral, ela precisa, os profissionais que trabalham com educação precisam ser formados constantemente, tá. E isso demanda recursos, e vontade política, né. Porque assim os problemas da rede pública todo mundo sabe e, agora, resolver esse problemas demanda formação política dos professores, formação pedagógica, demanda dinheiro, enfim, vontade e aí todos os profissionais da escola devem ser formados e aí, os agentes escolares, que são as pessoas que tem mais contato com os alunos que são os serventes, que limpam as escolas, que estão no recreio, eu acho esse profissional conhece mais essa realidade que o próprio professor. O professor não está no recreio, o professor não está em outros espaços da escola, a não ser a sala de aula e a sala dos professores. Então esse profissional, agente escolar, ele precisa de formação, é, como também a GCM, que é a guarda municipal, que está dentro das escolas, é uma guarda armada, né, e eu acho que ela da forma como é coloca... , como ela é colocada hoje no sentido dela de vigiar e punir mesmo, né, eu acho que...

F: Dá um exemplo disso.

IC: A GCM agride os alunos se for necessário.

F: Em que situação, você lembra de uma assim, você lembra de alguma situação específica, de alguma história?

IC: Por exemplo, o aluno é, para os alunos assim, a GCM ela é muito, ela é um fator de exclusão, ela incomoda o espaço da escola. Então por exemplo, os alunos estão

passando no corredor, né, então eles encaram a GCM, eles falam qualquer tipo de coisa e a GCM já vai para o enfrentamento. Assim, eu nunca vi bater, assim, mas já vi assim, falar rispidamente, tipo assim : ah, vocês deviam estar na Febem, entendeu, uma coisa assim muito... É muito complicado isso. A gente soube um caso na semana passada de uma escola que fez um trabalho, que tem um trabalho muito consistente, é uma escola aberta, né, uma escola que traz a comunidade aos finais de semana, batalhou isso há 5 anos, a escola não tem nenhum tipo de, de depredação nenhuma enfim, isso foi conseguido é, pedagogicamente, não é, a longo prazo. E um aluno estava na quadra, fumando uma baseado nessa escola, e a GCM chegou e fez o aluno engolir o baseado na quadra, né. Aí no dia seguinte a escola estava toda depredada, né isso assim, cinco anos de trabalho, né. Então eu acho que precisa de formação, eu acho assim: o problema não é tanto a droga, eu acho que os professores conhecem, eles podem trabalhar em sala de aula, se o CP né considerar, eu acho que isso é currículo, né é, mas eu acho que é o preconceito que tem que ser trabalhado, né. O preconceito do próprio professor, da própria escola, enfim, essa formação é fundamental.

F: Algum exemplo, uma historinha de situação de aluno com problema familiar?

IC: Tem, tem muitos principalmente assim, crianças que são espancadas, você tem bastante.

F: E daí, o que é que aconteceu, o que é feito?

IC: A gente chama, agente chama a mãe, conversa e em alguns, assim, encaminha em último recurso, a gente encaminha a criança para o conselho tutelar. Também é complicado porque os conselhos tutelares também não são, é, atuantes quanto a escola precisaria que eles fossem. A coisa meio que para, não é encaminhada ou porque não temo o ... Naquele conselho tutelar, o conselheiro não está presente, está afastado, enfim, a coisa não é tão simples assim.

F: Você falou dessa situação do menino fumando baseado na quadra, e que você acha que o que aconteceu e a atitude foram inadequadas. O que você acha que seria uma atitude adequada nesse caso?

IC: Conversar com ele em particular, né, e com o grupo, trazer ,discutir isso abertamente. Promover um debate sobre isso, e aí, né, sobre a maconha, os efeitos enfim, tudo. Eu acho discutir mesmo com o grupo, né, trazer isso para uma discussão curricular, sempre.

F: Situação com brincadeiras em sala de aula com preservativos, virgindade, drogas, etc.

IC: Não, aí é complicado porque eu trabalho com primeira a quarta e então não tem tanto assim...

F: Mas nunca aconteceu esse tema ou...

IC: Já, mas eu acho que o aluno da rede pública de maneira geral, ele é muito... Ele tem pouca informação,. \_\_\_\_\_ da família, do seu próprio meio, né, e ele não se coloca muito, ele não se mostra muito. Ele é muito retraído, né, mesmo quando você faz um trabalho de sexualidade com eles, como eu já fiz na quarta série, na segunda série, né, é, demora um tempo, algumas aulas para que eles se abram, para que eles contem algumas, alguns fatos, assim, não é, eu acho que socialmente ele já é muito escolado. Ele sabe com quem ele fala, para quem ele fala, é muito difícil você ganha a confiança para que ele diga qualquer coisa, assim, isso não é ... Então que você não tem muito, acho que na rede particular você tem mais. Porque eu vim da rede particular e eu sinto que é muito maior de comentário ou coisas desrespeitosas, assim, é muito mais, para eles é muito mais comum, é mais dado, enfim, do que o aluno da rede pública.

F: Conta uma \_\_\_\_\_então dessa.

IC: Da escola particular? Ah, eu tinha uma professora, eu era coordenadora pedagógica e tinha uma professora muito jovem que estava dando informática e tipo assim ela tinha 20, os alunos tinham 16, né. E o aluno perguntou para ela, ela estava dando aula e eles sempre faziam esse tipo de pergunta: se ela tinha namorado, se ela tinha namorado ontem, se ela era virgem, ela meio que não podia dar aula por causa desse assédio dos alunos. Aí eu tive que conversar. Primeiro conversei com ela porque ela trouxe essa problemática, e conversei com eles, que ela estava ali como profissional, não era legal.

F: E, situação de professor que fuma em sala de aula.

IC: É proibido, na rede pública não pode fumar, nem dentro da escola, na frente dos alunos. Cigarro você fala, né?

F: Exatamente. E nunca você viu \_\_\_\_\_?

IC: Não, não pode mesmo.

F: Situação de professor que parece intoxicado na sala de aula ou com álcool ou outro psicotrópico.

IC: Não, também não. Eu tenho muitos casos de álcool, mas são pessoas que fazem parte da infra, tipo, vigia, a gente tem muitos problemas, é, às vezes professor que é auxiliar de período, geralmente ele sai da sala de aula porque ele tem problemas com álcool, você tem muito problema com álcool na rede assim com esse tipo de funcionário que fica na retaguarda.

F: E qual é a atitude, conta uma situação dessa.

IC: Olha, a gente tem um caso assim, um CEMES que eu estava no ano passado, um Centro de Suplência, aliás, nesse Centro de Suplência, que são CEMES, que até o ano passado era assim, a distância, o aluno vai lá, pega as apostilas, estuda em casa, e volta. No CEMES tem muito caso de alcoolismo, é, geralmente tanto com os alunos como com...E nesse CEMES que eu estava que era \_\_\_\_\_, tinha um vigia que inclusive faltava, e já ia assim, já era uma batalha dos professores da escola para encaminhá-lo para tratamento. Mas ele ia, largava, ia, voltava e ficava meio que, no funcionalismo tem isso, você não é mandado embora, e as pessoas um pouco se acostumam, mas sempre há uma preocupação de encaminhar os funcionários.

F: E em relação aos alunos que presenciavam isso?

IC: No caso eram alunos adultos também que compreendiam, não, nunca teve assim alguém alterado por álcool na escola, isso eu nunca vi.

F:\_\_\_\_\_.

IC: Não isso nunca.

F: Situação de suspeita, situação de suspeita de homossexualidade de professor ou uma situação de suspeita de homossexualidade de aluno. Uma situação que você acha típica que represente isso.

IC: Olha, de primeira a quarta a gente tem né, alunos que você percebe que tem uma forte inclinação homossexual, às vezes os alunos não percebem, é muito engraçado isso, os alunos não se dão conta. E para você que é adulto é muito claro aí, quando o aluno vai para a quinta, ainda eles são muito camaradas, ainda, para sétima e oitava é muito complicado. O homossexual na escola, ele é tanto feminino quanto masculino, ele é, ele é

identificado pelo grupo, ele é discriminado, é , ele não participa, o grupo não... , principalmente os meninos. Ele é agredido verbalmente, é muito difícil, muito difícil, também é um assunto tabu nas escolas. Os professores fazem de conta que não vêem. Mas é, eu acho que é o espaço mais, ... É, o pior espaço eu acho para um homossexual. Os professores você tem, mas não tem muito... Os alunos respeitam mais, assim, a não ser que o cara... Nunca vi não, assim você tem, a gente sabe que aquele ou outro professor é homossexual, mas não... Os alunos não... Até podem perceber, mas nunca há uma agressão nesse sentido, ou alguma coisa.

F: Situação de suspeita de abuso sexual, de estupro de aluno.

IC: Já presenciei na minha... Isso existe, é, tanto de pai, do pai, né , violentando a criança, a menina, quanto de um aluno violentando o outro dentro do espaço da escola, inclusive a mãe tirou, enfim, é uma coisa meio complicada, mas a escola também tem dificuldade. A tendência da escola, eu não sei porque, é porque assim, isso varia muito de professor para professor, né, de diretor para diretor, as pessoas acham que vai se complicar... Vai abrir um processo administrativo e a coisa meio que é abafada, e isso geralmente não se encaminha. É complicado isso,\_\_\_\_\_.

F: Perguntas de alunos sobre drogas, substâncias psicotrópicas em geral.

IC: Sempre, sempre tem, inclusive quando os alunos... Os alunos chegam a perguntar para você, e sempre o assunto droga vem a tona, a gente discute enfim, os alunos perguntam se você quando era jovem você fumou, se você... É uma situação complicada, principalmente na minha faixa etária que eu trabalhava com quarta série, mas eu tinha aluno de 13, 14 anos. Eles fazem a defesa, que não é bem assim, eles tem uma certa informação, até pelo meio em que eles vivem ali, e estão assim, é, informação que eu digo prática, assim, não tem uma informação teórica do risco que aquilo pode ser e é isso, mas isso varia também da sua postura enquanto professor. O aluno sempre sabe para quem ele pode falar, para quem ele não pode falar, até porque ele vem de um meio social que aprende isso desde criança. E eles perguntam, e a gente, claro, fala que não, aí eu sempre falo: não, eu tinha, tive amigos que fumavam, tal, mas nunca achei legal, não sei o quê. Você nunca diz isso, mas assim, por exemplo, sexo eles sempre perguntam quando você perdeu a virgindade, como foi, isso aí é tranquilo falar. Isso assim, mas sempre dentro de um contexto que é uma aula sobre o tema, aí faz pergunta.

F: E situação dos pais chegarem contando que o aluno, o filho deles está em tratamento...

IC: Geralmente isso não acontece. Na verdade assim, o que a gente tem é, na rede, assim, como eu te falei, você , como isso é um assunto tabu, como o professor acha que ele tendo consciência daquela realidade, que existe traficante, que o aluno trabalha para o tráfico, então está tudo resolvido tanto para mim quanto para o aluno, a gente não precisa conversar sobre isso, a gente precisa conversar sobre isso com as crianças da escola particular. Então na escola particular, como eles não estão nessa realidade, aí você pode fazer a prevenção. Entendeu? Há um pouco esse distúrbio, esse equívoco, né. Aí já está \_\_\_\_\_mesmo, já dançaram mesmo, porque você vai discutir isso, enfim... Eu tenho medo, e se o traficante não gostar, tem muito isso também, os professores tem muito medo. O que você tinha perguntado mesmo?

F: Quando os pais chegam contando...

IC: Ah, tá, então assim o que é que acontece, né... É, o que existe na rede são os LA, os alunos em liberdade assistida. São esses alunos que já furaram esse bloqueio, né, já foram presos, já foram para a FEBEM, e retornam para a escola, né. Geralmente esses alunos estão em situação de tratamento. Mas aí é um estigma tremendo, em relação a

esses alunos, as escolas não querem, assim, eles vem para cá e a gente recoloca para cumprir as penas alternativas. E a escola não quer, os professores né, aí, entendeu, ninguém dá crédito, se está em tratamento ou não, já é um bandido. Mas se ele puder ser morto rapidamente, melhor para nós. É bem isso, e tem gente que verbaliza isso.

F: Aluno com problema psicológico.

IC: Nossa muitos. Você não tem para onde encaminhar. \_\_\_\_\_ eu encaminhei vários, você vai atrás, vai ao Centro de Saúde, você briga, né, mas o Centro de Saúde não dá conta, o Centro de Saúde as vezes não quer entender, não há um trabalho interdisciplinar, né, intersecretarial. Nessa gestão a gente está tentando fazer isso, mas é muito complicado. Por exemplo, crianças em situação de risco, né, ou seja, qualquer tipo de risco, né, a gente tem que encaminhar para algum outro... Porque assim, o professor, ele não dá conta de tudo, né. Você não é psicóloga, você não é fono, você não é assistente social, enfim, né, você precisa de outros parceiros e você não tem. E você fica com esse aluno que entra na primeira série com problemas sérios, que você percebe que tem algum tipo de problema, mas você não consegue fazer o diagnóstico, você não sabe do que se trata e ele sai da oitava do mesmo jeito. Isso é uma realidade.

F: Aí quando ele chega até a oitava, né?

IC: Se chegar vivo até a oitava. Geralmente não chega.

F: Bom, eu queria que você terminasse falando da tua formação pessoal e tua experiência profissional pessoal.

IC: Bom eu fiz... Na verdade assim: eu fiz colegial e eu tinha um grande sonho de ser psicóloga. Queria porque a minha geração, nossa, ser psicóloga era ser o ó. E eu prestei vestibular para Psicologia, aí eu entrei na UNESP em Assis, fiz um ano e na faculdade de psicologia eu conheci a educação, tinha uma disciplina chamada Psicologia da Educação. Eu me apaixonei e percebi, e aí na faculdade eu percebi que eu não gostaria de ser psicóloga, né, também não sabia muito bem o que eu queria. E aí conheci essa disciplina, psicologia da educação, aí voltei para São Paulo, cansei do interior e fique três anos, é, pensando, né, e resolvi fazer pedagogia. E prestei o vestibular na PUC, mas o meu grande interesse em educação, assim, como eu não tinha feito magistério, eu nunca tinha pensado em dar aula, era a questão política da educação, né. O trabalho de Paulo Freire, né, eu achava, eu era muito ideológica, muito sonhadora, né, muito de esquerda, né, a educação transforma... Aí fiz Pedagogia, gostei muito do cursos, acho que prepara muito, e fui para o mercado, para dar aula como professora, particular, em escola particular, dei aula primeiramente para o mini maternal, né, por dois anos, depois primeira serie, depois terceira série, isso, trabalhei em escolas tradicionais, em escolas alternativas, né, enquanto professora, depois eu fui coordenadora pedagógica também em escola particular tradicional de quinta a oitava, né, e depois eu fui coordenadora da Febem no Tatuapé, na unidade eu era coordenadora da escola. Trabalhei, trabalho na Folhinha de São Paulo na área de literatura e depois de 8 anos que eu estava formada e que vinha com essas experiências de rede particular e de coordenadora pedagógica eu resolvi prestar concurso na rede pública, né, porque, por uma questão de estabilidade mesmo, né. E estou há 5 anos na rede pública como professora, e jamais seria CP na rede pública, de jeito nenhum, eu acho que é desumano você ser coordenador pedagógico de uma escola que tem 4 períodos, né, sozinha, 2000 alunos. Na verdade a estrutura é feita também para você não dar conta daquilo, né. Eu acho muito desumano, não seria, e na verdade, é, quando a Marta assumiu eles me convidaram \_\_\_\_\_ para a parte pedagógica. Mas eu gosto mesmo é de estar com o aluno. Eu acho que a escola ainda é o melhor espaço e eu acho que é na escola que você pode transformar, não em



órgãos centrais ou enquanto CP, eu acho que é na sala de aula, é, na verdade eu acho que tudo deveria ser um trabalho coletivo. Eu acho que CP, por exemplo, não deveria ser um cargo concursado nem diretor, né. Eu acho que o grupo decidiria isso, eu acho que aí sim a rede conseguisse ter um trabalho de melhor qualidade. Porque eu acho que a estabilidade ela é um complicador mesmo. Ela presta um concurso, fica ali, ninguém vai te tirar dali, então não há uma cobrança, não há exigência, isso é um grande impedimento. Na verdade minha experiência é essa. E estou na rede pública e gosto muito de estar. É isso Fernanda?

## Anexo VIII - Entrevista 6 -09.04.02

### IC 6

F: Essa entrevista tem a intenção de colher informações para elaborar as vinhetas para avaliação de atitudes dos coordenadores pedagógicos de EMEF em relação ao uso indevido de drogas e sua prevenção entre os alunos. Gostaria da sua colaboração incluindo situações e exemplos representativos. Qual a formação exigida ao CP?

IC: Pedagogia com habilitação em Supervisão ou Orientação Educacional.

F: É, existe algum curso preparatório específico?

IC: Específico para CP? Não, algumas administrações acabam fazendo uma formação, né, em serviço, mas não que existe um curso prévio antes de ingressar. Ele presta o concurso, é chamado, ele escolhe e toma posse nesse exercício.

F: Qual é a função do CP e as suas responsabilidades?

IC: Bom, a função, o próprio nome já diz, né, ele coordena toda parte pedagógica da escola, né, na formação e na capacitação dos seus professores, \_\_\_\_\_ não fica só vinculado a professor, mas também aos demais funcionários da escola, ele faz atendimento a pais, aos alunos, é, de certa maneira ele acompanha todo o desempenho, desenvolvimento dos alunos dentro da escola.

F: E quais são os temas mais freqüentemente discutidos com o CP nas reuniões?

IC: A questão da aprendizagem, do ensino e aprendizagem, né, o mais, o que se fala mais, o que se discute mais. E a questão do relacionamento, então se é uma EMEF, geralmente os assuntos mais freqüentes são, no ciclo 1 a questão da dificuldade de aprendizagem mais \_\_\_\_\_ ligada a questão da alfabetização e no ciclo 2 é de 15 em diante, entra também essas questões e mais a questão do relacionamento professor-aluno, a questão da disciplina, a questão do relacionamento aluno com aluno, mais esse assunto.

F: Gostaria de dar alguns exemplos que você lembra?

IC: Com relação a que, a relação pessoal dos adolescentes você fala? Deixa eu ver, pensar...

F: Ou mesmo ciclo básico.

IC: \_\_\_\_\_ a gente, é, o ciclo 1, né, a gente... Olha, com relação ao ciclo 1 a queixa maior é assim: é quando o aluno é, chega ao final do primeiro ciclo, que é o quarto ano e ele tem dificuldade depois, ele não consegue o que os professores consideram como conhecimento suficiente para estar indo para o ciclo seguinte, né. É geralmente assim, ele chega segundo eles, abre aspas, analfabeto, digamos. E sempre a culpa é do aluno, tá. Então a dificuldade é sempre de aprendizagem e não de ensinar, tá. Com relação ao ciclo 2...

F: O que é que você acha disso?

IC: Eu acho que tem, tem que analisar caso a caso, né. Às vezes o caso é referente a dificuldade do professor em estar lidando com uma classe heterogênea, uma classe que tem alunos com diversos níveis de aprendizagem, né, o professor, ele, nós, de um modo geral, não estamos acostumados, não fomos formados para trabalhar com essa heterogeneidade, né...

F: Heterogeneidade em que sentido?

IC: De aquisição de conhecimento mesmo, né. Então você tem aquele aluno que trabalha num, até a questão do, da, do ritmo do aluno, né. Ele , às vezes o aluno, a simples cópia de uma texto, isso um exemplo bem banal, né, ele é rápido, por exemplo, ta, e o outro é mais lento, quer dizer, isso já é um complicador. A outra questão é a questão de leitura, de compreensão de texto, de ele entender aquilo que ele está lendo, ou de não, ter dificuldade na questão da matemática, e a queixa maior é sempre assim com relação a português e matemática. Embora ele use, né, a língua, escrita, a leitura, tudo mais, para todas as outras ares de conhecimento, mas eles nem citam, né, é, eles colocam mais, enfatizam mais questão do português e da matemática.

F: E daí, o que é que acontece?

IC: O que acontece é que se a gente não fizer as intervenções devidas, né, não se montar um projeto de, de estar junto com os professores, né, e é uma forma dele estar avançando, dele entender um pouco melhor ou de tentar ver de que maneiras ele pode estar ajudando aquele aluno, o que vai acontecer é que ele chega no quanto ano do primeiro ciclo\_\_\_\_\_. É isso que normalmente acontece, né. Aí se culpa um pouco a família é, segundo alguns, não estou generalizando, segundo alguns professores, eles continuam falando que a família não acompanha as atividades escolares do aluno, não se interessa por aquilo que acontece, né, e por outro lado a família também muitas vezes não, quando o professor chama, ele não vem porque, também sem generalizar, é, às vezes aquela criança já está apresentando uma certa dificuldade desde as séries iniciais, e o discurso não muda muito, né, e a família não sabe muito o que fazer, como agir, então acaba às vezes, nem indo, ou as vezes vai, mas também fala: não sei o que fazer. Então a gente tem casos de disciplina também, de comportamento, digamos assim. No ciclo 1 eu tive um caso agora, de um garoto que no primeiro ano, e também depois no segundo, ele trazia sérios problemas comportamentais. Embora ele fosse um menino muito inteligente, ah, ele tinha um comportamento assim de muita agressividade na sala de aula, como os colegas, né, e também, assim algumas vezes com a professora. Mas a professora era uma professora que tinha uma prática até que diferenciada dos demais, né, então, não, desse jeito \_\_\_\_\_, não era aquela professora tradicional que pega, que pega o, não leva em consideração cada aluno, né. Mas aí você começa a chamar e tentar entender o que está acontecendo, a história dessa criança e aí a gente começa a entender um pouquinho o porque dessa reação do menino. Por exemplo ele só fazia alguma coisa em sala de aula depois de muita conversa, muita, e ele tinha uma argumentação fantástica, é, um menino assim , muito vivo, muito dinâmico, tal e a gente não entendia porque dessa agressividade, porque ele tinha até um discurso legal. Um aluno de primeira série\_\_\_\_\_ele tinha um discurso muito interessante. E aí, tem que chamar a família para conhecer, então a família nunca vinha, vinha o avô , né, e aí o avô começa a contar um pouco a história. Que o pai era viciado em droga, né, não sei que tipo, e que tinha, \_\_\_\_\_ tinha sido preso ou é, estava fazendo tratamentos, né; a mãe era bastante agressiva, né, de bater muito nele, é e para assim, para resumir um pouco a história, o Juiz acabou tirando o garoto da mãe. Isso foi a última notícia que eu tive, não durante o tempo que eu estive na escola, depois que eu saí da escola, que eu vim para o NAE, encontrando o pessoal da escola eles comentaram isso, né. Porque até ele tinha uma professora na escola que era parente da família lá, e me deu esse retorno. Inclusive acabou tirando a criança, o menino e uma, e um bebê, e um diferença grande de idade e tudo. Tá, essa foi uma história de um menino de, ele já estava no segundo ano conosco, ta , e muitas vezes a professora não conseguia dar conta porque nem ela própria conseguia argumentar com ele porque ele rebatia também, ele, era uma caso assim muito

interessante e a gente ficava meio que sem saber como encaminhar. Muitas vezes ele foi parar na minha sala né, e a gente conversava muito, mas, era uma coisa que \_\_\_\_\_, eu não tive como ajudar mais. Então ele ficava na minha sala, ele me ajudava, ele queria, as professoras davam atividades, ele fazia tudo, ele sabia ler perfeitamente, tinha um raciocínio fantástico, mas, é, a gente ficou meio que sem, embora com toda boa vontade, a gente não conseguiu ajudar muito esse aluno.

F: Por que vocês acham que não conseguiram ajudar?

IC: A gente não sabia por onde pegar, qual era o fio da meada, para a gente traçar um, uma ação, né. Porque até por exemplo, conversas entre, particulares, da professora com ele, ele comigo, ele no grupo, porque a professora abria roda de conversa, né, e discutia com ele o que ele tinha feito, a agressividade dele com os colegas, da sala de aula, abria para o grupo, como é que a gente lida com isso, vamos tentar resolver, conta pra gente como é que é, \_\_\_\_\_ os coleguinhas e tal, tentava envolver, chama a mãe, conversar com ele, conversar separado, conversar... A gente assim, daqueles mecanismos normais \_\_\_\_\_, não é normais, comuns que a escola de certa maneira tem como linha, metodologia de trabalho, a gente tentou, né. É, eu acredito assim, que não tinha, não sabíamos como encaminhar diferente, tá. Se não me engano ele até foi encaminhado para o psicólogo, e a família tinha uma certa, é, poder aquisitivo, não da mãe, do pai, mas dos avós, eram pessoas esclarecidas, entendeu? E até, digamos assim, que as vezes aparece pessoas quando a gente começa a falar de um caso assim, já imagina uma criança pobre, negra, morador de favela e não é nada disso, né. Porque o menino era branco, até muito bonitinho, uma criança bonita assim para os padrões aí, de escola pública. Digamos assim até para você ver que não é esse, não é essa conotação, né.

F: Pelo jeito era cativante também, né?

IC: Muito, o menino era fantástico. Assim, você conversando com ele, ele assim: - não D. B, porque isso, porque aquilo, \_\_\_\_\_, ele falava: - a senhora tem toda razão, aluno de primeira série, 7 anos, - a senhora tem toda razão, eu não devia ter feito isso, mas no momento eu estava muito nervoso e eu não consegui me segurar, e quando eu vi já tinha batido no garoto, e não sei o que, mas eu prometo para a senhora, que isso nunca mais vai acontecer, a senhora não precisa chamar a minha mãe, porque eu vou mudar, ele tinha todo um discurso. Isso foi uma coisa assim, que ficou marcada.

F: E no ciclo 2?

IC: No ciclo 2 assim, a nível de comportamento, a nível do que, do uso de drogas? O que você quer saber, porque a variação é...

F: O que você consegue lembrar de um caso marcante?

IC: É, um dos casos \_\_\_\_\_ foi de uma garota que estava conosco desde a pré-escola, que era uma escola que tinha da pré-escola até a oitava, né, ela já estava lá, o que a gente chama de sexta série, que é o segundo ano do ciclo 2, e começou a apresentar um comportamento assim muito, é, estranho, no sentido de agressividade mesmo, e de desrespeito a professora, aquela coisa de adolescente, tal, mas que extrapolava um pouco do que a maioria faz. E o professor põe para fora, manda para a gente, manda para a diretoria, manda para o coordenador. Nessa época eu já estava como diretora da escola, não como coordenadora, e aí o que acontecia: o professor falava, não, se não vier o pai e a mãe aqui eu não vou deixar entrar, porque é quero conversar, aquelas coisas todas, e a gente tenta puxar daqui, arrumas dali e tal. E até o dia que eu falei com ela e falei, escuta minha querida, você levou \_\_\_\_\_,

pediu para o seu pai e sua mãe vir... : - ah, eu já pedi, meu pai vem hoje, ó Dona B, meu pai vem hoje, ela falava assim para a gente. No dia seguinte ela entrava, Fulana, \_\_\_\_\_, você não falou que o seu pai vinha, ta complicando porque o professor vai acabar não deixando você entrar em sala: - ah, não, mas ele vem amanhã. Ah, chegou até um dia que eu falei assim: olha, vamos fazer o seguinte, hoje eu vou à sua casa. Ela estudava de manhã, eu falei, já que ele não vem aqui, eu vou até lá. Tudo bem. Quando foi a tarde, eu falei: não, eu tenho que ir lá, falei que eu ia e eu vou lá até a casa dela, peguei o endereço e fui. Cheguei lá, \_\_\_\_\_, bati palma, ela que veio me atender, ela já ficou meio assim, né, aí a avó, eu escutei que alguém perguntou: quem é que está aí, aí ela falou: ah, é a Dona B, ela falou assim: - ah, vamos entrar, eu entrei e aí eu fui conversando com a avó, \_\_\_\_\_ olha, eu vim aqui, porque eu não sei se a sua neta falou que ela trouxe várias vezes um chamado para os pais comparecessem a escola, ela está com um relacionamento complicado lá com os professores e tal, e toda vez que ela fala que hoje é o pai que vem, outro dia é a mãe que vem, e ninguém aparece, então eu falei que eu viria e estou aqui. Aí a avó pediu para que ela fosse passar um café, a menina fosse passar um café enquanto ela conversava comigo na sala. \_\_\_\_\_ Dona B, eu não sei se a senhora está sabendo, mas na verdade, o pai dela está preso porque ele matou a mãe, isso já tem um certo tempo, não era coisa recente. O pai, o filho e era o filho dela que estava preso, né, então é a avó paterna, tá. Ela falou: - eu estou com os filhos todos, né, eu estou com ela, com a irmã, o mais velho já saiu de casa, então uma situação bastante difícil. Então, por exemplo, esse caso, o que é que a gente percebe, que a gente conhece muito pouco da vida dos alunos, né. É, a gente acaba pressupondo que todo mundo tem uma pai e uma mãe e né, então, um caso que mexeu muito comigo porque eu \_\_\_\_\_ não foi ninguém que me contou, eu estive lá. E outra coisa que a gente percebeu também nesse trabalho que não era só ela, eram outros casos também que a gente resolveu fazer uma ação mais de perto, é que a gente percebeu que ela não sabia ler, quer dizer, ela lia, mas com muita dificuldade, né. E então aí você começa a entender uma série de questões, o porque daquele comportamento, que ela não conseguia acompanhar porque o professor normalmente de fundamental 2 ele já acha que o aluno vem com, né, alfabetizado, sabendo ler e escrever, já tem um desempenho legal, né, e ele parte dali pra frente, né.

F: Nesse caso, depois da visita domiciliar, o que é que mudou?

IC: É, mudou assim, que a gente conversou bastante, né, eu conversei com ele, \_\_\_\_\_ eu era diretora né, então, conversei com as coordenadoras, com os professores, e, assim, em termos de, ela se sentiu mais próxima da gente e a gente dela, ta. Então para vocês terem uma idéia, não que ela tenha se tornado uma santa, não foi isso, mas o comportamento dela não foi mais tão agressivo como estava sendo, ela nos procurava mais para conversar, para contar as coisas e não nos deu mais trabalho, até a oitava. Assim, trabalho que eu falo, é no sentido assim, do professor, mesmo aquele que nem estava na escola, nem sabia disso daí, é, não teve nenhum tipo de queixa, né. Porque as vezes, é, o aluno não tem aquele tipo de comportamento e a escola também, né... Ela se sentiu mais a vontade para vir conversar, e procurava bastante o pessoal da coordenação para conversar, então...

F: \_\_\_\_\_ relacionadas diretamente ao uso de drogas.

IC: Olha, eu assim, assim, não sei se é, não tive nenhum caso, aliás tive um caso, tive de droga, foi logo no início que eu fui para a coordenação, era um garoto de oitava série, a família inclusive me... Eu soube pela família. Que ele era usuário, e que ele... Na escola não ele tinha um comportamento normal, tranqüilo, não era apático, era um

comportamento comum da moçada. É, não era esse tipo de aluno que é agressivo, que é posto para fora, nem nada nesse sentido. A família que nos procurou, e até a gente ficou meio que surpreso porque não sabia, né, porque ele em casa estava roubando, né. Então sumia com ferro elétrico, botijão de gás, essas coisas para comprar a droga. E então a gente até na época procurou encaminhá-lo para o hospital-dia, que tinha na, a gente conseguiu porque nós fazíamos um trabalho de integração com o posto de saúde, unidade básica de saúde na região, e assim, o que eles nos apontavam como encaminhamento seria esse, encaminhamento para o hospital-dia da região e ele chegou a freqüentar, mas a família acabou chegando a conclusão que ele deveria se afastar, ele foi morar no interior, não me lembro em que cidade, e ficou um certo tempo fora e depois eu soube que ele tinha voltado, porque diz que ele estava... A mãe até esteve na escola para pegar o histórico e tal, porque disse que ele precisava de documentos porque onde ele estava no interior ele estava fazendo tratamento, \_\_\_\_\_ ligados a Igreja, que o pessoal né, pega os jovens, e tal, e que ele tinha voltado para São Paulo para pegar documentação e ele ia começar a trabalhar lá também, ia voltar a estudar, né, e só que o que aconteceu: nessa volta dele eles foram até a casa dele e mataram no portão da casa dele. Porque eu acho que tinha dívida né, e foi assim num final de semana até, ta. Então isso foi o caso assim mais gritante que a gente teve, assim que a gente tivesse um conhecimento mais próximo. Outros casos a gente, assim que eu me lembro \_\_\_\_\_.

F: Uso de álcool.

IC: Olha, uso de álcool, a gente teve um caso assim, a moçada ia para, noturno né, o período noturno a gente sempre procurou agendar teatro, tipo de atividades um pouco diferentes para quebrar um pouco aquela rotina, né. E eu tive um caso assim de um dia que nós fomos assistir a uma peça de teatro no SENAC, ou foi no SESI, acho que no SESI, ali na cidade e, eles levaram, levam lanche na mochila porque eles adoram ir para excursão e levar lanche. E a gente percebeu que tinha uma garrafa que passava de mão em mão, era uma garrafa de refrigerante e aí eu desconfiei e peguei a garrafa e fui cheirar, era uma garrafa de Sprite né, só que dentro tinha, devia ser refrigerante misturado com pinga, né. A gente tirou tal, numa boa. É, depois eu pedi para que eles deixassem as mochilas dentro do ônibus e um deles não queria deixar de jeito nenhum, tal e eu fiquei sabendo que dentro tinha uma garrafa de batida. E eles, como era noite, eles tinham já tomado bastante sem que a gente pudesse perceber, né, e a gente viu \_\_\_\_\_ bastante alcoolizado, mas ele, para você ter uma idéia, ele foi para o teatro, sento perto do professor e dormiu a peça inteira. E depois quando nós voltamos ele queria a garrafa de batida de volta. Era batida de vinho. Vinho com leite condensado, essas coisas. Eu falei que não, que eu ia entregar a garrafa para o pai dele. Aí ele me ameaçou dizendo que ele ia ficar me esperando, que ele sabia qual era o meu carro, e ficou mesmo lá esperando, só que como a, nós estamos, a gente, era quase meia-noite quando voltamos para a escola, o pneu de um dos carros de uma professora furou e a gente teve que ficar trocando, aí a chave de roda não servia, teve que mandar vir da casa dela, demorou, quando nós fomos embora ele já tinha ido, né. Mas para encurtar a história, esse garoto inclusive já tinha ido armada para a escola, para você ter uma idéia, ah, o \_\_\_\_\_, porque armado? O pai era vigia noturno, trabalhava na vigilância e tinha uma arma em casa, né e essa arma, segundo o pai, era dele, do pai, né. E assim, o menino também tinha um problema físico, ele não tinha um olho, ta, e assim, eu acho que na própria sala teve problemas de rejeição, uma coisa, uma história... Ele já vinha de uma outra escola, mas a gente sempre procurou tratar legal, \_\_\_\_\_ que é difícil a gente resolver tudo, né. Mas eu soube que ele acabou saindo da escola, se tornou

um aluno desistente mesmo e a gente ficou sabendo que ele tinha sido atropelado numa briga perto da residência. Então esse foi um caso bastante chocante para a gente porque a gente não esperava uma situação dessa, mas caso, caso então caso assim, de, é lógico que a molecada podendo eles pegam latinha de cerveja, mas é coisa de adolescente não que se chegue, que se chegue a uma coisa alcoolismo, só esse garoto que chegou a esse nível de \_\_\_\_\_.

F: E o que é que acontece quando o aluno pega leva latinha de cerveja para a escola?

IC: Não, eles não costumam levar. É refrigerante, foi essa situação de excursão, né. Houve na escola, alguns anos atrás, eu não era coordenadora pedagógica. Costumávamos fazer aquelas excursões de formatura e eu fui acompanhando junto com outros professores, nós fomos para uma , um Hotel-Fazenda, um sitiozinho lá. E tinha perto desse local, desse sítio, um barzinho de vila, né, eu me lembro que alguns rapazes foram para esse barzinho, beberam, vieram bêbados, né e tiveram até uma discussão com o proprietário lá do hotel e tal. A partir desse momento, dessa excursão, o pessoal não mais fez excursão assim de dormir, né, porque o pessoal, ficava o final de semana por exemplo, né, e a escola nunca mais fez esse tipo de evento.

F: Por que?

IC: Porque foi muito complicando, né. Eles ficavam bêbados e agressivos. Um caso principalmente. Fica uma coisa muito desagradável, aí os professores ficavam receosos de fazer esse tipo de passeio. Então sempre fazia, vai de manhã, volta de tarde, mas um dia só, um dia inteiro, e bem uma coisa bem que vigiada, bem que controlada, então não tinha como. Agora, que eles tentam levar tentam.

F: Daí o que acontece?

IC: A gente, muitas vezes, o pessoal faz vistoria nas mochilas, né, e se tiver a gente tira e deixa na escola e vai só com o lanche. A gente chegou muitas vezes fazer , antes de entrar no ônibus, olhava a mochila para ver o que tinha e se tinha latinha de cerveja, alguma coisas assim a gente tirava.

F: No que consiste prevenção do uso indevido de drogas na escola?

IC: Olha, geralmente, né mais, é, normalmente fica mais a nível de palestra, é de você ter alguém que se propõe a ir lá conversar com o jovem, é geralmente é uma coisa muito assim , incipiente, não é um projeto assim que você faz, uma coisa mais consistente.

F: E na tua opinião, o que é que você acha que consiste prevenção de uso indevido de drogas na escola?

IC: Olha, eu acho que tem que ser, ir além da palestra, palestra por si mesma eu não acredito muito, mas assim, e trabalhar a questão da prevenção. Agora como que a gente vai fazer isso, não sei te falar. A gente conhece várias entidades que fazem esse tipo de trabalho, né, é, mas geralmente fica na base de oficinas, palestras, filmes, né, mesa redonda, ou faz uma roda de conversa, né, é mais ou menos isso, não tem muita, eu não conheço nenhum outro tipo de ação, né. Tem pessoas que já tem uma outra fala, que ao invés de você falar da droga, o ideal é você não, não precisa falar da droga, mas você trabalhar com ações, com valores, é um outro lado né. No sentido de que você , não é falando da droga, do não uso da droga que você vai, é, resolver o problema, né. Mas é você mostrando outras possibilidades de sucesso, de estar bem com ele mesmo, de ter um grupo legal de amigos, de ter um relacionamento legal , de ter, ser aceito no grupo, etc que é isso que muitas vezes prepara o jovem para ele saber dizer não ou de ele ter uma, sei lá, saber fazer opção, se ele quer ou não ,né.

F: Como eu sei do teu horário, a gente já está batendo, só a última pergunta: é, queria falar, que você falasse um pouco da tua formação, e tua experiência profissional.

IC: Bom , eu sou professora de fundamental 1, de primeira à quarta, também sou de fundamental 2.

F: Só , porque mudou muito isso, às vezes me perco, então ensino fundamental é dividido em 1 e 2.

IC: É, ciclo 1 e ciclo 2.

F: E aquela história de primeira e segunda série como que é o nome agora?

IC: Não, antigamente, era no Estado se chamava ciclo básico. Então o Estado tinha ele o ciclo básico que era de primeira e segunda série e depois a seriação normal, terceira, quarta, quinta, até a oitava, e depois ensino médio, tal. Agora é uma nova forma. Você tem dois ciclos, o ciclo 1 que é de primeira a quarta, que a gente não chama mais série, mas muitas vezes como ainda embora seja, esteja organizado em dois ciclos e a gente deveria, deveria se usar primeiro ano, segundo ano, terceiro ano, quarto ano, a gente muitas vezes se pega falando primeira série, segunda série, terceira série, porque o trabalho mesmo em si ele ainda precisa ser implementado, digamos assim, ta. Então são quatro anos o primeiro ciclo, ciclo 1 e 4 anos finais, o ciclo 2. Ta, então eu tenho a formação em Artes no ciclo 2, tenho formação em Pedagogia com Administração e Supervisão, ta. Já fui é, nas escolas, assistente de atividades artísticas, que era uma professora que dava aula de artes para alunos de primeira a quarta serie, ou primeiro ciclo, né, na época. É uma função, um cargo que está em extinção, são poucos os que tem ainda esse trabalho. Que mais? Fui coordenadora pedagógica designada, fiquei acho que três anos, trabalhei no NAE, na gestão Erundina, com o pessoal da, do Projeto Interdisciplinaridade, é, e fui diretora, sou diretora ainda da escola e estou aqui agora, vim para cá para supervisão e agora estou na assessoria no NAE 1.

F: Acho que é isso. Estou preocupada com teu horário.

IC: Não, eu vou para uma reunião agora de assessoria, provavelmente vou ficar até as 8 da noite.

F: Ta bom, muito obrigada.

IC: Nada, às ordens, imagina.



## **Anexo IX - Entrevista 7**

### **IC 7**

F: Essa entrevista tem a intenção de colher informações para a elaboração de vinhetas para a avaliação de atitudes de coordenadores pedagógicos das escolas municipais de ensino fundamental em relação ao uso indevido de drogas e sua prevenção entre seus alunos. Gostaria da sua colaboração incluindo situações e exemplos representativos. Qual a formação exigida a um coordenador pedagógico?

IC: Então, na rede municipal de ensino, a formação é um curso de Pedagogia, (Licenciatura Plena) é, com habilitação em Orientação Escolar ou, em orientação escolar ou, não me lembro...

F: Existe algum curso preparatório específico?

IC: Não, específico não, o curso de Pedagogia mesmo que dá essa...

F: E qual a função do coordenador pedagógico?

IC: Olha, é uma função bastante ampla, né. A questão em linhas gerais, é trabalhar a questão pedagógica da escola, que vai desde as relações do professor com os alunos, a questão dos conteúdos a serem trabalhados na escola, as metodologias, o resgate sobre as concepções sobre a educação, para que a gente possa se posicionar em relação ao trabalho, então é basicamente o trabalho pedagógico da escola na sua essência.

F: E qual a responsabilidade do coordenador pedagógico?

IC: É grande, é você dar conta, junto com o grupo, né, formar uma equipe que dê conta dessa melhoria da qualidade de ensino.

F: Quais são os temas freqüentemente discutidos com os coordenadores pedagógicos nas escolas?

IC: Em relação ao trabalho feito? Olha, a gente discute concepções de educação, a questão do ciclo que é uma questão que está aí durante 10 anos sendo implementado. O ciclo é uma forma de organização da escola onde não há reprovação escolar, né, então a escola tem que se estruturar com seu trabalho, para trabalhar as questões sem ficar preso à reprovação, seriação. Outras temáticas: a questão da alfabetização, letramento, postura do professor, as relações, é, projeto político-pedagógico, a questão de conhecer a realidade do aluno onde a escola está inserida, então são questões assim, bem amplas.

F: Me dá exemplos do dia-a-dia do coordenador pedagógico, no que é que ele é procurado?

IC: Olha, a procura é em relação a questão disciplinar, tá, há uma queixa muito grande por parte dos educadores sobre o comportamento dos alunos, aluno com problema de aprendizagem, com dificuldade de aprendizagem, agressividade. Então é uma procura muito grande. Em relação e em decorrência disso, é, gira todo um trabalho pedagógico, que a gente só vai tentar a trabalhar essas questões, amenizar essa problemática através de uma metodologia onde o aluno possa estar participando ativamente do processo de aprendizagem mesmo.

F: Conta mais historinhas, casos que te aconteceram que você achou marcante.

IC: Em relação ao aluno? Tem situações de brigas, de, que é o que é mais freqüente quando o aluno é encaminhado para a coordenação, e a gente discute com o aluno, tenha perceber quais são os motivos que o levaram a certas atitudes de agressividade, de briga,

de desacato, é, o que está por trás de tudo isso, e aí, a gente tem assim um trabalho com os alunos, no sentido de, aqueles alunos que estão envolvidos nas questões, estarem colocando, cada um a sua posição em relação ao que aconteceu para a gente fazer uma análise mais profunda com os alunos. É, exemplos de crianças que brigam no recreio, que se batem, que furam a fila, então são essas questões ligadas à indisciplina no cotidiano da escola.

F: Você lembra de algum caso que te marcou, que você consegue me contar?

IC: Eu vou contar o caso do G, ta, um aluno lá da escola, numa segunda feira pela manhã, é, logo ao entrar na sala de aula, os dois, se, o G e outro colega se pegaram, brigando. A professora logo encaminhou para sala da coordenação. É, 10, 11 anos a idade deles, uma terceira série. E aí a gente foi conversando sobre a problemática que aconteceu, porque é que um brigou com o outro, e eu não lembro bem o fato da briga, mas eu sei que durante a discussão a gente colocava a questão da marcha da paz que a escola tem uma atividade anual denominada marcha da paz onde a gente discute, é, realiza amplas discussões na sala de aula com os alunos sobre a questão da violência. E puxando um pouco para a questão da violência do cotidiano, quantas violências nós sofremos, quais violências nós sofremos e também praticamos. E com isso a gente percebe que a gente concretiza, de certa forma, para estar discutindo essas questões com o aluno. E aí a gente retoma a questão, porque nós participamos da marcha da paz, porque é que a gente faz a marcha da paz, e aí eles vão trazendo a tona todas as questões que foram discutidas, é, a questão do diálogo permeando todas as questões das brigas, entender o por que o outro reagiu daquela forma, estar levantando com eles os posicionamentos de cada um, a versão de cada um naquela história para poder chegar a uma análise mesmo. E aí a gente retoma as questões de solidariedade, de tolerância e respeito às desigualdades, que são os fatores que geram essas discordância, essas brigas entre eles, normalmente.

F: Você tem alguma outra lembrança de um caso que te marcou?

IC: Olha, um outro caso que me marcou foi uma bomba que estouraram na hora do intervalo, um bambina caseira, né. E nós, é, as pessoas que estavam próximas, começaram a dizer que alguns alunos estavam próximo do ocorrido, eu chamei todos os alunos que estavam próximo e aí a gente começou aquela discussão de quem havia feito, é, quem seria o responsável. E eles negavam assim, o tempo todo, e aí a gente concluiu a discussão colocando que eles iriam embora e aquele que realmente executou aquela questão, ele estaria voltando individualmente e colocando a questão. Porque a gente tinha pistas de quem seria o responsável, mas a gente queria que eles assumissem a questão. E aí com a ajuda de alguns professores que se colocaram, continuaram essa conversa com eles, aí um dos alunos voltou à tarde e falou: olha, fui eu mesmo que fiz isso, aí a gente fez toda uma análise com ele, por que de tudo isso, qual a intenção dele, tentar entrar na discussão para poder discutir.

F: E por que ele fez isso?

IC: É para chamar atenção mesmo, chamar atenção dos colegas. É o que ele disse, mas a gente sabe que não é, é toda uma implicação mesmo para estar querendo investir contra uma situação, insatisfações em relação a algumas coisas.

F: Fala mais desse aluno...

IC: Olha, são alunos que sempre estão em situação de indisciplina, onde há muita reclamação por parte dos professores em relação a eles, mas o que a gente percebe quando a gente leva uma discussão dessa até o fim, a gente adquire um respeito maior

por parte deles, né. Porque a gente é, não tem, não encara a situação como uma coisa natural e que pode estar acontecendo a qualquer momento. Mas eles começam a estar respeitando mais o espaço da escola e acho que isso é bastante positivo.

F: Você observou mudança de comportamento deles depois dessas intervenções?

IC: Em relação a escola e algumas pessoas que estão envolvidas nessas questões a gente percebe que há um respeito maior. Mas aí, o que a gente percebe, é que aqueles que se intimidam diante de algumas colocações deles, aqueles que se mostram um pouco inseguros, eles tem uma relação diferenciada.

F: Lembra de mais algum caso que te marcou?

IC: Olha, outros casos que marcam bastante, é, problemas que giram em torno, com as meninas, em torno de namorados, que uma gosta do garoto a outra gosta também, então assim, é, briga de se pegarem na rua, né, a gente tinha assim muitos casos. Depois que a gente começou a fazer a marcha da paz, a gente percebe que diminuiu um pouco, mas é um trabalho, investimento constante. É estar acompanhando as entradas e saídas dos turnos e estar sempre circulando no meio da criançada, mas é um investimento assim, constante.

F: No que consiste prevenção ao uso indevido de drogas nas escolas?

IC: Olha, é um trabalho de orientação, eu acho, é, na escola a gente tem assim passado com frequência nas salas de aula conversando sobre os danos que isso pode causar a saúde, e teve até um momento é, em que alguns alunos que passaram por isso e conseguiram sair passaram nas salas conversando, explicando todo o movimento que eles sofreram em relação a isso. Mas a gente tinha um diálogo bastante aberto com os alunos, é, mas no sentido da prevenção, porque aqueles que realmente se envolviam nessas questões, é, a escola também não tinha como estar interferindo nas questões. Agora, tinha um diálogo muito aberto. Eu lembro é, tem um dos alunos que fazia parte do tráfico de drogas e que expunha sempre para a gente sempre que ele partiu para essa situação porque ele não arrumava emprego, porque a casa dele vivia numa carência muito grande, mas que ele ia estudar e tentar sair dessa. Então a gente percebe que eles se abriam porque a gente não tinha também essa questão como algo é, taxativo, aí, aquele faz isso então a gente tem que tomar cuidado com ele, mas no diálogo no sentido de que ele perceba o por que ele está entrando nessas condições, por que ele está partindo para isso e que seja possibilidade de ele também estar saindo.

F: Quais as situações comuns relacionadas com uso de drogas nas escolas?

IC: Olha, os alunos que se metem nessas questões, uma das problemáticas grandes é a questão do poder. Eles intimidam os demais, eles se colocam numa posição majoritária, então tem esse problema bastante sério nessa questão. Que eles conhecem determinadas pessoas e que aí fica uma situação complicada de lidar.

F: É, já teve, você lembra de alguma situação, algum exemplo com aluno com problemas familiares?

IC: Tem muitos. Olha a gente tem assim, casos bastante graves em relação a isso, eu vou falar sobre o caso da, de uma das alunas, e que, ela era rejeitada pela mãe. Então era uma menina que tinha a auto-estima muito baixa, dificuldades de aprendizagem, é, quando a professora ia fazer alguma atividade ela sempre se colocava numa posição de inferioridade mesmo. Lembro que a professora fez um trabalho de dramatização da história do patinho feio, ela queria ser o patinho feio, e a gente só foi descobrindo todas essas relações quando, numa conversa com o pai, que ele veio até a escola, conversou e

aí a gente começa a desmistificar algumas questões com a aluna. Mas assim, problemas familiares são infundáveis.

F: Brincadeiras na sala de aula sobre preservativos, virgindade, drogas, lembra alguma situação?

IC: Lembro. É, um aluno da suplência que tinha um objeto que dá sorte, que tinha alho dentro, aqueles amuletos, no bolso da calça e ele ameaçava os colegas, falava assim, são quase todos adultos que tinham medo dele, tá, então não mexiam com ele, deixavam-no fazer o que ele queria na sala de aula, porque eles tinham medo porque moravam no mesmo bairro. E ele falava que, ele ameaçava, falava assim, se você me der um cigarro, não precisa, mas eu tenho isso daqui, então, como se fosse droga, e não era, mas usava aquilo para estar intimidando os demais.

F: E o que foi feito?

IC: É, a situação na sala ficou bastante insustentável, porque era um medo que tomou conta dos demais porque achavam que ele era bandido, é, mexia com drogas, e aí a gente chamou para conversar, é, ele negava tudo que ele fazia na sala de aula, aí veio a mãe, a mãe tirou o saquinho do bolso abriu, mostrou que não era nada daquilo e aí a conversa no sentido de estar usando aquilo para intimidar os colegas. E é bastante característico isso na suplência. Hoje tem uma demanda muito grande de adolescentes e os adultos até se intimidam coletivamente, porque num outro momento é, os adultos controlavam até esses adolescentes na sala de aula, porque não queriam bagunça, estão lá para estudar sério, e hoje com o aumento de adolescentes na suplência, acaba ficando uma situação bastante difícil. Até situação de pessoas ligarem para o marido para vir buscar na saída porque estava com medo porque chamou atenção do menino na sala de aula, então é assim bastante complicador.

F: E mais especificamente sobre sexualidade.

IC: Olha, sobre sexualidade a gente tinha assim um despreparo bastante grande por parte dos educadores em lidar com as questões. É, logo que eu cheguei na escola a gente recebia alguns alunos que eles mandavam para conversar com a coordenação, porque desenhavam desenho pornográfico no cantinho do caderno, é, desenho nas cadeiras que eles fazem do sexo masculino, então qualquer situação ligada a sexualidade, o professor já mandava como se fosse um problema alheio a ele. E a gente teve um grupo de pessoas do... Fazendo um trabalho sobre sexualidade, e aí é, foi discutida a questão de trabalhar com essas questões. Então aí a gente percebeu uma diminuição desses casos. Mas é um assunto que grande parte dos professores tem dificuldade em tratar seus alunos. Então acaba ficando meio que no ar.

F: Por que a dificuldade?

IC: Eu acho que é por toda uma vivência, onde a questão da sexualidade era uma coisa muito reservada. Eu acho que é fruto de toda uma vivência e que dificulta tratar certas questões.

F: Aluno com problema de atenção ou problema de comportamento.

IC: Olha, tem alunos que dormem durante a aula o tempo todo, é, alunos que não param quieto, mexem com todo mundo na sala, isso daí, é, são variados, mas há bastante problema deste na sala de aula.

F: E o que é feito?

IC: A gente tenta é, conversar, tenta desvendar a situação para o aluno, alguns apresentam melhora, outros não. A gente percebe também que dependendo da relação do professor na sala de aula e do trabalho que é encaminhado, há uma melhora ou não, ta. Determinados alunos que quando estão com um determinado professor, eles são super agressivos, inquietos, quando estão com um outro professor que tem uma metodologia de trabalho mais participativa, há uma diminuição da intensidade dessa problemática. Então a gente percebe que isso está ligado à questão mesmo do trabalho pedagógico que é desencadeado na sala de aula, algumas questões também ligadas a problemas de saúde mesmo.

F: Como assim?

IC: Ah, crianças que ter a parte emocional bastante afetada por situações, é, familiares, a questão da verratasse que alguns casos são encaminhados, é, são problemas que às vezes vem, independem do trabalho da escola. Tem acho que as duas coisas.

F: E o que é feito nesses casos?

IC: A gente tenta fazer alguns encaminhamentos, mas acho que o foco maior é, é tentar rever o trabalho pedagógico na sala de aula.

F: Professor que fuma na sala de aula.

IC: É difícil na sala de aula, difícil.

F: Já aconteceu?

IC: Na sala de aula não, mas saía para o corredor para fumar.

F: E o que foi feito?

IC: A gente chama o professor, conversa com ele, explica a questão do modelo que ele é para esse aluno.

F: Professor que parece intoxicado na sala de aula ou por álcool ou por outra substância.

IC: Olha, tive um caso, né, um caso de professor, né, tinha momentos onde ele era muito agressivo com a sala de aula, né, e que a gente desconfiou que ele usa drogas, né, no caso a bebida. Mas a gente não chegou a conversar sobre isso porque foi em alguns momentos que foi detectado.

F: E como é que se resolveu?

IC: Olha, como foi assim 2 momentos pontuais, a gente não chamou para conversar sobre isso.

F: Aluno que parece intoxicado na sala de aula.

IC: É, acontecem alguns casos. E aí acontece no sentido de, ele tem a opção dele, só que na escola ele vai ter que estar respeitando esse horário, né. Ele não pode vir para a escola dessa forma. Mas assim, são poucos casos de chegarem intoxicados na escola. Mesmo aqueles que a gente sabia que utilizavam.

F: E esses que vocês sabiam que utilizavam, qual era a atitude?

IC: Olha, nesse trabalho da sala de aula, colocando a questão de que, sobre a prevenção, aqueles que realmente optaram por essa situação tem que estar revendo, mas nenhuma situação assim, mais expressiva.

F: Questão de homossexualidade de professor.

IC: Olha, o que a gente tem em relação a homossexualidade do professor é uma reação mais por parte dos adultos da escola do que pelos alunos, tá. Eu lembro de um caso, até de quando eu cheguei na escola, foram enviados 2 professores pelo NAE que eram homossexuais. E aí o pessoal já me chamou, alguns professores antigos da escola, vocês vão permitir que esses professores venham dar aula para os nossos alunos? Então eu percebo que há uma reação maior por parte dos adultos do que pelos alunos. E normalmente os alunos gostam muito desses professores.

F: E questão de homossexualidade de aluno?

IC: Aí é complicado. Tem alguns casos de aluno que a gente percebe é, a manifestação de uma outra opção sexual, e que esse aluno sofre muito porque os outros alunos têm como chacota mesmo, entra em todas as piadinhas da classe e é uma situação bastante complicada. E a gente tem dificuldade em lidar, eu me incluo também, porque você não sabe se é. Eles estão numa idade da pré-adolescência, adolescência, você não sabe se já é uma opção ou se é alguma influência da educação familiar. Então é uma questão muito difícil porque a gente não admite muito essa questão deles optarem por isso com a idade ainda tão tenra. E é uma situação muito complicada. Agora, a conversa que a gente tem tido com os alunos é no sentido que eles tem que respeitar a individualidade de cada um, mas é uma questão que choca a gente também. E é complicado, porque o aluno sofre muito.

F: Suspeita de estupro ou abuso sexual.

IC: A gente tem vários casos também. Eu lembro de uma das alunas que um dia chegou na escola chorando muito né, a professora encaminhou, a gente começou a conversar com ela e ela abriu que o padrasto havia molestado, nós chamamos a mãe, a mãe também ficou apavorada no momento, encaminhamos para o conselho tutelar, só que quando foi, conselho tutelar não, é fizemos uma denúncia e , só que quando a mãe foi chamada na delegacia ele negou tudo, né, então é difícil lidar com essa questão também, né, e outros casos que a gente fica sabendo por parte dos pais e que vem contar e que vem na escola, olha vocês não deixam minha filha sair com ninguém, só entregar para mim, porque tem uma pessoa que está atrás dela, da família, então tem assim, há sempre presente essa problemática na escola.

F: Pergunta dos alunos sobre drogas.

IC: Olha, eles não perguntam muito para a gente não sobre drogas. Acho que essa conversa é mais entre eles mesmo.

F: E sobre sexo?

IC: Também, é mais entre eles mesmo.

F: Bom, queria que você falasse agora um pouquinho da tua experiência pessoal, no que é que você trabalhou, a tua formação.

IC: Olha, é, eu trabalhei na sala de aula durante 4 anos, né, na rede municipal de ensino e de primeira até quarta, de primeira a quarta, trabalhei concomitantemente no Estado também de primeira a quarta e depois na coordenação, né. Então são 8 anos de sala de aula e depois 7 anos na coordenação.

F: Tua formação?

IC: É, magistério, pedagogia e habilitação em administração escolar e orientação educacional.

F: Muito obrigado pela colaboração.

IC: A escola onde eu atuava como coordenadora ela é, atende os alunos ali da comunidade de H. E a gente desde o início vem desenvolvendo um trabalho de relação com essa comunidade. Então o B que é o diretor da escola, ele procurou as lideranças comunitárias, até sabendo da dificuldade da escola. É uma escola bastante difícil, onde a indisciplina imperava muito, os professores tinham muito medo da escola, muita ameaça por parte dos alunos, então a gente percebeu que era necessário uma relação com a comunidade para a gente estar podendo lidar com essas questões. O que eu percebo é que a questão das drogas é, é muito forte lá. Mas a gente tem uma relação, não punitiva em relação a esses alunos, mas uma relação onde a gente tenta estar explicitando para eles que é uma opção, mas uma opção gerada por toda uma estrutura social que força, de certa forma, e que eles tem que estar tentando entender isso para poder vencer, né. E até alunos que a gente sabe que fazem parte, são, participam aí da, do roteiro da droga, eles se abrem muito com a gente, né, e colocam e a gente tem \_\_\_\_\_ a importância da escola para estar saindo dessa, mas é uma briga, é uma luta assim difícil porque eles ganham muito mais do que as vezes o professor da própria escola. Então é complicado. Agora, quando a gente se abre nessa relação, a gente percebe que há um respeito muito grande por parte deles. Mas, quando eles percebem alguém que se intimida diante da questão, porque fica sabendo que ele está envolvido em drogas e se intimida, aí você percebe que a relação fica muito difícil. E com os alunos da classe também, eles ficam numa posição de superioridade, né. E a gente tem desenvolvido durante 4 anos a marcha da paz envolvendo todas as escolas da região e tem sido uma possibilidade de discutir a questão da violência, das drogas, eu acho que conseguiu avançar muito em relação a disciplina, ao respeito em função dessas discussões. Sempre que tem alguma briga entre aluno a gente coloca, e aí, a gente participou da marcha da paz, você participou, porque a gente faz a marcha da paz, para tentar saber lidar com a questão das diferenças mesmo, dos diferentes pontos de vista, para tentar encaminhar a solução dos problemas via o diálogo.

F: Muito obrigado.

**Anexo X - 8ª entrevista****IC 8**

F: Essa entrevista tem a intenção de colher informações para a elaboração de vinhetas para a avaliação de atitudes de coordenadores pedagógicos das escolas municipais de ensino fundamental em relação ao uso indevido de drogas e sua prevenção entre seus alunos. Qual a formação exigida a um coordenador pedagógico?

IC: Graduação em Pedagogia, com especialização em Supervisão Escolar ou Orientação Educacional.

F: Existe algum curso preparatório específico?

IC: Específico não, só cursos optativos de aperfeiçoamento, mas o curso mesmo que prepara o coordenador é o curso acadêmico e depois alguns cursos optativos que você pode estar buscando fora, para conhecer mais sobre o papel do coordenador pedagógico, qual sua função e como fazer um trabalho de coordenação.

F: No que consiste o curso optativo?

IC: É de estar fazendo mesmo uma reflexão sobre como o coordenador pedagógico pode estar organizando o seu trabalho, organizando a rotina, como que ele pode estar construindo com o grupo da escola o projeto político-pedagógico da escola, atendimento aos alunos e a própria concepção é, de escola e a própria proposta pedagógica da escola. De estar explicitando e refletindo sobre essas questões.

F: Qual a função do coordenador pedagógico?

IC: Ela é múltipla, na verdade. Porque o coordenador coordena toda, todo o trabalho que a escola desenvolve. Então ele coordena o trabalho dos professores, tanto no que se refere à elaboração do projeto da escola, à implementação desse projeto político, quanto ao acompanhamento das ações educativas dos professores, é, olhando seus planejamentos, seus planos de aula, acompanhando, com o grupo, a elaboração desses trabalhos, acompanhando os registros que os professores fazem, acompanhando também como que os alunos estão avançando também nesse processo, é, avaliação desses alunos, os alunos que estão, atendendo aos alunos que estão com dificuldade, chamando os pais para conversar, sobre questões de dificuldade de aprendizagem, questões de disciplina, alunos que estão faltando muito, o coordenador é, é ele que coordena as reuniões pedagógicas, ele que participa das reuniões do conselho de escola, que são com representantes, de alunos, de pais, de professores, diretor, a equipe técnica, ele que faz com o professor no começo do ano a elaboração do PEA que é o Projeto Especial de Ação, que é um projeto, que é a partir do projeto político pedagógico que a escola organiza, no caso da rede municipal de ensino. E ele acompanha o grupo de professores nos horários coletivos, horários de JEI que é a jornada especial integral, que esses professores fazem, que é fora da sala de aula. São horários para estudo, para planejamento, para discussão sobre os alunos, dificuldades, comportamentos e acho que é mais ou menos isso. Atende também a comunidade quando é procurado, atende equipes de \_\_\_\_\_ que vão apresentar material para a escola, venda de materiais, acompanha a entrada dos alunos, acompanha mudança de aula, de um professor, e até vai para sala de aula no caso de estar com muita falta de e você fica lá fazendo um trabalho com os alunos também. Acompanha um pouco o recreio desses alunos, participa lá da vida cotidiana da escola.

F: Quais são os temas freqüentemente discutidos com o coordenador pedagógico nas escolas?



IC: Geralmente, a discussão é em cima do projeto de escola mesmo, é, qual a proposta pedagógica da escola, pautada em que concepção de ensino, que concepção de aprendizagem, é, qual o perfil do aluno que a escola vai contribuir para estar formando, e nesse caso, nós fazemos uma opção por um determinado tipo de trabalho. Então os temas são temas bem abrangentes, sobre concepção de ensino, concepções de aprendizagem, possibilidades de trabalho com os alunos e estudos teóricos mesmo sobre desenvolvimento infantil, sobre construção de conhecimento, sobre a inteligência, todas as teorias tanto as mais atuais aí da filosofia, da sociologia, da psicologia, e da pedagogia.

F: No que consiste prevenção de uso indevido de drogas em escolas?

IC: Na verdade a gente muitas vezes acaba não tratando diretamente a questão da droga, no sentido, ao malefício da droga, a gente faz um trabalho de reflexão sobre a qualidade de vida, no que consiste uma vida com qualidade, então a questão do autocuidado e aí entra todas as questões referentes, aí a gente acaba entrando para a discussão da droga. Então a gente começa por uma discussão mais ampla de quem somos, como vivemos, o que nós esperamos para nós, e depois a gente aprofunda aí o que é essa qualidade de vida, no que consiste essa qualidade de vida, a questão com o autocuidado, com a preservação da vida e aí a gente entra para as questões da droga, da sexualidade.

F: Quais as situações comuns relacionadas com uso de drogas nas escolas? Eu queria exemplos.

IC: Às vezes alguns professores acham que alguns alunos estão é, diferentes, com atitudes diferentes, que eles estão é, como os olhos muito vermelhos e estão com um comportamento é, diferente do normal, é, alguns professores até vem, dizem que sentiram cheiro de, no caso a maconha no pátio, na hora do intervalo, e geralmente é isso. Ou até eles percebem na entrada da escola, grupos de alunos com pessoas desconhecidas, então existe aí a, a desconfiança de que possa ser, alguém que está ali para passar drogas para os alunos.

F: E o que é feito?

IC: A gente orienta os alunos em relação a não ficar no portão da escola enquanto ainda não é horário de aula. A gente ou convida esses alunos para entrar para a quadra, para ver um vídeo, para desenvolver algum tipo de jogo, a gente evita que eles fiquem ociosos ali na porta da escola. Ou às vezes a gente até fala, é, vai para casa, quando a aula já termina, especialmente os adolescentes, 12, 13 anos, a gente chama esses meninos mesmo, para estar indo para casa ou para estar indo jogar, para fazer alguma coisa, para não ficar ali ocioso na porta da escola para evitar que eles estejam em contato com essas pessoas. Quando é algum sintoma que o professor desconfia, é difícil fazer uma intervenção, porque você não tem certeza se realmente o aluno está com aquele comportamento por conta do uso de droga, então isso te dificulta muito. A gente tem um pouco de dificuldade de fazer essa intervenção.

F: Algum, situação ou exemplo, de aluno com problema familiar?

IC: Em relação à droga?

F: Problema familiar.

IC: São muitos problemas. Eu me lembro de um aluno que os professores consideravam que ele estava com um comportamento muito alterado, que ele estava, é, agressivo, que não estava se interessando, e nós chamamos a mãe para conversar. E na verdade, esse aluno tinha uns 13 anos, era aluno da sétima série, e que veio para conversar com a

gente não foi a mãe, foi uma avó, e a avó começou a chorar e gritar para esse menino: - Você está querendo ficar igual a sua mãe, que vive jogada na sarjeta, que não tem casa, não tem família, fica só pedindo, não toma banho? E eu fiquei muito constrangida, porque o aluno ficou muito constrangido, e eu percebi que na verdade o aluno era um aluno muito bom. Diante de toda dificuldade de vida que ele tinha, ele era um aluno muito bom, e fui falando isso para os professores, que a gente tem que tomar cuidado, conhecendo realmente a condição de vida dos nossos alunos, as dificuldades que eles passam, então é importante que a gente abra um espaço na escola para que eles possam estar explicitando isso, para a gente ter uma compreensão mesmo da realidade de vida deles, para, não só compreender a situação que eles vivem, mas também para orientá-los, para dar apoio, para dar força. Depois eu fui conversar com esse menino, e me aproximei dele, e fui apontando até para ele muitas coisas super legais que ele tinha, positivas, e que isso o tornava muito especial, muito nobre porque ele se sentiu muito mal quando a avó gritava tudo, que a mãe era, fazia, e como ela vivia.

F: Brincadeira em sala de aula sobre preservativo, virgindade, drogas.

IC: É muito natural, é muito comum. Às vezes eles trazem preservativos, enchem, brincam de bexiga; em relação a drogas não tanto. É mais em relação a preservativo que eles brincam bastante e eu ainda acho que a escola não apresenta muito para eles as possibilidades de prevenção, a discussão sobre virgindade, então para eles é algo um pouco fantasioso, um pouco mágico, é fora um pouco da discussão do currículo da escola. Então eles começam a brincar com isso e não é um assunto muito tocado, muito estudado, é superficialmente estudado então ainda fica nessa questão da zombaria, não é levado a sério por eles.

F: E quando eles estão com essas brincadeiras, qual é a atitude da escola?

IC: Tem uma atitude variada, dependendo do professor, de como ele encara essa situação. Tem professor que pede para que pare, que esconde o preservativo e que trata aquilo de uma forma também muito preservada. Tem professor que aproveita a oportunidade e leva uma discussão para o grupo, é aprofunda e aproveita até para trabalhar aquele tema. Isso varia, dependendo da postura do professor. Na verdade a gente sempre orienta para que as questões que surjam na sala de aula sejam discutidas com os alunos, sejam aprofundadas, mas dependendo da situação, é, o encaminhamento está mais ligado mesmo à postura pessoal do professor.

F: Aluno com problemas de atenção ou comportamento.

IC: Nós temos muitos alunos com problemas de atenção, de comportamento, cujas causas são muito variadas. Pode até ser desinteresse pela aula que está sendo dada, pelo assunto que está sendo trabalhado naquela aula, pela metodologia que o professor ta utilizando e, por até já dominar aquele conteúdo que está sendo trabalhado, portanto ele passa a não se interessar tanto, ou o assunto é tão difícil e tão distante da realidade dele que ele também não se interessa. Os problemas de atenção e de comportamento, eles variam muito, são muito amplos e diversos.

F: E qual a atitude?

IC: Geralmente, se é, a gente orienta que o professor precisa saber como é que o aluno está acompanhando aquela aula. Tem que estar sabendo, por isso que uma aula ela não pode ser expositiva, não pode ser só o professor falando, e os alunos ouvindo. Tem que estar variando os jeitos de dar aula, de tratar os conteúdos para que você possa estar envolvendo mais os alunos nas aulas e eles possam estar tendo uma participação mais efetiva e com isso diminua aí o problema de atenção ou de comportamento.

F: É, professor que fuma em sala de aula.

IC: Geralmente a gente tem na escola um espaço que é chamado de fumódromo, onde só naquele espaço que os profissionais podem estar fumando. Porque é proibido fumar em localidade pública, mas tem professor que fuma e eles têm que estar indo naquele espaço. Em relação aos alunos no noturno, nós temos alunos adultos também, que fumam, então eles também, que fumam, então eles também tem um espaço onde eles possam ir até lá e fumar.

F: Professor que parece intoxicado por álcool ou outra substância na sala de aula.

IC: Eu pessoalmente nunca vivenciei essa situação de um professor alcoolizado. Eu vivi essa experiência como aluna, vendo o professor cochilar na mesa porque estava alcoolizado. Mas como coordenadora eu nunca vivenciei.

F: E aluno que parece intoxicado, alcoolizado na sala de aula?

IC: Essa é uma questão que até já comentei antes, a gente tem um pouco de dificuldade em fazer a intervenção. Porque quando a gente tem certeza que o aluno está alcoolizado, é, geralmente, eu já vivi essa situação com alunos da suplência, que são adultos, são pais de família, a gente chama, conversa, pergunta se ele tem interesse em estar fazendo um tratamento, e receber um acompanhamento. Agora em relação à droga, é mais difícil, geralmente o que a gente consegue fazer uma intervenção maior mesmo é no alcoolismo. Que você percebe que aquele aluno está sempre alcoolizado, então a gente tenta conversar, encaminhar para um tratamento, porque a gente acha que está precisando de ajuda.

F: Questão de homossexualidade de professor.

IC: Eu procuro tratar com normalidade. Tinha um professor no ano passado na escola, homossexual, o cara era fantástico. Então os alunos quase não percebiam, até perceberam inicialmente a sua homossexualidade, fizeram alguns comentários, e eu conversei mesmo com esses alunos: - vocês estão olhando para esse professor pela homossexualidade dele ou vocês estão olhando para ele como, a competência dele como professor? E isso nem foi preciso conversar, porque tão rapidamente eles se apaixonaram pelo professor, porque era um professor muito comprometido, muito sério, super dedicado aos alunos, eles, a homossexualidade perdeu o interesse do grupo logo depois que o professor conquistou o grupo pelo trabalho que ele fazia.

F: Suspeita de homossexualidade de aluno.

IC: Às vezes a gente percebe que o aluno tem uma homossexualidade, às vezes explícita ou às vezes, mas eu, eu pessoalmente não fiz intervenção. Porque eu acho que é uma opção de vida e que eu não tenho que fazer uma intervenção. Se esse aluno não está sendo incomodado, não tá sofrendo nenhum tipo de discriminação, eu acho que ele tem que assumir a opção que fez.

F: E se está sendo incomodado?

IC: Se está sendo incomodado, a conversa na verdade cabe ao grupo, nele estar discutindo e refletindo sobre essa opção da pessoa mesmo de ser homossexual ou heterossexual, então acho que a conversa não é com o homossexual, eu acho que a conversa gira em torno da, do respeito a, na questão do respeito a cada um, nós somos diversos, ninguém é igual e dentro dessa diversidade tem a questão das opções e das escolhas que cada um faz. E essas escolhas, se não estão me agredindo, se não estão

me interferindo, na minha liberdade, eu tenho que respeitar, eu tenho que conviver, eu acho que a gente tem que aprender a conviver na diversidade mesmo e no respeito.

F: É, suspeita de estupro ou abuso sexual.

IC: Eu nunca vivenciei. É, essa situação em relação a aluna que tenha sofrido algum estupro ou algum abuso. Talvez porque o coordenador, ele, por mais que você tente estar próximo do aluno, a dinâmica da escola distancia um pouco você. Então eu já tive várias alunas que me procuraram para falar sobre problemas de, que está vivendo com a família, problema que está tendo em casa, que vai sair de casa, mas eu nunca vivenciei uma situação que uma aluna tenha sido, sofrido algum abuso sexual. Eu tive até uma aluna, voltando para a questão do homossexualismo na escola, ela tinha uma, ela tinha uma aparência, é, e tinha muito pêlo, e tinha, é, e a gente começou a conversar muito e um dia eu perguntei para ele se ela tinha feito uma opção homossexual ou se ela gostaria de mudar a aparência dela, porque ela tinha muita barba, né. E ela disse que não, que ela não era homossexual e que o fato de ter aquela barba a incomodava muito e que ela queria ser mais feminina, então a gente encaminhou para, para universidade, né, a Faculdade Paulista de Medicina e ela fez um tratamento, era uma questão de disfunção hormonal e ela ficou super feliz. E eu demorei muito para fazer essa intervenção, porque eu tinha dúvidas se de repente ela queria mesmo manter aquela aparência mais masculina e na verdade não era. Então eu acho que é importante estar conversando com o aluno até para poder cuidar melhor dessas questões.

F: Perguntas de alunos sobre drogas.

IC: Eles perguntam é, algumas coisas, o que faz mal, o que não faz. Mas não perguntam muito, só quando o professor está tratando da temática na aula. Se não é uma temática daquela aula, às vezes eles não perguntam. Eu acho que nós falamos mais sobre drogas para eles do que eles nos perguntam.

F: E sobre sexo?

IC: Sobre sexo eles perguntam bastante. É eles são mais soltos para estar falando sobre sexo. Eles perguntam bastante e a gente conversa, né. A gente conversa, a gente responde, a gente pesquisa e estuda.

F: Pais que relatam que levaram aluno para tratamento específico sobre drogas.

IC: São, eu nunca vivenciei também, né. Mas eu sei que em algumas escolas existem alunos que tem a dependência, e que os pais encaminharam para tratamento. Eu cheguei a ter um aluno que quando eu cheguei na escola, ele já tinha passado por um tratamento, ele já tinha é, superado a dependência, e os pais vieram conversar só para a gente ficar atento mesmo, acompanhando se realmente ele ia se manter fora do vício. Então a gente só tinha um acompanhamento mais próximo, procurava estar sempre conversando, olhando para o aluno para, para perceber se ele tinha voltado a se drogar ou não.

F: Agora eu queria que você falasse um pouquinho da tua experiência pessoal e da tua formação pessoal.

IC: Bom, na verdade a minha experiência maior é no trabalho com crianças na fase da educação infantil, né. Então eu trabalhei 16 anos como professora de educação infantil, sou formada em Pedagogia pela PUC, sou formada em Psicopedagogia pela PUC também e depois eu prestei um concurso para coordenador pedagógico na rede municipal e fui trabalhar como coordenadora na escola do ensino fundamental, sem nunca antes ter trabalhado como professora. É, eu tenho pouca experiência no ensino fundamental porque é uma realidade muito diferente do espaço da educação infantil, mas que também

foi uma experiência bastante válida. E agora eu trabalho aqui no NAE, no trabalho de formação de professores, com os professores de educação infantil.

F: Muito obrigado pela colaboração.

IC: Nada.

**BIBLIOGRAFIA**

1. Escolas Municipais de São Paulo - Endereços. (2000). São Paulo: SINPEEM Sindicato dos Profissionais de Educação no Ensino Municipal de São Paulo.
2. Prefeitura.SP - Página Inicial [Web Page]. URL <http://www.prefeitura.sp.gov.br/> [2003, February 4].
3. [ P.R.O.E.R.D. ] - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência [Web Page]. URL <http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/damco/frameset2.asp> [2003, July 19].
4. Senado Aprova Projeto Que Inclui A Orientação Sexual No Currículo Escolar. (2002). Agência Senado Vol. Ano XIII - N.º 69. <http://www.consulex.net/dialex/acumulados/11-04-02.htm#topo>
5. Araújo, F. U. (2001). Temas Transversais em Educação: Bases para uma formação integral - Apresentação a edição brasileira. em M. D. Busquets, M. Cainzos, T. Fernández, A. Leal, M. Moreno, & G. Sastre Temas Transversais em Educação: Bases para uma formação integral. São Paulo: Ed. Ática.
6. Brasil, Ministério da Educação e do Desporto (1996). Sinopse estatística : educação fundamental : censo educacional de 1994. Brasília.
7. Brasil, Secretaria de Educação Fundamental (1997). Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC.
8. Bravo, O. A. (2000). Discurso sobre drogas nas instituições do Distrito Federal. [tese] Universidade de Brasília, Brasília.
9. Bucher, R. (1988). A abordagem preventiva. Em R. Bucher (Organizador), As Drogas e a Vida. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.

10. Bucher, R. (1992). A ética da prevenção. Psic.: Teor. E Pesq., 8(3), 385-398.
11. Buning, E., Rensink, H., & Bron, M. Drug prevention in The Netherlands: an integrated approach. In: Substance Misuse prevention education, International Conference for exchange of information on best practice.
12. Busquets, M. D. , Cainzos, M., Fernández, T., Leal, A., Moreno, M., & Sastre, G. (2001). Temas Transversais em Educação: Bases para uma formação integral. São Paulo: Ed. Ática.
13. Carlini-Cotrim, B. (1992). A escola e as drogas: O Brasil no contexto internacional. Unpublished doctoral dissertation, Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
14. Carlini, E., Galduróz, J., Noto, A., & Nappo, S. (2002). I Levantamento Domiciliar Sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil. São Paulo: SENAD - Secretaria Nacional Antidrogas.
15. Carlini-Marlatt, B. (2001). Estratégias Preventivas nas Escolas. em S. D. Seibel, & A. Toscano Jr (Organizadores), Dependência de Drogas. (1a. ed., ). São Paulo: Atheneu.
16. Costa, A. C. L. L., & Gonçalves, E. C. (1988). A sociedade, a escola e a família diante das drogas. em R. Bucher (Organizador), As Drogas e a Vida. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.
17. Cuijpers, P. (2002a). Effective Ingredients of School-based Drug Prevention Programs: a systematic review. Addictive Behaviors, 27, 1009-1023.
18. Cuijpers, P. (2002b). Peer-led and Adult-led School drug Prevention: a meta-analytic comparison. J. Drug Education, 32( 2), 107-119.
19. Darré, D. R. , Silveira, D. X., Andreoli, S. B., & Moreira, F. (2002). Análise de

noções e atitudes de coordenadores pedagógicos da cidade de São Paulo quanto à prevenção ao uso indevido de drogas. [monografia], Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina - Universidade Federal de São Paulo, PROAD - Programa de Orientação e Atendimento ao Dependente do Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina - Universidade Federal de São Paulo.

20. Derricott, J., Preston, A., & Hunt, H. (1999). The Safer Injecting Briefing. England: HIT.
21. D'Ambrosio, U. (1999). Trajetórias e desafios pessoais. em A. A. Inoue, R. F. Migliori, & U. D'Ambrósio Temas Transversais e Educação em Valores Humanos. São Paulo: Ed. Fundação Peirópolis.
22. Ennett, S., Tobler, N., Ringwalt, C., & Flewelling, R. (1994). How effective is drug abuse resistance education? A meta-analysis of Project DARE outcome evaluations. American Journal of Public Health, 84(9), 1394-1401.
23. Escohotado, A. (1996). Historia elemental de las drogas (La historia de las drogas). Barcelona: Anagrama.
24. Escohotado, A. (1997). O livro das drogas: usos e abusos, preconceitos e desafios. São Paulo: Dynamis Editorial.
25. Freire, P. (1996). Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra.
26. Galduróz, J. , Noto, A., & Carlini, E. (1997). IV Levantamento sobre o Uso de Drogas entre Estudantes de 1o. e 2o. graus em 10 Capitais Brasileiras. São Paulo: CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas.
27. Giglio, C. M. B. (1999). A violência escolar e o lugar da autoridade: encontrando soluções partilhadas. em J. G. Aquino (organizador), Autoridade e



autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus.

28. Grund, J., Kaplan, C., & Adriaans, N. (1989). Needle Exchange and Drug Sharing: A View from Rotterdam Newsletter at the Internacional Working Group on AIDS. V. Drug Use, 4(1), 4-5.
29. Harm Reduction Coalition. (2002-2003) Harm Reduction Coalition [Web Page]. URL <http://www.harmreduction.org/> [2003, November 7].
30. Inoue, A. A., Migliori, R. F., & D'Ambrósio, U. (1999). Temas Transversais e Educação em Valores Humanos. São Paulo: Ed. Fundação Peirópolis.
31. Klitzner, M., Fisher, D., Moskowitz, J., Stewart, K., & Gilbert, S. (1991). Berkeley: Robert Johnson Foundation.
32. La Taille, I. (1999). Autoridade na escola. em J. G. Aquino (organizador), Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus.
33. Lescher, A. (2001). Matéria Prima. International Bulletin of the Workshop of Analytical Psychology in Childhood and Adolescence, 08(spring), 196.
34. Lins, P. (2002). Cidade de Deus. São Paulo: Companhia das Letras.
35. Machado, A. R. (2001). Drogas Na Escola: Considerações Sobre o Consumo e a Prevenção. em C. Silveira, E. M. F. Guerra, & R. M. Pinheiro (Organizadoras), Drogas e Aids - Prevenção e Tratamento. (1a. Edição ed., ). Belo Horizonte/ MG: Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais.
36. Maierovitch, W. F. (2003 July). Atenção, Lula! Correio Braziliense.
37. Marlatt, G. A. (1999). Redução de Danos: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.

38. McGrae, E. (2002). A redução de danos no caso das drogas fumadas. Seminário Nacional de Redução de Danos .
39. Moreira, F., Silveira, D., & Andreoli, S. (2001). Redução de Danos ou Guerra às Drogas? Discutindo posturas de prevenção. XIX Congresso Brasileiro de Psiquiatria Recife - Brasil: Anais do XIX Congresso Brasileiro de Psiquiatria.
40. Moreira, F. e. M. M. (2001). "Manejo das drogas para construir uma Grã Bretanha melhor" - Um modelo e suas críticas. Pôster apresentado no XIX Congresso Brasileiro de Psiquiatria XIX Congresso Brasileiro de Psiquiatria Recife - Brasil: Anais do XIX Congresso Brasileiro de Psiquiatria.
41. Musto, D. (1991). Opium, cocaine and marijuana in American history. Scientific American, 265(1), 40-7.
42. National Institute on Drug Abuse. (2003). [Web Page] InfoFacts - Lessons from Prevention Research. National Institute on Drug Abuse.  
<http://www.drugabuse.gov/Infofax/lessons.html>
44. Olievenstein, C. (1991). Toxicomanie et condition humaine. Colloque Cientifique International\_ Paris - France: Centre Medical Marmottan - XXe anniversaire.
45. Palangana, I. (1994). Desenvolvimento e Aprendizagem em Piaget e Vygotsky. São Paulo: Plexus.
46. Patton, M. (1990). Qualitative Evaluation and Research Methods. (2<sup>nd</sup> ed. ed.). USA: Sage Publications.
47. Rigato, F. (2002). Perfil sócio-demográfico e avaliação de comportamentos de risco das crianças e adolescentes atendidos pelo Projeto Quixote. [tese], UNIFESP, São Paulo.
48. Rocco, R. (1999). Cannabis no Brasil. in R. Robinson (organizador), O Grande

Livro da Cannabis . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

49. Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD. (Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD [Web Page]. URL <http://www.senad.gov.br> [2003, July 19].
50. Silveira, D. (1993). Considerações sobre a prevenção ao uso indevido de drogas. Revista Da Associação Brasileira De Psiquiatria APAL, 15(1).
51. Silveira, E. D. X., & Silveira, D. X. (2001). Um Guia para a Família. Brasília: Presidência da República - Secretaria Nacional Antidrogas.
52. Soares, C., & Jacobi, P. (2000). Adolescentes, Drogas e AIDS: Avaliação de um Programa de Prevenção Escolar. Cadernos De Pesquisa , 109, 213-37.
53. Tobler, N. (1997). Meta-Analysis of Adolescent Drug Prevention Programs: Results of the 1993 Meta-Analysis. National Institute on Drug Abuse, 170, 5-68.
54. Vieira, R. (1999). Drogas e escola; um novo olhar. [tese] Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.

## Summary

**Objective:** To raise information on situations direct or indirectly related to the drugs misuse in the public schools of São Paulo City, as well as the corresponding behaviors, attitudes and knowledge on the subject of the pedagogical coordinators.

**Method:** Ethnomethodological research with information rose with key-informers, selected through the "snow-ball" strategy. The interviewees were educators working at the administrative sector of the City Department of Education. Half-structuralized interviews had been carried through; seeking the average formation, the conditions of work and the ordinary situations lived by the Pedagogical Coordinators of the municipal schools of São Paulo. This study is based on the ethnomethodology. The interviews, after transcribing, were submitted to logical analysis of content, having looked for to fix it the described phenomenon, without entering in the interpretation of the form of the speech.

**Results:** The related daily difficulties to the student staff, includes many situations direct or indirect related with the question of the drugs. The majority of interviewed sample tranquility in the identification of pupils with attention problems, behavior or with familiar problems, risk factors of future drugs disorders. In general, the told interventions were seeking the understanding and inclusion of the pupil, what it results indirectly to drugs prevention. Despite the theoretical speech predominantly toward the principles of the "drugs war", many inclusive, coherent actions with the movement of "harm reduction", had been told, especially when the situation did not have direct or apparent relation with the drugs subject. When the drugs subject was explicit, the attitude tended to the prejudice. In general, the interventions aiming at to the inclusion of pupils in vulnerable situation had not been recognized as a preventive intervention. The general speech of the interviewed ones emphasizes the unreliableness of the teaching team to deal with the problem. The idea of the knowledge transmission as base of the prevention interventions appears in the majority of the speeches. The most cited preventive intervention was the lecture.

**Quarrel:** It enters the factors that can be associated to the reluctance of the educators in assuming itself of the paper of mediator of preventive interventions are: the related problems to the formation and information and the social place of the drugs subject in the current society, beyond overload the faculty. The fact of the characteristic interventions of the "reduction of damages" to be carried through same for interviewed that they had not more demonstrated a systemize knowledge on this theoretical chain does not arrive to surprise. The "harm reduction" is an international movement that appeared from the praxis to the academic knowledge. The profusion of stories of the presence of The Policemen in the schools probably is due to the proximity of the drugs misuse and the marginality in the mind of the educator, as well as in the society.

**Conclusion:** The Pedagogical Coordinator can be seen as the professional of election to carry out the reflection on the drugs misuse in the schools and its prevention. One not only becomes necessary the qualification, but the professional valuation of the educator. The attitude next to the politics of the "harm reduction" seems sufficiently compatible the praxis of the open minded educator, sensible to the social reality of the school and to the necessities of the pupils. The obstacles to this practical include the moral connotation of the drugs and its place in the current society, associated to the low conditions of work of our professors. In this direction, the theoretical qualification of the educators would have the function to ratify their praxis developed from the experience in the school, becoming them safer in its interventions.